

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO EM SITUAÇÕES DE GUERRA DOS ESTADOS UNIDOS DA  
AMÉRICA: UM ESTUDO TEÓRICO-HISTÓRICO-MEDIÁTICO.

Rafael Rodrigues Paulino

Trabalho apresentado como requisito  
para obtenção do grau de Mestre.  
Linha de Pesquisa: Teorias e  
Tecnologias da Comunicação.  
Orientador: Prof. Dr. Pedro Russi  
Duarte.

Agosto de 2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	06
Os Meios de Comunicação e a Guerra.....	09
A Polemologia e os dias atuais.....	11
Objeto da pesquisa.....	13
Pergunta da pesquisa.....	14
I - CONSIDERAÇÕES CONCEITUAIS.....	17
Da sociedade tradicional à sociedade industrial.....	17
Singularidade do objeto de estudo da Comunicação e da Comunicação de Guerra.....	19
II - O PAPEL DAS INFORMAÇÕES NO CAMPO DE BATALHA - UMA REVISÃO DE DOIS TEÓRICOS DA GUERRA.....	24
Sun Tzu - A Arte da Guerra.....	25
Clausewitz - Da Guerra.....	27
III - OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A GUERRA: UMA REVISÃO DO SABER TEÓRICO COMUNICACIONAL.....	33
Chomsky & Herman - modelo de propaganda.....	33
DeFleur & Ball-Rokeach - o conceito de bala mágica.....	47
Mídia: uma elite? .....	54
IV - A MÍDIA DE GUERRA NOS ESTADOS UNIDOS - UM PANORAMA HISTÓRICO.....	64
Antecedentes e Independência .....	65
A adolescência da nação - da independência à guerra civil.....	69
A República Imperial - Além das ondas.....	73
As Guerras Mundiais .....	75
A Guerra do Vietnã .....	78
Operação Eagle Claw - Resgate aos reféns da embaixada em Teerã (1980).....	82
Operação Urgent Fury - Invasão de Granada (1983).....	83
Operações Desert Shield e Desert Storm - Guerra do Golfo (1991).....	87
Operação Gothic Serpent, Somália (1993).....	90
Operação Enduring Freedom - Guerra contra o Terrorismo (2001-atualidade).....	91
A estratégia de comunicação e os "embedded reporters".....	94
O Patriot Act e a Internet .....	97
Quadro -resumo.....	99
V - CONCLUSÃO.....	100
Sumário conclusivo.....	104
Bibliografia.....	105

## Resumo

O advento dos meios técnicos de comunicação na era industrial deu nova dimensão à vida em sociedade, e também a um estado muito particular dessa convivência: a guerra. A história dos Estados Unidos da América nos oferece elementos privilegiados para entendermos tanto os meios de comunicação como a guerra, e demonstra questionamentos bastante relevantes na interação desses dois elementos. A finalidade do trabalho é o de identificar as principais peculiaridades teóricas no estudo da comunicação de guerra e articular os conceitos extraídos da literatura teórica do saber comunicacional com um panorama histórico daquele país, com maior atenção às relações entre os meios de comunicação e o governo em situações de conflito. O estudo dessa interação nos permitiu revalidar as teorias do paradigma hipodérmico, levando em conta seus desdobramentos, evoluções e exceções ao longo do tempo.

Palavras-chave: teorias da comunicação, mídia de guerra, meios técnicos de comunicação, História dos Estados Unidos da América.

## Abstract

The advent of the technical means of communication in the industrial age has given a new dimension to life in society as a whole and to a very particular state of it: war. The history of the United States of America offers a number of features and elements concerning both means of communication and war, and offers very relevant questions on the interactions of these two elements. The aim of this dissertation is to identify the main theoretical peculiarities in the study of war communications and articulate the concepts extracted from the theoretical literature in the field of communications with a historical panorama of the United States, highlighting the relations between the media and government in a conflict situation. The study of this interaction has allowed us to revalidate the theories of the hypodermic paradigm, taking into account their main evolutions and exceptions through time.

Keywords: communications theory, war media, technical means of communication, History of the United States of America.

## Agradecimentos

A meus pais, sempre presentes, mesmo quando o Recife está longe.

Aos mestres e funcionários da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, em especial aos professores Luiz Cláudio Martino, Pedro Russi e à querida Regina, por terem contribuído tão enormemente para a minha formação.

Ao amigo Pablo Cesário, pela motivação para continuar lutando, mesmo quando todas as portas se fecham.

A Karina Gomes Barbosa, colega e amiga de todas as horas, por ser um farol de brilhantismo em mares desconhecidos.

A Manuel Montenegro, pelo apoio sem o qual não poderia ter cursado as disciplinas presenciais do curso, e por provar-me da importância do aperfeiçoamento contínuo e incessante.

A meus amigos, que só podem ser nomeados dentro de meu coração.

A Talita, meu raio de sol, sem a qual a vida seria um quarto escuro e sem graça.

Ao Grande Arquiteto do Universo, que tanto já me proporcionou.

*“Cinema, simulated life, ill drama  
Fourth Reich culture, Americana  
Chained to the dream they got you searching for  
The thin line between entertainment and war  
There'll be no shelter here!  
The frontline is everywhere...”*

**Rage Against The Machine – No Shelter**

## Introdução

Diferentemente das catástrofes naturais, como as intempéries e alterações meteorológicas — secas, furacões, enchentes — ou sismológicas, como terremotos e vulcanismo; a guerra, por ser uma atividade intrinsecamente humana, pode ser perfeitamente prevista e evitada. Porém, a possibilidade de evitá-la não necessariamente implica no sucesso da diplomacia e da política sobre os instintos mais destruidores de indivíduos e sociedades. Mais do que a negação da vida em sociedade, a guerra é a tradução da grande falha do espírito humano em conviver com suas próprias diferenças e contradições.

A guerra é tão antiga quanto a vida em sociedade: há registros pictográficos datados do paleolítico, entre 12 e 15 mil anos a.C., de sociedades tribais de caçadores-coletores que sugerem o fato, o que faz da guerra uma atividade mais antiga do que a agricultura. O professor de Antropologia da Universidade de Illinois em Chicago, Dr. Lawrence Keeley, advoga em seu livro *War Before Civilization*<sup>1</sup> que 87% das sociedades entre o mesolítico e o neolítico empreendiam agressões sistemáticas a outros grupos — ou seja, guerras — mais de uma vez por ano, e que 65% delas estavam continuamente em estado de conflito. Estima-se que as baixas em combate nesse período eram altas, pela natureza do combate corpo-a-corpo já dotado de ferramentas de caça, o que fazia da guerra um importantíssimo fator de redução populacional. O assunto é controverso entre antropólogos e historiadores, pois a violência contra outros seres humanos não era regra absoluta, e já foram encontrados registros que demonstram que, para algumas culturas africanas, a guerra era um tabu — em que pese que tais culturas serem nômades e que a principal causa de conflitos da pré-história era a luta

---

<sup>1</sup> KEELEY, Lawrence. *War Before Civilization*. Oxford University Press, 1996.

por território. De qualquer modo, há elementos para arriscar a afirmativa de que a guerra é quase tão antiga como o homem.

A atividade da guerra foi revolucionada pela maior das invenções humanas: o Estado. Esta obra da mecânica social possibilitou a sistematização dos exércitos organizados na Era do Bronze, e com eles as castas guerreiras, as táticas, e as ferramentas exclusivas para tal fim — as armas. Porém, os exércitos eram desde sempre frutos do Estado, e por mais que garantissem a existência dele pelo monopólio da violência, fazendo reis e cumprindo leis, não podemos confundi-lo com o próprio Estado. Roma não é feita apenas de legiões, dizia o velho adágio latino. Portanto, quando delimitamos a abrangência de cada um dos elementos de estudo, podemos supor que as relações entre os três pilares — Estado, povo e seus exércitos — sempre suscitaram grandes debates e importantes processos sociais. É tanta esta importância que alguns dos primeiros registros escritos conhecidos a serem transportados com intuito informativo no mundo ocidental — as origens do jornalismo — podem ser traçados pelos relatórios sobre vitórias e feitos em batalha em Grécia e Roma. Os meios de comunicação e seus operadores, portanto, há muito ocupam a posição de naturais mediadores dos processos sociais, e não poderia ser diferente em se tratando dos três estamentos supracitados.

Há, contudo, duas dificuldades intrínsecas para o noticiamento das guerras. Em primeiro lugar, há o fato de a guerra ser uma atividade limítrofe da agressividade e das privações biológicas. Da Antiguidade aos dias atuais, aquele que quisesse relatar uma guerra tinha o desafio de sobreviver a ela, seja à refrega em si, seja à fome, peste, marchas forçadas e outras dificuldades logísticas. Em segundo lugar, há a dificuldade intrínseca em se cobrir os governos. A assimetria de informações sempre foi uma constante entre Cortes, Parlamentos e gabinetes, e não raro os repórteres tinham — e ainda têm — suas funções confundidas com a de mensageiros internos ou espiões. Como observamos até hoje, muitas vezes os próprios governantes tomam conhecimento das ações de governo via mídia, e não por seus mecanismos internos de comunicação. Decisores e jornalistas são, desta feita, partes de uma imbricada simbiose, reféns um do outro em um jogo onde o principal ativo é a informação.

É consenso na academia e fora dela: vivemos a era da informação. O ciclo atual de "globalização" — compreendida como um movimento natural de sístoles e diástoles na linha do tempo — foi intensificado na segunda metade do século XX pelo advento das comunicações de massa em tempo real — primeiro com televisão e rádio, depois com a telefonia transcontinental e celular, os satélites e a internet. Há consenso entre os principais teóricos de referência nesta área (Castells, Toffler, Naisbitt) em apontar a o salto tecnológico nos meios de comunicação como o principal eixo possibilitador de uma sociedade pós-industrial, baseada em serviços, onde o conhecimento e informação são os principais bens em transação. Coincidentemente, a segunda metade do século XX assiste à emergência e consolidação dos Estados Unidos da América como superpotência em escala global.

O Professor de Sociologia da Universidade Johns Hopkins, Dr. Giovanni Arrighi<sup>2</sup>, vincula a análise dos ciclos de globalização da história econômica moderna e contemporânea a movimentos de acumulação de capital com quatro eixos históricos, a saber: o genovês, do século XV ao XVII; o holandês, da segunda metade do século XVII até grande parte do século XVIII; o britânico, que prossegue até o início do século XX; e finalmente o norte-americano, que vai do início do século XX e perdura na “fase atual de expansão financeira”. Analisando-se os padrões de recorrência e evolução destes quatro eixos, Arrighi deixa claro que os ciclos de diástoles e sístoles são em grande parte dimensionados pelas inovações técnicas que introduzem, e que nos três primeiros casos, o diferencial estava relacionado à capacidade de atingir pontos longínquos no mundo por meio da navegação. Mais do que de legiões, o Império Romano era feito de estradas, que cortavam seus domínios e faziam com que seus exércitos chegassem aonde eram requeridos. Na era do capital, genoveses, holandeses e ingleses dependiam de seus navios para se fazerem presentes e realizar negócios em várias partes do globo.

Diferentemente dos três anteriores, os Estados Unidos não são particularmente famosos por serem bons marinheiros — em que pese tenham a maior e mais poderosa armada de guerra já construída, sua marinha mercante não compartilha desta mesma

---

<sup>2</sup> ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. São Paulo, Unesp, 2006

dimensão, e de acordo com o CIA World Factbook 2007<sup>3</sup>, 465 dos 33.222 navios privados acima de mil toneladas de deslocamento no mundo são norte-americanos, o que os contabiliza com a vigésima-segunda maior frota do mundo, atrás do Camboja. Mesmo considerando-se os navios americanos registrados sob bandeiras de conveniência, há de se reconhecer que sua frota não é nada impressionante dado o desempenho do país em outras áreas da economia. Porém, o que devemos observar é que nos dias de hoje não é necessário uma grande marinha mercante para se fazer presente e acumular capital, como aponta Arrighi. Vivemos em uma era em que não é mais crucial a um país ser uma grande potência naval para exercer influência em escala global: basta estender sua capacidade de ouvir e ser ouvido além das ondas. Não é de se estranhar que o telefone, o telégrafo elétrico, o satélite de comunicações, o celular e a internet, se não são todas invenções norte-americanas, ao menos foram prontamente acolhidas nos Estados Unidos.

#### Os Meios de Comunicação e a Guerra

As inovações tecnológicas que permitiram o surgimento da comunicação em tempo real geram efeitos relevantes sobre a atividade humana, particularmente na alteração sobre a percepção de espaço-tempo. O aumento da velocidade da troca de mensagens e contatos repercutiu sobre muitos aspectos da vida social, cultural e econômica, de modo que, por exemplo, é perfeitamente possível, nos dias de hoje, movimentar milhões e milhões de dólares de um lado para o outro do globo em questão de segundos. Não é demasiado audaz dizer, portanto, que a aproximação entre os diversos pontos do planeta por meio da comunicação em tempo real, e a subsequente alteração da escala da comunicação gerou uma situação completamente singularizada dentre os fatores históricos que condicionam as relações entre os diversos atores do sistema internacional do século XX e de nossos dias. Tal alteração de escala — não somente na velocidade, mas também na intensidade dos contatos — conduz os Estados Nacionais à necessidade de reavaliação sobre as novas oportunidades e riscos apresentados pela descoberta e uso de novos horizontes tecnológicos. Para nos dar conta da dimensão e velocidade dessa mudança, basta dizer que, há pouco mais de trinta anos, a internet era uma aplicação quase exclusivamente

---

<sup>3</sup> CIA World Factbook 2007, disponível no sítio <http://www.cia.gov>

militar, e que hoje não é possível imaginar a economia mundial – e a vida cotidiana – sem o uso dela.

O mesmo salto tecnológico que acarretou mudanças significativas no dia-a-dia das sociedades também teve impacto no campo de batalha e na maneira como os Estados exercem a violência na guerra. O uso dos meios de comunicação permite uma maior sincronicidade entre a tomada de decisão pelas instâncias da esfera política e a ação em campo, na esfera militar, o que faz haver maior precisão, complexidade e coerência entre os níveis estratégico e tático. Em jargão militar, pode-se dizer que há uma maior sintonia entre as ações empreendidas pelos comandantes das pequenas frações — pelotões e companhias — e os grandes escalões de comando, como os exércitos de campanha.

Muito mais relevante para este trabalho é, contudo, perceber que o uso dos meios de comunicação altera de forma significativa as relações entre os Estados e as sociedades que lhes dão suporte. Verifica-se que a guerra, sendo naturalmente uma situação social de grande importância, tem lugar cativo nos meios de comunicação, e que essa função de “mediação” exercida por esses meios tem sido de extrema relevância em todas as fases da consecução das ações de campo, desde o planejamento, mobilização, até a cobertura dos fatos e sua avaliação histórica posterior. Mais do que isso: os próprios meios de comunicação, ao engajarem-se na cobertura de uma guerra, reconfiguram-se de modo a exercer esse papel em um estado diferente do que observado em tempos de paz.

Essa reconfiguração no campo de batalha vai muito além do que poderiam calcular os principais teóricos de referência da polemologia – o campo do conhecimento humano que trata sobre os conflitos e a guerra. Como em todos os saberes, há na polemologia autores que tornaram-se clássicos por haver sobrevivido à prova do tempo, como o general chinês Sun Tzu, e o alemão Carl von Clausewitz. Seus escritos contemplaram a importância das informações no campo de batalha, sem as quais a vitória é impossível. Contudo, a realidade da guerra na era da informação é infinitamente mais complexa do que a descrita pelos clássicos, e se queremos entender o real impacto dos meios de comunicação nesse contexto, é necessário utilizar as

ferramentas adequadas para sua análise. A teoria da comunicação, portanto, tem lugar importante no debate sobre a guerra, por ter a primazia sobre o objeto teórico que, na visão de alguns, é a maior de todas as armas: os meios de comunicação.

#### A Polemologia e os dias atuais

Do grego *polemos* – “guerra, combate” e que também é a raiz de palavras como “polêmica” — surgiu o neologismo *polemologia*, que compreende o estudo da guerra e das operações militares. A popularização do uso deste termo é recente, e surgiu da necessidade de se tratar destes temas no mundo civil, portanto fora dos exércitos profissionais, onde a abordagem, por tender a ser mais técnica, é vista meramente como instrução do ofício. A *polemologia* contemporânea é bastante eclética em termos de instrumentos de análise, valendo-se de abordagens da antropologia e psicologia — no estudo, por exemplo, da agressividade humana — até a sociologia — para o estudo da mobilização que uma guerra causa em uma sociedade inteira ou em determinados grupos sociais — ciência política e teoria das relações internacionais. Há diálogo também com a filosofia, por exemplo, na problematização da guerra como um estado de anomalia social ou simplesmente um fato inevitável frente ao permanente estado de conflito cotidiano, mesmo não bélico, em que vivemos.

Além do natural interesse pelos detalhes e sistemáticas concernentes ao campo operacional — como o alcance dos canhões ou a velocidade dos blindados — há um componente importantíssimo tratado pela *polemologia*: a vertente psicológica do campo de batalha. Este interesse é também instrumental, afinal o moral das tropas é algo extremamente vulnerável à opinião pública, mas também traz para a psicologia um prolífico campo de testes para suas teorias, razão pela qual a área tem ganho popularidade na academia. A guerra traz em seu bojo neuroses, muitas vezes agudas, envolvendo agressividade, pulsão sexual, medo da morte, simbologias; enfim, leva a psique humana a situações tão limítrofes quanto a própria guerra para o convívio social. Essa vertente psicológica é objeto de vários estudos, e há uma vasta literatura a respeito.

Nas relações internacionais, observamos que após uma década inteira — a de 90 — dominada por temas da agenda econômica, a principal pauta da macro-agenda internacional da nossa década mudou bruscamente no sentido das questões relacionadas

à segurança internacional, em muito impulsionadas pelos ataques terroristas aos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, mas também pela proliferação de conflitos de baixa intensidade em todos os cantos do mundo, com destaque para o conflito árabe-israelense no Oriente Médio, as intervenções norte-americanas no Iraque e Afeganistão, as refregas entre Índia e Paquistão — duas novas potências nucleares — pela posse da Caxemira, as dezenas de confrontos étnicos no continente africano, a corrida ao átomo de países como Irã e Coreia do Norte, os pequenos e numerosos atritos armados causados pelo narcotráfico, notadamente na Colômbia, Rio de Janeiro e no triângulo do ópio do Sudeste Asiático. Destes, muito poucos têm sequer potencial para tornarem-se guerras deflagradas, com o envolvimento oficial dos países em questão e mobilização geral, como observado nas guerras de 1914 e 1939, mas não por isso deixam de ser problemas importantes, por clamarem vidas e exporem ao sofrimento milhões de pessoas no mundo inteiro. É patente, portanto, que o foco das prioridades da agenda internacional pende hoje para o objeto de estudo das questões de paz e segurança, e é inegável que a gota d'água deste processo foi a mudança de atitude da principal potência sobre a escolha dessas prioridades.

Tanto na problemática da guerra como nos avanços tecnológicos dos meios de comunicação, os Estados Unidos da América destacam-se, e faz-se inevitável tomá-los como objeto privilegiado. Trata-se de um país com uma grande tradição militarista – para alguns, herdeiro da “águia romana” – e que possui uma história marcada pela atuação em grandes campanhas militares. Desde sua independência até sua própria formação territorial, as forças armadas garantiram a presença do Estado em territórios onde havia beligerância com os nativos indígenas, com os vizinhos mexicanos e canadenses, e com potências coloniais européias. Nos dois grandes conflitos mundiais do século XX, o país foi o fiel da balança ao lado dos vencedores, o que o fez sustentar pelos quarenta anos subsequentes um estado de guerra não-declarada com sua principal oponente ideológica, a União Soviética, pela hegemonia nos campos político e militar. Desde a ruína do chamado “bloco socialista”, no início da década de 1990, podemos atestar a liderança absoluta dos Estados Unidos como única superpotência de caráter verdadeiramente global dos dias de hoje.

A principal potência no cenário mundial parece ter, em seu próprio caráter nacional, a grande contradição conceitual que apontamos ao fim das considerações introdutórias. Poucos países valorizam tanto quanto os Estados Unidos o fato de que o Estado existe para servir a seus cidadãos, e é também notório o fato de que esse país foi um dos primeiros a garantir constitucionalmente a liberdade de imprensa e de informação. É comum vermos, no dia-a-dia, seus cidadãos invocando o fato de que aquele é um “país livre”, e é inegável que esse valor está arraigado de forma indelével na identidade nacional norte-americana. Porém, também observamos, nas tantas ocasiões em que o país esteve envolvido em guerras e operações militares, que esses valores, tão importantes em seu contexto cultural, são relativizados, quando não absolutamente negados. De direito fundamental, a informação passa a ser uma arma de guerra, a serviço do Estado.

## Objeto

Como apontamos anteriormente, estudar os Estados Unidos também é extremamente relevante do ponto de vista dos meios de comunicação. E é justamente a intersecção desses conjuntos – meios de comunicação, guerra e os Estados Unidos – o campo no qual se desenvolve esse trabalho.

Porém, o recorte geográfico e temporal não serve apenas ao propósito de ter um objeto privilegiado para a observação dos fatos relacionados ao tema. Boa parte do saber produzido hoje em dia, seja sobre a guerra ou sobre os meios de comunicação, é produzido naquele país. Estamos então, em grande medida, revisando o objeto de estudo também a partir da leitura da própria academia norte-americana, o que pode, a princípio, parecer uma limitação. A nosso ver, contudo, esse fato apenas dá mais validade ao desenvolvimento de nossa reflexão.

Uma premissa conceitual deste trabalho, como explicaremos com maior detalhamento mais adiante, é a de tratar os meios de comunicação em situação de guerra como um objeto de estudo específico, distinto dos meios de comunicação em situações de paz. Essa especificidade estrutural advém da nova relação de sujeição entre Estado e indivíduos estabelecida após as revoluções burguesas do século XVIII, que marcam a transição das sociedades tradicionais para as sociedades industriais, com a primazia do

indivíduo. Porém, em numerosos exemplos históricos, essa nova relação de sujeição entre Estado e indivíduos se reconfigura em tempos de guerra, retornando à situação anterior, de sujeição do indivíduo perante o Estado. Propomos então, uma pergunta de pesquisa, para nortear o nosso trabalho:

Como se reconfiguraram os meios de comunicação nas guerras em que os Estados Unidos da América tomaram parte em sua história?

Para responder a essa pergunta propomos, como já dito no título do trabalho, um estudo teórico e histórico, articulando conceitos e categorias advindas da teoria da comunicação com um panorama histórico do caso norte-americano. Realizou-se um levantamento bibliográfico amplo, que envolveu não somente autores da teoria da comunicação, como também obras de diversos campos das ciências humanas, material jornalístico sobre a cobertura de conflitos, e artigos de militares, sobretudo da revista *Military Review*, principal publicação em assuntos militares dos Estados Unidos.

No plano do desenvolvimento, o trabalho comporta duas frentes:

Frente 1: Revisão sobre os principais instrumentos teóricos de análise

Trata-se da revisão do saber comunicacional propriamente dito, e a avaliação sobre a adequação dos instrumentos teóricos relativos ao objeto de estudo. Além das considerações conceituais mais gerais sobre a comunicação de guerra em sentido amplo, e sobre os motivos que nos levaram a adotar tais conceitos, estarão em foco quatro abordagens concernentes à questão da guerra nos meios de comunicação:

- A *Communication Research* de Lasswell, Lazarsfeld e outros;
- Sua revisão contemporânea, segundo DeFleur e Rokeach;
- O “modelo de propaganda” de Chomsky e Herman;
- A intersecção conceitual entre as premissas da *Communication Research* e da Teoria das Elites.

## Frente 2: Panorama Histórico

Um dos principais propósitos desse trabalho é o de não restringir a discussão do problema da pesquisa ao campo teórico. É importante articular os conceitos depreendidos da literatura com o caso concreto. Para tanto, passaremos em revista a história dos Estados Unidos, desde sua formação até nossos dias, focalizando nosso olhar na interseção entre os meios de comunicação e a guerra.

Sem qualquer intenção de propor algo inédito, a intenção do trabalho é a de articular conhecimentos para que acadêmicos, operadores dos meios de comunicação, funcionários do governo – particularmente aqueles relacionados à área de Defesa – e interessados em geral possam ter um ponto de referência no debate envolvendo os meios de comunicação e guerras. Para os operadores de meios, os conhecimentos aqui contidos podem ter alguma valia para a compreensão dos mecanismos dessa relação, o que pode ajudá-los, de alguma maneira, a realizar seu trabalho. Já os policy-makers e homens-de-estado, militares e civis, podem achar alguma utilidade sobre como se dá a interação entre Estado e os meios de comunicação, e como estes profissionais podem dar mais transparência e honestidade ao trato com as informações sem comprometer a segurança do Estado e de vidas humanas.

## Considerações conceituais

Antes de entrarmos no desenvolvimento do tema propriamente dito, é fundamental esclarecermos os conceitos, definições e premissas que utilizamos nesse trabalho, para que tenhamos claro em mente não só as nossas considerações e posicionamento sobre o objeto de estudo do saber comunicacional, e sua importância para a análise do problema dos meios de comunicação, como também suas origens na história do pensamento ocidental e sua ligação com a construção das principais estruturas sociais e políticas da contemporaneidade.

Primeiramente, é importante fazermos uma breve consideração sobre o processo histórico e social que levou ao surgimento dos meios de comunicação de massa e a sua relevância para determinarmos a singularidade da comunicação de guerra nesse contexto. Em especial, é importante notarmos como as relações de poder entre o Estado e os indivíduos modifica-se com o advento da sociedade industrial, e como se reconfiguram em tempos de guerra.

### Da sociedade tradicional à sociedade industrial

Os últimos dois séculos da história da civilização foram marcados por agudas transformações no tocante à maneira pela qual os seres humanos se relacionam, tanto como indivíduos quanto como coletividades. Apontam sociólogos como Tönnies<sup>4</sup> que as estruturas básicas da dita “sociedade tradicional”, como a organização do Estado e dos meios de produção e sobrevivência, perduraram desde a Idade do Bronze até o século XIX. As revoluções burguesas, sobretudo a francesa (1789) e a norte-americana (1776), configuram-se em grandes pontos de inflexão política na história e, em grande

---

<sup>4</sup> TÖNNIES, Ferdinand. *Community and Society - Gemeinschaft und Gesellschaft*. New York, Dover Publications, 2002

medida, possibilitaram as inovações técnicas que compõe o quadro daquilo que hoje conhecemos como “sociedade industrial”.

Há contrastes significativos entre as duas categorias elencadas. A sociedade tradicional, apontaria Tönnies, estaria muito próxima da idéia de comunidade, percebida como uma unidade orgânica, na qual a vontade dos indivíduos é manifestada coletivamente, e por vezes suprimida por essa. Nesse estágio, o nível de complexidade das relações era baixa, assim como a própria expectativa de vida dos indivíduos, e as próprias relações de consumo eram mais expressas em termos de produção e excedente do que em termos monetários. O Estado, normalmente organizado em torno de uma liderança monárquica – seja pela força, carisma ou por relação especial com os deuses – era estruturado em uma relação de sujeição do indivíduo pela coletividade representada na figura do rei ou Estado. A unidade de análise mais relevante para analisarmos esse tipo de organização política e social, sob o prisma atual, é a do súdito.

As revoluções supracitadas, em grande medida, invertem a relação de sujeição entre o Estado e os seres que o compõem: a partir delas, o súdito torna-se cidadão, e a razão-de-ser do Estado passa a ser servir aos indivíduos, e não o contrário. Mas revoluções como a francesa são feitas por força das massas, e não por indivíduos tomados isoladamente. Essa situação nos leva a concluir que, de fato, a grande mudança ocorrida na Paris de 1789 tenha sido, justamente, a emergência das massas, entendidas como manifestação das vontades individuais por meio de um ente coletivo.

E se esse movimento político permitiu a emergência dos indivíduos como atores relevantes, as evoluções técnicas advindas da sociedade industrial dotam-nos dos meios necessários para que tenham interesses complexos e diferenciados, não apenas com relação a seus modos de vida e de consumo, como também na própria maneira pela qual estes se relacionam com a coletividade. Nesse sentido, vemos o crescimento extremamente significativo, nesse período, da importância dos meios de comunicação de massa e de sua rápida evolução técnica, dos tipógrafos aos jornais impressos em offset, do telégrafo ao telefone, do rádio à televisão. A comunicação de massas (doravante “comunicação”) é, portanto, causa e consequência desta “sociedade

industrial”, complexa e não-orgânica, formada por indivíduos-consumidores, e que interagem com o todo pelo advento dos “meios de comunicação”.

Singularidade do objeto de estudo da Comunicação e da Comunicação de Guerra.

O estudo da Comunicação, estruturado de forma científica, nos permite entender com mais profundidade e clareza diversos fenômenos sociais de nossos dias, e tem como importantíssima premissa o fato de que a comunicação como a entendemos hoje não seria possível fora do contexto da sociedade industrial e da proeminência dos indivíduos sobre o Estado. O que observamos é que há um tipo de situação na sociedade contemporânea em que essa relação de sujeição retorna ao modelo da sociedade tradicional, o que tem conseqüências sensíveis na maneira pela qual estudamos e entendemos os meios de comunicação. Essa situação é a guerra, entendida nesse trabalho em sua acepção mais ampla, como o conflito armado recíproco entre entidades políticas.

Como aponta Martino em seu artigo "Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação"<sup>5</sup>, em meio a tantas tradições no universo das ciências humanas, a jovem ciência da comunicação vê-se ainda por definir um consenso amplo sobre a delimitação de seu objeto de estudo. Portanto, faz-se necessário definir o que, de fato, são os temas exclusivos ou preferenciais de uma ciência da comunicação. O autor afirma, verbis:

Os processos comunicativos no interior da cultura de massas constituem certamente o objeto da Comunicação, mas a característica inalienável, e portanto mais próxima desta disciplina, reside na perspectiva que ela adota, ou seja, na interpretação destes processos tendo como base um quadro teórico dos meios de comunicação. Trata-se de uma leitura do social realizada a partir dos meios de comunicação, o que equivale dizer que meios de comunicação e cultura de massa não se opõem, nem podem ser reduzidos um ao outro, ao contrário, eles exigem uma relação de reciprocidade e complementação.

Defende o autor, portanto, que a ciência da comunicação ocupa-se, primariamente, do estudo dos meios de comunicação, e que esta se faz a partir de uma

---

<sup>5</sup> MARTINO, Luiz. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: Hohfeldt, A. Martino, L., França, V. Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, Vozes, 2001.

leitura do social. Parte da delimitação de nosso objeto, dessa forma, reside no fato em que não queremos fazer um estudo da sociedade norte-americana — para tanto necessitaríamos de realizar um estudo a partir da sociologia — mas dos meios de comunicação de uma sociedade sobre um tema específico e em um recorte de tempo pré-determinado.

Há bastante controvérsia sobre quando, de fato, surgem os primeiros estudos no campo da Comunicação, o que na maioria das vezes está ligada à visão e opinião dos pesquisadores e acadêmicos sobre a própria delimitação do objeto de estudo da jovem ciência e sua natureza dentro o universo das Humanidades. Na tradição ocidental, é possível encontrar considerações analíticas sobre o papel da retórica em obras como o diálogo "Górgias", de Platão, entre muitas outras, o que para alguns pode significar um ponto de partida. Porém, é importante termos claro em mente que, apesar de o uso de meios técnicos para registro e difusão de mensagens e informações ser um traço da civilização humana desde o advento da escrita, os meios de comunicação em massa são produto da revolução industrial, e são esses, e não qualquer meio de registro e transmissão, o objeto de estudo da moderna ciência da comunicação.

Seja como for, é amplamente aceito que uma das primeiras linhas ou tradições tem origem nos Estados Unidos no início do século XX, de influência positivista, e centrada nos efeitos da comunicação mediática. As mudanças nas interações entre as pessoas e as inovações tecnológicas suscitavam problemas que demandavam um olhar científico próprio. Três autores em especial deram importância basilar para a comunicação na vida das sociedades: Charles Cooley, em sua obra de 1909 "Social Organization: a Study of the Larger Mind", a obra de 1922 "Public Opinion" de Walter Lippmann, e a obra de 1927 "The Public and its Problems" de John Dewey. Em virtude da data deste último, é possível também incluir "Propaganda Technique in the World War", de Harold Lasswell, que possui relação direta com o objeto de estudo deste trabalho.

É possível afirmar que o surgimento da comunicação como campo de saber autônomo e sua popularização nas universidades na primeira metade do século XX deve-se, em grande medida, à atuação de um grupo específico de pesquisadores, ligados inicialmente à Universidade de Chicago. Lasswell, Herbert Blumer, Douglas Waples,

entre muitos outros, eram o núcleo de uma rede de pesquisadores que, além de seus vínculos acadêmicos em campos da sociologia e da psicologia, tinham relação bastante estreita com o governo federal norte-americano, sendo efetivamente considerados "consultores" para assuntos de comunicação de massa. No eclodir da Segunda Guerra Mundial, o governo criou uma agência para coordenar e executar seu esforço de propaganda de guerra, o Office of War Information. Na época, além de contribuir nos trabalhos desta agência, Lasswell chefiava a Divisão Experimental para o estudo das Comunicações de Guerra da Biblioteca do Congresso, em Washington, divisão essa que tinha a responsabilidade de estabelecer linhas-mestras gerais para todo o esforço propagandístico do país na Guerra. Ao longo dos anos 30 e durante o conflito mundial, esse grupo de pesquisadores conduziu experimentos empíricos com foco nos conteúdos e efeitos dos meios de comunicação, em uma escola que ficou conhecida como Mass Communication Research ou simplesmente Communication Research.

Ao longo do século XX, e até os dias de hoje, pudemos observar uma grande — e talvez excessiva — ramificação da teoria da comunicação, com vários desenvolvimentos independentes e que, muitas vezes, tratavam apenas de uma fração específica do campo da comunicação, sem oferecer uma visão ampla e geral sobre o tema de estudo. Sendo a escola pioneira, a Communication Research já teve vários de seus postulados superados por teorias mais recentes, particularmente em sua tendência de sobrevalorizar o emissor e a ignorar os efeitos de feedback vindos dos receptores. Ainda sim, a escola foi certamente a mais importante dentre as grandes correntes do saber comunicacional a ocupar-se especificamente da guerra, o que em si já justifica sua escolha como instrumento de nossa análise. O que verificamos, entretanto, é que os postulados da Communication Research ainda permanecem válidos no que tange aos meios de comunicação e situação de guerra, e vão ao encontro da nossa premissa de trabalho sobre a reconfiguração destes meios na guerra.

Mas nosso objetivo nesse trabalho não é o de conduzir experimentos tal como a Communication Research faria. Aqui, teremos que utilizar a teoria para tratar da teoria, uma meta-teoria, por assim dizer. Nossa busca, tanto na revisão teórica como na articulação dos conceitos no prisma histórico, está centrada em estabelecer relações de identidade, de paralelismo, de correspondência, e não de determinar o que é causa e o que é consequência. Assim, nossa análise aproxima-se do que Raymond Boudon chama

de “homologia estrutural”, que se afasta da abordagem quantitativa da Communication Research, e se aproxima a abordagem qualitativa, assim descrita por Boudon:

O princípio da explicação consiste, pois, aqui, em evidenciar o parentesco lógico entre dois fenômenos ou dois aspectos da ordem social. É igualmente o método que emprega Max Weber em A Ética Protestante. Pode-se dar-lhe o nome de “pesquisa das homologias estruturais”<sup>6</sup>

Boudon esclarece que esse método é particularmente útil quando se quer analisar um fenômeno único, sem semelhança com nenhuma outra questão visível. Assim, a reconfiguração dos meios de comunicação nos Estados Unidos enquadra-se nessa categoria, uma vez que é um questionamento que não pode ser reproduzido fora do seu contexto histórico-geográfico, ou não faria sentido. Tal como a descrição de Boudon sobre o trabalho de Weber, o que propomos é, primeiramente, descrever uma categoria teórica – tal como Weber faz com seus tipos ideais – para então estabelecermos uma relação de identidade lógica com o fato histórico, de modo a descrever e gerar significados a partir dessa relação. A história, aqui, nos serve unicamente para articular esses significados – o que não pode ser menosprezado, uma vez que é desejável que o trabalho tenha um caráter informativo e ancorado em fatos da realidade.

Por fim, cabe aqui uma pequena reflexão sobre o conceito de mídia. A palavra provém de media, plural latino de medium — o “meio”, o espaço intermediário. Nos países de língua inglesa, o termo é utilizado exatamente dessa forma, em seu plural latino. Na língua portuguesa, contudo, o termo foi adaptado de acordo com sua pronúncia inglesa. Há duas acepções para o termo: uma mais ampla, que abarca todos os meios, veículos e canais de comunicação de forma genérica — como os jornais, revistas, rádio e TV — e uma mais específica, que denota apenas o “sistema mediático de jornalismo opinativo”, ou seja, não apenas o meio, mas também a atuação de um operador, que confere um viés, uma opinião, à mensagem. Para nosso trabalho, uma acepção mais ampla seria mais instrumental, uma vez que pretendemos falar dos meios de comunicação sem especificar nenhuma característica deles. No entanto, para evitar ambiguidades, nos reservaremos a utilizar o termo “meios de comunicação”, utilizando “mídia” em seu contexto específico a menos que explicitamente dito.

---

<sup>6</sup> BOUDON, Raymond. Métodos Quantitativos em Sociologia. Vozes, Rio de Janeiro, 1971, p. 138.



## O papel das informações no campo de batalha — uma revisão de dois teóricos da guerra

Como vimos nas considerações introdutórias, o problema das informações e da comunicação na guerra precede o advento dos meios de comunicação de massa. De maneira análoga, a importância de uma obra se verifica não apenas pelo poder e validade que esta teve em seu tempo, mas principalmente quando continuam válidas para além de seu contexto histórico. Abaixo será feita uma pequena revisão do que disseram dois dos autores clássicos no assunto, Sun Tzu e Clausewitz, sobre o papel das informações externas nos conflitos.

Por informações externas, compreendemos todas aquelas informações que não dizem respeito ao andamento das operações em si mesmas, pois considerá-las seria demasiado óbvio. É claro que saber o posicionamento e o tamanho da força inimiga sempre foi um dado importante para os estrategistas. Porém, não há consenso sobre a importância e a abordagem no que se refere às informações de background, que influem na conduta das populações e no moral das tropas, e é isso que se quer verificar.

A análise sobre os dizeres de dois dos principais pensadores da arte da guerra trará uma boa visão geral sobre como o tema é abordado na história do pensamento. As duas obras a seguir são leituras obrigatórias em praticamente todos os cursos sobre estratégia, nas universidades e academias militares do mundo inteiro, e apesar de não serem parte do que chamamos de saber comunicacional, não poderiam deixar de integrar este trabalho. Mas, mais do que isso, o que se deseja nessas poucas páginas é demonstrar a relação estreita, quase simbiótica, entre os meios de comunicação e o

Estado em situação de guerra, e contextualizar o leitor no debate mais amplo antes de tratarmos da questão em si.

### Sun Tzu — A Arte da Guerra<sup>7</sup>

A Arte da Guerra é um tratado militar chinês, escrito no sexto século a.C. pelo general Sun Tzu Wu. Composto por treze capítulos (ou "momentos"), cada um deles devotado a um aspecto da guerra, o livro é tido como principal fonte histórica de referência sobre as estratégias e táticas militares da antiga China. Por se tratar de um período histórico distante, pouco se sabe sobre a figura histórica do autor, mas a acuidade sobre a sua existência e sobre a autoria do livro mantém-se sem questionamentos significativos na historiografia contemporânea. Sabe-se que foi contemporâneo de Confúcio, que pertencia a uma casta da baixa nobreza, e que sobrevivia de serviços especializados a outros nobres. Sun Tzu era um militar profissional que não tinha ligações exclusivas com nenhum rei ou suserano.

O fato de hoje ser uma obra popular nas prateleiras de auto-ajuda não deve alterar nosso juízo sobre ela. Mas, em que pesem a profusão de versões comentadas e com glosas no mercado, tentamos nos ater neste trabalho àquelas mais utilizadas nas academias militares do Brasil, especialmente duas: a do escritor britânico James Clavell, famoso por ser um especialista em assuntos do Leste Asiático, e a versão do General-de-Exército Alberto Mendes Cardoso<sup>8</sup> — hoje da reserva e que ocupou a chefia do Gabinete de Segurança Institucional do governo brasileiro. Ambas as versões são baseadas na tradução feita por Lionel Giles em 1910 do chinês para o inglês.

A obra é um dos mais antigos livros sobre estratégia militar do mundo, e teve enorme influência no pensamento militar tanto no ocidente como no oriente. Sun Tzu inova por ser o primeiro a reconhecer a importância do posicionamento na estratégia, e que a posição é afetada não apenas pelo ambiente físico — condições meteorológicas, topografia, obstáculos naturais — como também pela visão dos atores sobre ela, ou seja, suas opiniões e juízos subjetivos. Mais que um manual de campanha, a obra flerta com

---

<sup>7</sup> CLAVELL, James. A Arte da Guerra de Sun Tzu. Tradução José Sanz. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

<sup>8</sup> CARDOSO, Alberto Mendes. Os treze momentos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

uma reflexão filosófica e psicológica sobre a natureza das guerras e sobre as mentes daqueles que as fazem.

Em relação ao tema do nosso estudo, vemos que o principal conceito de nosso interesse trabalhado por Sun Tzu é o que ele chama de "Lei Moral", que junto com Céu, Terra, Chefe, Método e Disciplina, constituem-se nos fatores constantes que governam a arte da guerra. Diferentemente dos outros fatores, que são bastante concretos (Céu, por exemplo, diz respeito a dia e noite, frio ou calor, chuva ou sol), a Lei Moral é o conjunto de fatores intangíveis, e que são postos em primeiro lugar por Sun Tzu. São componentes da Lei Moral, por exemplo, o estado de espírito, motivação, vontade, convicção. Para Sun Tzu, aquela tropa que esteja impregnada (it) da Lei Moral poderá alcançar a vitória mesmo quando houver desvantagens numéricas e táticas, e que o moral elevado faz com que os exércitos sobreponham óbices inimagináveis.

Para cultivar a Lei Moral, Sun Tzu dá especial atenção ao entusiasmo, aconselhando aos generais a evitar lutas prolongadas, que deixam as armas pesadas e os carros mais lentos. Mas não pode haver entusiasmo sem levar em consideração a opinião dos soldados. Ao tratar, por exemplo, sobre os prisioneiros de guerra, o autor contradiz o senso comum da época — o de não se manter prisioneiros — e aconselha que a conservação deles aumenta a força da tropa. O autor aponta os efeitos morais dessa medida: a destruição do inimigo é um motivo de elevação do moral, mas é muito mais significativo para materializar a superioridade fazer com que a tropa presencie a quantidade de soldados adversários capturados. Surte muito mais efeito do que um campo cheio de cadáveres. A apresentação de um prisioneiro bem tratado caracteriza a bondade para com os derrotados, além de maestria da manobra em contraste com a força bruta, o que tem reflexos na opinião pública para futuras guerras.

O ápice do livro, e do conceito de Lei Moral, é a metáfora sobre a espada embainhada e que constitui no principal fator de diferenciação de Sun Tzu para os demais teóricos. Diz o autor: "Lutar e vencer todas as batalhas não é a glória suprema; a glória suprema consiste em quebrar a resistência do inimigo sem lutar". Especificamente, Sun Tzu não tem em mente a índole pacifista: ele se refere a tomar um país o mais intacto o possível em seus recursos materiais e humanos, pois a mobilização para a batalha fará com que o governante comprometa ao máximo seu patrimônio

territorial, seus súditos e os recursos que eles operam. É possível inferir em conjunção com afirmações anteriores que há também o fator público interno, ou seja, a opinião pública favorável. Preservar os recursos, abrir a possibilidade de alianças, e aumentar o temor e o respeito de outros governantes é essencial para o apoio do povo às investidas militares. Isto pode ser disseminado como arma de propaganda — numa espécie de operação psicológica — para criar uma tensão na população e preparar terreno para a chegada do conquistador. Decerto, prevê o autor, que o general terá mais facilidade em governar o território conquistado, e reduzirá seu dispêndio com a recuperação do cenário da guerra.

Pode-se ainda observar a Lei Moral quando o autor diz que "será vencedor aquele cujo exército estiver animado do mesmo espírito em todos os postos". A convicção da vitória é um fator crucial para o sucesso das operações, e o respaldo dessa atitude pelos públicos interno — os próprios soldados — e externo — a opinião pública — se faz necessária. Sobre o primeiro grupo, o autor aponta que "os soldados devem ser tratados em primeiro lugar com humanidade" o que nos parece uma afirmação perfeitamente natural, mas que em meio aos rústicos campos de batalha da Antiguidade pareceria absurdo.

Verificamos assim a preocupação de um teórico — se é que se pode chamá-lo assim — há mais de dois milênios e meio, em salientar uma dimensão intangível no campo de batalha: fatores invisíveis, mas que segundo ele influem tanto ou mais do que os fatores visíveis. O Moral das tropas, sua motivação, convicção para lutar entre outros constituem-se na componente psicológica de um combate, que frisa-se, é tão ou mais importante que a dimensão concreta dele.

Clausewitz – Da Guerra<sup>9</sup>

Vom Kriege é o título original em alemão da obra sobre estratégia militar do general prussiano Carl von Clausewitz, escrita em sua maior parte após as Guerras Napoleônicas, entre 1816 e 1830, e publicado postumamente em 1832. Da Guerra é um dos primeiros livros sobre a estratégia militar moderna, e isso se dá principalmente pela

---

<sup>9</sup> CLAUSEWITZ, Carl. Da Guerra. Martins Fontes, São Paulo

integração que Clausewitz faz sobre os assuntos políticos, econômicos e sociais como fatores mais importantes a decidir os resultados de uma guerra. Assim como Sun Tzu, é leitura obrigatória em praticamente todas as academias militares no mundo inteiro.

Entretanto, diferentemente de Sun Tzu, sabe-se bastante sobre a vida do autor: nascido em 1780, em família de classe média baixa, alistou-se no Exército Prussiano aos doze anos de idade – como era praxe na época. Pupilo do grande General Scharnhorst, entra nas fileiras do Exército Russo em 1812. No exército russo, influencia na adoção da retirada estratégica e da tática de terra arrasada. Chefe de Estado-Maior das tropas prussianas em Waterloo, foi promovido a General em 1818, lhe sendo dado o comando da Academia de Guerra. Nos doze anos seguintes, escreve *Da Guerra*. Antes de completar a obra, porém, foi transferido para Breslau, em prontidão de emprego face a Revolução polonesa de 1830. Contraindo cólera e falece em 16 de novembro de 1831. Sua obra é publicada, portanto, só após sua morte, graças ao trabalho de catalogação e edição de sua esposa.

A motivação de Clausewitz em escrever sua obra baseava-se na observação de que os exércitos de Napoleão haviam mudado a natureza da guerra, pela sua habilidade de envolver e motivar a população e assim deflagrar guerras em uma escala muito maior que as conhecidas pela Europa até aquele momento. O autor tinha uma educação formal muito boa, com forte interesse em artes e ciências, mas era um soldado profissional que passou considerável parte de sua vida em lutas contra Napoleão. *Da Guerra* é uma compilação de suas observações mais pungentes, uma junção equilibrada entre um manual de campanha mais prático e uma reflexão baseada na tradição da filosofia e das ciências humanas.

Dividido em três partes e oito livros, o tomo é como as revoluções burguesas que lhe serviram de cenário: um marco de transição entre a idade moderna e a contemporânea. Clausewitz percebe a guerra não como um episódio, mas como um processo psicológico intrincado no seio dos povos e dos tomadores de decisão. Teorizar a guerra é portanto, conhecer e pesar a ação dos decisores e dos povos sobre os acontecimentos. Para isso, o autor se vale de um modelo que ficou conhecido como

"trinitário"<sup>10</sup>, tendo Exércitos, Estado e Povo como seus vértices. Esse modelo será retomado mais adiante no trabalho, devido à sua importância.

Contudo, o autor demonstra-se dependente da variável Estado para definir um conflito, e tal fato é a principal fonte de críticas a seu pensamento. Em sua disciplina metodológica, Clausewitz não visualizou a possibilidade dos conflitos assimétricos, em que um dos lados não se constitui como uma força institucionalmente organizada, tão comum em dias de terrorismo como os nossos. Tal fato decorre de Clausewitz ter se concentrado nas relações entre os Exércitos e os outros dois vértices do triângulo, mas sem se ocupar em desenvolver uma argumentação coerente sobre a relação Povo e Estado, ou mesmo de distingui-los como elementos diferentes.

Clausewitz aponta seis princípios básicos da ação estratégica. São eles: a vantagem do terreno, a vantagem do teatro de guerra, a surpresa, o ataque em vários meios, o apoio da população e a utilização correta das forças morais. Dos seis, dois — os últimos citados — têm ligação direta com nosso objeto de estudo. Uma opinião pública favorável faz com que os reservistas sejam convocados com mais facilidade, talvez sem a necessidade de conscrição. A própria noção de "Guerra de Objetivos Limitados", que não visa a destruição do inimigo, mas o seu desarme e a consecução de metas possíveis, favorece em muito a sua aceitação pela opinião pública.

No desenvolvimento de seu modelo trinitário, Clausewitz apontou que é o povo motor da guerra, e que sem ele, não poderiam existir Estado nem forças armadas. Em contraste, faz-se claro que, em um modelo hobbesiano, tampouco o povo pode existir sem Estado ou exércitos, pois a idéia de Estado neste modelo se dá em deter o monopólio da violência e o uso organizado da força. Mas a Guerra não é um estamento social: é uma atividade, um episódio, e está situada no tempo, e a recusa do povo em apoiar uma iniciativa belicista de seu Estado em um determinado momento pode significar o fracasso do empreendimento. É importante compreender, portanto, que é o povo, de fato, o sustentáculo do poder dos outros vértices. Para tanto, Clausewitz insistiu que os governos tivessem atenção, em tempos de paz, à "vontade comum", e que observassem o princípio da oportunidade para desencadeá-la em possíveis ações de

---

<sup>10</sup> LEONARD, Rogers Ashley. Clausewitz: trechos de sua obra. Tradução Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

campo. A mobilização popular deve ser um desígnio permanente de Estado, o respaldo dela uma constante.

O autor defende que a Guerra tem por principal característica sua imprevisibilidade, e que a opinião pública é como a coragem dos soldados: pode ser fortalecida ao longo do tempo, mas no momento crucial será impossível prever qual será sua direção com absoluta e completa certeza. Ambas estão no campo do que o autor chama de "forças morais" — que estão presentes em todos os lugares, das vanguardas dos combates às retaguardas das populações. O autor aponta que estas "forças morais" não podem ser quantificadas ou mensuradas, mas que são mais bem percebidas na área em que a guerra foi deflagrada. Nesta afirmação podemos perceber uma clara menção à opinião pública e ao moral dos soldados como elementos do combate, e que muito provavelmente o mestre se impressionaria com o fato de tal "área de deflagração" ampliou-se consideravelmente com a evolução dos meios de comunicação.

Clausewitz aponta que a opinião pública e o líder do movimento são o ponto focal — ou como ele prefere, o "centro de gravidade" - das guerras de insurreição. Este tipo de análise, mais sofisticada, busca adjetivar, qualificar essa tal força moral, o que pode ser encarado como uma tentativa de entender melhor sua complexidade e fazer uma apreciação do discurso construído.

Para fechar esta análise, é importante observar que o autor é claro em afirmar que a "defensiva autêntica" é o maior motivador possível das forças morais. Segundo ele, a defensiva só é autêntica quando as batalhas são travadas no território do próprio país, e é esse fato que serve de mobilização última dos meios de poder de uma nação, pois há a ameaça líquida e certa à liberdade, vida, propriedade e demais recursos materiais e imateriais de relevância. Pode-se aplicar com mais propriedade na diferença que existe entre as campanhas do Vietnã e do Iraque: por mais que na Guerra Fria o governo e o público americano percebessem o comunismo como uma ameaça, a maior parte das pessoas falhava em compreender como uma guerra sangrenta e travada durante dez anos, a milhares de quilômetros de casa, poderia trazer-lhes mais segurança. Na Segunda Guerra Mundial, o ataque surpresa japonês a Pearl Harbor, no arquipélago do Havaí, que mesmo a muitas centenas de quilômetros do continente era uma

possessão direta americana, serviu de alerta para a possibilidade de uma invasão estrangeira à costa do oceano pacífico norte-americano. Este episódio sim foi capaz de mobilizar a opinião pública em prol da causa de guerra.

A pergunta se faz necessária: podemos qualificar a atual “Guerra contra o Terror” e a ofensiva contra o Iraque como uma defesa autêntica? Há quem diga que não. Mas não podemos ignorar que o principal motivador desta campanha foi o fato do coração econômico da maior metrópole norte-americana ter sido o alvo de um ataque, e que mais de três mil civis foram vitimados. O estado de choque pôde ser sentido muitos meses depois do incidente, e como nunca antes a população dos Estados Unidos foi vítima de um ataque tão direto vindo de um grupo de origem estrangeira. Além disso, por mais que o campo de batalha não seja propriamente o centro territorial e geopolítico da república americana, as notícias e informações chegam a cada minuto para a população. Pelo caráter terrorista do ataque, a maior parte da população admite a possibilidade de ser alvo de um ataque futuro, e é capaz de estabelecer uma relação direta entre os combates e seus fatores motivadores — o que não acontecia no Vietnã. Defende-se, portanto, que os ataques a Nova York em 11 de setembro de 2001 estão dentro dos limites descritivos propostos por Clausewitz para uma defesa autêntica, e que segundo o seu pensamento, há ganhos maiores pela mobilização nesse estado.

Assim como Sun Tzu, a importância de Clausewitz para o pensar da guerra é mais do que meramente ilustrar o pensamento de um determinado período histórico. Ele é de fato o primeiro teórico da guerra contemporânea, realizando a transição sistêmica de um modelo auto-centrado de gestão para outro onde a sociedade participa de uma forma mais holística. As reflexões de Clausewitz e seus conceitos mantêm-se atuais mesmo em suas limitações, e o fazem leitura obrigatória para qualquer um que queira aventurar-se nesta seara.

Como o objetivo mais adiante é justamente o de fazer uma evolução histórica, incluir Sun Tzu e Clausewitz é de grande relevância para demonstrar que, mesmo que ao longo dos séculos a sistematização sobre o conhecimento e a abordagem das ciências humanas tenha ganho complexidade, a importância da dimensão invisível dos conflitos permanece enorme – seja na motivação dos exércitos em lutar, seja na mobilização de recursos estratégicos importantes para a atividade bélica.

## Os meios de comunicação e a guerra: uma revisão do saber teórico comunicacional

Tendo visto os antecedentes teórico-históricos da questão mais ampla, faz-se oportuno revisar o uso de instrumentos teóricos pelo saber comunicacional de nossos dias para a análise das perguntas propostas. Mas, diferentemente de contextualizar, o objetivo aqui é o de chegar às bases, aos fundamentos das teorias, ou seja, as idéias que lhes são premissas. Para tanto, adotaremos doravante uma ordem inversa à cronológica: as teorias mais recentes antes, e as mais antigas depois. O intuito desse artifício é que cheguemos mais facilmente à raiz da fundamentação dessas teorias.

Chomsky & Herman — "modelo de propaganda"

Um dos maiores intelectuais de nosso tempo, Noam Chomsky dedica uma parte muito importante de sua vida à análise da mídia de massas americana e à sociologia da guerra. Por coincidência, seu engajamento intelectual nas questões da comunicação de guerra começa justamente com a Guerra do Vietnã, que é um dos pontos sob análise deste trabalho. Chomsky é hoje um dos maiores críticos da política externa americana, e apesar de ser um conhecido entusiasta da esquerda radical, sendo portanto ligado ao anarco-sindicalismo e ao marxismo, se afasta dos postulados do materialismo histórico na medida em que, como proeminente acadêmico originalmente do campo da Lingüística, prima pela análise semântica dos discursos e da formulação de significados e de identidades nos diversos grupos sociais. Sua abordagem é comumente classificada como típica da economia política, mas seus flertes com a sociologia histórica são freqüentes. Nada mais natural: na medida em que busca uma contextualização histórica, mas sem defender os postulados materialistas, acaba caindo em uma análise mais estruturante e construtivista.

Em um destes vários flertes, o livro “A Manipulação do Público”<sup>11</sup>, Chomsky e Edward Herman oferecem uma abordagem tópico-a-tópico usando um mesmo modelo de estrutura social – o que é bem típico da sociologia histórica – para explicar o funcionamento da mídia americana na obra em questão. Tal modelo é denominado por eles de “modelo de propaganda”, e tenta descrever como a mídia forma um poderoso sistema de propaganda descentralizado e não-conspiratório capaz de mobilizar um consenso de elite, ditar os termos do debate político por meio das perspectivas deste consenso e ao mesmo tempo aparentar ser democrático. Os autores testam empiricamente seu modelo por meio de “exemplos em pares”: pares de eventos que são objetivamente similares, exceto em relação aos “lados” da estória. Quer dizer: os autores demonstram que, para o mesmo tipo de caso, a mídia americana oferece uma cobertura excessivamente maior quando o episódio envolve um país inimigo dos EUA, ou quando tal país está no caminho de interesses americanos. Quando o episódio é similar, mas o país em questão é um aliado, a mídia tende a não valorizar a estória, e cobre pouco.

O modelo proposto tenta explicar o viés sistêmico em termos de causas sociais e econômicas estruturais em vez de teorias da conspiração tão comuns a esses temas. Apesar da descrição e categorização do problema ser claramente feita segundo um viés sociológico, o que demonstrado pelo uso de categorias clássicas como fato e ato sociais, a análise das causas que levam à presente concertação é a parte mais nitidamente influenciada pela economia política. Observam que a mídia de massas é geralmente feita por grandes corporações que, apesar de concorrentes, estão condicionadas pelo mesmo tipo de pressão competitiva, como qualquer grande empresa. Tal pressão acaba por gerar uma distorção natural comum a todas, como lógica de ação coletiva involuntária, a fim de se manter um ambiente estável para a auferição de lucros via publicidade. Este compromisso não dito com o baixo impacto das notícias acaba por definir que tipo de item vai a público, de que maneira e com que ênfase, e não por qualquer ação consciente da mídia, mas simplesmente por consequência de uma lógica de mercado.

---

<sup>11</sup> CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward. A Manipulação do Público — Política e Poder Econômico no Uso da Mídia. Futura, São Paulo, 2003.

O cerne do debate é demonstrar que sociedades democráticas exercem controle de formas sutis, diferentemente dos regimes totalitários, em que a força física pode ser usada prontamente para coerção da população. Em uma frase bastante citada, Chomsky afirma que a propaganda e a mídia estão para o estado democrático assim como o cacete está para o estado totalitário.

Além disso, o livro aponta um fato de enorme relevância para o objeto de estudo em questão: a dependência que os grandes conglomerados de mídia têm para com grandes fontes de notícias, particularmente os governos nacionais, o que configura o terceiro grande filtro de notícias, como veremos a seguir. Os argumentos apontados para tanto serão utilizados como justificativa para o trabalho, já que nos focaremos justamente nos mecanismos utilizados pelo governo americano para pautar sua mídia. Outro fenômeno apontado é o sutil descarte das fontes que desfavorecem o governo por meio de tratamentos preferenciais dados a outros veículos, com abordagens mais amigáveis o que faz com que o veículo rebelde pareça estar sendo superficial, por não ter acesso a outros dados. Esta sim parece ser uma estratégia deliberada dos governos.

Os autores argumentam que o viés jornalístico é derivado de cinco grandes "filtros", pelos quais todas as notícias devem passar, e que sistematicamente distorcem a cobertura de notícias. Os cinco filtros são:

- 1o. - Propriedade dos meios - ou seja, quem são os donos das corporações de mídia, e seus interesses políticos e econômicos.
- 2o. - Anunciantes - Interesses dos financiadores das corporações, ou seja, aqueles que investem em publicidade nos media.
- 3o. - As grandes fontes de notícia - e o viés dado às notícias por elas.
- 4o. - A crítica adversa - grupos de pressão contrários que acusam o viés, o que leva a uma sofisticação no discurso e uma maior capacidade de gerar consenso.
- 5o. - O anticomunismo, que pode ser interpretado nos dias de hoje como a cobertura patriótica, e o consenso público sobre a coletividade.

Os autores também testam o modelo na descrição de um caso que é apontado como um dos melhores exemplos de imprensa livre e agressivamente independente — a cobertura da Ofensiva do Tet, na Guerra do Vietnã. Os autores sustentam que mesmo neste caso a mídia agiu subservientemente aos interesses de uma elite, e que, portanto, houve atuação dos filtros descritos. Tal aspecto, é importante frisar, reforça a o fato de que, mesmo ligado a uma corrente tradicionalmente afeita a teorias da conspiração na política americana, Chomsky e Herman insistem no caráter não-conspiratório e não-centralizado da atuação destes filtros, fazendo uma abordagem bastante bem embasada do posto de vista sociológico e histórico. Pode-se não concordar com relação ao viés demasiadamente estruturalista, mas a obra em questão está muito longe de ser um panfleto ideológico ou desonesto do ponto de vista científico.

#### Primeiro Filtro: Propriedade dos meios

No primeiro filtro, os autores demonstram que há uma evolução histórica no aumento da escala — e dos custos — dos operadores da mídia a partir da segunda metade do século XIX, causados basicamente pelo aperfeiçoamento tecnológico e pelo interesse dos proprietários dos meios de comunicação de atingirem audiências cada vez maiores. Este fato é complementado pelo aumento dos custos iniciais para o começo de uma empreitada no ramo da mídia, mesmo que no nível local: o trabalho com a mídia é inacessível para o empreendedor independente de classe média — os profissionais liberais — mesmo em um pequena dimensão, pois os investimentos iniciais e o capital de hedge (proteção) necessário para uma baixa nos anunciantes não permitem a entrada neste mercado.

Como nota pessoal, registro que a impressão corrente na academia é que, mesmo na era da internet, em que a produção midiática pode se dar de forma totalmente descentralizada, há de se aportar investimentos significativos em webdesign e formulação de conteúdo para garantir a penetração no público — a "audiência" — e fazer deste um negócio rentável. A própria descentralização do meio acaba por minar a idéia de que a mídia da internet não requer formação profissional, tampouco experiência. Do contrário, me parece que a opinião uníssona dos especialistas é no sentido de que justamente pelo grande amorismo e pela possibilidade de

personalização é que há o enorme diferencial oferecido pelo profissionalismo dos operadores. Porém, como não é intuito deste trabalho aprofundar-se em nenhum meio, deixamos esta discussão para os colegas das linhas de pesquisa relacionadas. Julgamos importante a ilustração apenas para corroborar o argumento dos autores.

Desta forma, há primeiramente uma barreira de entrada, causada pelo investimento inicial requerido para se ter algum alcance substancial, posto que a dificuldade maior se encontra nos meios tecnológicos necessários a se atingir uma grande clientela e fazer frente à concorrência. Este problema está intimamente ligado ao segundo problema, que é a grande concentração dos meios nas mãos de poucas empresas e conglomerados no mundo inteiro e, com certa especificidade, nos Estados Unidos. Como posto por Ben Bagdikian no final da década de 1980, em que pese o incontável total de conteúdo diário produzido pela mídia americana todos os dias, mas da metade da sua circulação e faturamento totais estão concentradas em não mais do que 29 sistemas de mídia, incluindo-se jornais, revistas, transmissões, livros e filmes<sup>12</sup>.

A relação entre esses dois problemas é mais do que lógica, pois quanto maiores e mais concentrados forem os veículos de mídia, maiores serão os investimentos necessários para fazer frente a eles, seja por grupos independentes, seja por outras empresas ou conglomerados que desejem investir neste ramo. O que Chomsky e Herman apontam, bem como outros acadêmicos<sup>13</sup> é que há não apenas uma concentração no broadcasting, ou seja, na difusão dessas notícias, como também em sua produção. O segmento superior da mídia, normalmente visto como referência para a formação de opinião e que, segundo os autores, é composto por um número entre 10 a 24 empresas/sistemas, normalmente tem seus conteúdos repetidos pelos veículos inferiores, em um movimento de eco. Pois os autores demonstram em sua argumentação que esses veículos de broadcasting são por sua vez repetidores do que produzem as agências de notícias, este sim, um segmento extremamente concentrado, onde as quatro maiores agências — Associated Press, United Press International, Reuters e France Presse, correspondem a nada menos do que oitenta por cento das notícias internacionais em circulação no mundo, como demonstrado por Jonathan Fenby no livro citado pelos

---

<sup>12</sup> BAGDIKIAN, Ben. *The Media Monopoly*, 2a ed, Boston, Beacon Press, 1987, p XVI

<sup>13</sup> PALETZ, David e ENTMAN, Robert. *Media, Power, Politics*. New York, Free Press, 1981.

autores<sup>14</sup>. E, em que pese a France Presse ser fortemente subsidiada pelo governo francês, os outros três são de capital privado norte-americano, inclusive a Reuters, tradicionalmente ligada à imprensa britânica, mas que em 17 de maio de 2007 empreendeu uma operação de fusão com a agência americana Thomson, de Connecticut, que deterá 53% da nova empresa, a Thomson-Reuters.

Em suma, na geopolítica das agências, as três maiores estão sob controle do capital privado norte-americano. Por serem empresas de capital aberto, com aportes de milhões e milhões de dólares diários, há inevitavelmente a pressão por resultados por parte de acionistas, diretores e bancos de investimentos. Estão, portanto, imersas na cultura corporativa da sociedade industrial, como apontado por Toffler ao referir-se à estruturação das empresas da terceira onda a partir das estruturas da segunda, ou seja, da sociedade industrial. Não é objeto deste trabalho definir se tal configuração justifica-se, ou se é a ideal. O que queremos demonstrar é a argumentação dos autores no sentido da concentração dos grandes veículos, um fenômeno facilmente demonstrável por dados estatísticos, mesmo que estes já não sejam tão atuais.

#### Segundo Filtro: Anunciantes

O primeiro filtro tratava dos mecanismos de mercados aplicados aos meios de produção das empresas de mídia de dentro para fora, ou seja, de forma centrífuga. Já o segundo filtro trata dos mesmos mecanismos de mercado, mas de forma centrípeta — de fora para dentro — ou seja, como as empresas de mídia conseguem financiamento externo para suas atividades. Mais uma vez, estamos tratando da própria evolução da mídia de mercado do século XIX até os dias atuais, de um estágio inicial em que o preço de um jornal tinha que cobrir os custos do negócio em sua totalidade, e a gradual substituição desta por outra fonte de financiamento, a propaganda.

Os anunciantes davam aos jornais que os recebiam uma grande vantagem comparativa em relação a seus concorrentes, já que podiam ter preços menores e/ou serviços mais sofisticados, com matérias mais bem elaboradas, formato atraente, promoções, entre outros. Não houve muita opção para aqueles que dependiam das

---

<sup>14</sup> FENBY, Jonathan. *The International News Services*. New York, Schoken, 1986

receitas de vendas de exemplares: foram forçados à adaptação ao novo estilo de administração, ou gradualmente perderam participação de mercado até seus subseqüentes fechamentos.

O que os autores inferem deste movimento evolutivo, tão natural à primeira vista, é que ele também contribui para a concentração dos meios de comunicação em poucas empresas. A teoria econômica explica esse fenômeno como interferência assimétrica, em que a prosperidade ou não de um certo mercado de bens ou de capital acaba influenciando nas dinâmicas de suas áreas-meio, no nosso caso, a mídia. Uma empresa que atingiu excelência ou domínio de mercado, por exemplo, no ramo de suco de caju, decerto se sentirá cada vez mais tentada a anunciar, no seu processo de crescimento, as vantagens do seu produto: como o suco de caju é saudável e gostoso. Quanto mais bem sucedida for, maior se tornará o capital disponível para publicidade.

Aplicada à complexidade de toda uma economia, podemos apenas imaginar o quão grandes podem ser estes movimentos. A existência uma grande cotas de publicidade, portanto, desequilibra o mercado de mídia na medida em que os meios que as conseguem adquirem uma vantagem externa com relação a seus concorrentes, e se isso se torna um processo cumulativo, seus concorrentes tenderão ao fechamento, mesmo que tenham conseguido bons níveis de qualidade técnica e de aceitação no seu segmento de mercado. Tanto quanto a competência técnica no ofício do jornalismo, seja impresso ou transmitido, o sucesso de um empreendimento de news media se dará pela competência da equipe de marketing e vendas, que atrairão os patrocinadores, os "patronos". A seleção de mercado privilegia aqueles que, além de qualidade de notícia, focam em seus lucros.

De maneira análoga, há também a preocupação dessas equipes em "vender" o público de um determinado medium como "de qualidade", o que em miúdos significa que este público tem poder de compra. As empresas estão interessadas nos jornais na medida em que são ferramentas de vendas, e se o conteúdo das notícias não serve diretamente para este fim, ao menos não pode atrapalhar. Observa-se portanto um movimento de ingerência, mesmo que limitado, das empresas anunciantes nos conteúdos abordados pelos media, seja de forma direta — por exemplo, no movimento que o dono de uma empresa faz, por meio de seu diretor de publicidade, ao censurar

determinado conteúdo ao editor-chefe de um jornal, enquanto o contrato está em vigor — ou indiretos, por exemplo, pela suspensão ou não renovação deste contrato de publicidade. Em ambos os casos, não há nenhuma proposição nova, apenas observa-se um movimento de mercado.

De forma geral, podemos então perceber que há a tendência das empresas de evitarem os media que possam, com seus conteúdos, influir negativamente em suas vendas. O ambiente corporativo é permeado de pressões competitivas por ter um negócio lucrativo e estável no tempo, e isso é patente em suas atitudes. Os assuntos polêmicos, que normalmente fazem bem às vendas do jornal e à sua circulação, acabam tendo o efeito reverso quando essas polêmicas se tornam foco de controvérsias perturbadoras. Como o que se quer é um ambiente profícuo para vendas, há a tendência clara das empresas, por exemplo, de beneficiar em suas cotas publicitárias programas de entretenimento e amenidades em detrimento daqueles que abordam diretamente assuntos sérios, que por vezes causam embaraços e requerem compensações no campo das relações públicas.

As empresas fugirão de temas de debate naturalmente desagregadores, e de meios que os promovam, mesmo quando necessários. A rebeldia dos meios de comunicação normalmente é punida com a fuga destes anunciantes, que como vimos, pode ter conseqüências das mais graves.

### Terceiro Filtro: as Fontes de Notícias

Dizem os autores:

A mídia de massa é levada a um relacionamento simbiótico com as poderosas fontes de informação pela necessidade econômica e pela reciprocidade de interesses. A mídia precisa de um fluxo constante e confiável de matérias-primas para notícias (...) e não é possível ter repórteres e câmeras em todos os lugares onde histórias importantes possam acontecer<sup>15</sup>.

Há, portanto, a tendência dos meios de se concentrarem em lugares onde essas matérias primas sejam mais abundantes, que no caso local podem ser as delegacias de

---

<sup>15</sup> CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward. A Manipulação do Público — Política e Poder Econômico no Uso da Mídia. Futura, São Paulo, 2003.

polícia ou prefeituras, mas para o nosso objeto de estudo, normalmente estarão concentrados na Casa Branca, Departamento de Estado e Pentágono. Os rumores, boatos e as coletivas de imprensa das burocracias são grandes fontes de material para os jornalistas, com o mérito adicional de que as fontes governamentais, bem como as corporativas, são facilmente reconhecíveis pelo público, e são confiáveis por terem prestígio<sup>16</sup>. A mídia de massa, como distribuidora de notícias com "objetividade", necessita de fontes de informação que sejam presumivelmente precisas para seus públicos, e as fontes governamentais e corporativas cumprem este papel.

Os autores apontam a magnitude das operações de informação pública como importantíssima para a manutenção do sistema. O Pentágono, por exemplo, emprega milhares de pessoas em suas seções de comunicação social, entre militares, jornalistas, publicitários e profissionais de relações públicas, tanto no trato interno das informações como no contato com os principais veículos. Como veremos em um dos capítulos a seguir, essa postura é parte integrante e indissociável do esforço das operações militares, e há por parte dos exércitos — em especial das Forças Armadas norte-americanas — a clara noção de que o alcance da mídia é um fator multiplicador de poder militar.

De acordo com o factsheet sobre o programa de informações da Força Aérea dos Estados Unidos publicado em 1979 — no breve período em que essa informação foi disponível — ao fim da Guerra do Vietnã apenas essa força armada tinha o alcance de 140 jornais com mais de 690 mil exemplares semanais, 34 estações de rádio, 17 de televisão. Além disso, foram produzidos 45 mil releases por ano, 615 mil releases de notícias locais, 6600 entrevistas, 3200 coletivas de imprensa, 500 vôos de orientação para a mídia de notícias por ano, 50 reuniões com conselhos editoriais, 11 mil discursos, uma média de 600 mil releases sobre a USAF por ano, e empregava 1305 pessoas em tempo integral para a atividade de "public affairs" — descontando-se aí os postos que tinham atividades públicas em conjunto com outras tarefas. Produziu em um ano 148 filmes, dos quais 24 foram liberados para consumo público. Como seria de se esperar para organizações militares, desde 1980 todas essas informações são consideradas de

---

<sup>16</sup> Na Teoria do Jornalismo, essas fontes (polícia, governo, judiciário) são classificadas como primárias. Mas cabe lembrar que estas nem sempre são confiáveis, como crê o público. Vide LAGE, Nilson, Teoria e Técnica do Texto Jornalístico. São Paulo, Campus, 2005.

caráter sigiloso. Frise-se que estas informações dizem respeito apenas à Força Aérea, descontando-se seus demais colegas de Pentágono — Marinha, Exército, Fuzileiros Navais e Guarda Costeira — e que estão defasados em quase trinta anos, e que neste período de tempo não há motivos que se façam supor que houve uma diminuição dessa atividade, ao contrário, supõe-se que tenha se multiplicado em muitas vezes, ao ponto que estima-se que o esforço editorial do Departamento de Defesa para a mídia impressa seja hoje vinte vezes maior do que a maior editora daquele país.

Complementarmente à questão da quantidade de material produzido na relação simbiótica entre a mídia e as grande burocracias, há também a questão da qualidade, ou seja, da credibilidade dos especialistas e think tanks com relação aos assuntos abordados, em especial no que se referem a assuntos típicos das esferas decisoras do Estado, como as relações internacionais e os assuntos de defesa. Como praticamente todos os profissionais dessas áreas têm ligações estreitas com o aparato governamental — para não dizer que, na maior parte das vezes, eles próprios são diplomatas, militares de carreira e funcionários públicos — é extremamente difícil do ponto de vista prático e lógico termos veiculadas pelos media opiniões frontalmente opostas às estruturas das instituições que formulam tais políticas. Do ponto de vista estrutural, são poucos os veículos de comunicação no mundo que dispõe de especialistas totalmente independentes em assuntos militares ou em questões relacionadas à segurança internacional, o que se configura em um filtro também qualitativo para os conteúdos trabalhados.

#### Quarto Filtro: Reações Negativas

Assim como a física newtoniana preconiza que para cada ação há uma reação, é de se supor que uma opinião independente cause reações adversas, e elas vêm de muitas formas: desde cartas, e-mails e telefonemas aos jornalistas, editores, donos dos veículos e anunciantes até ameaças e processos judiciais — que de fato prosperam e multiplicam-se, dada a reputação dos Estados Unidos no acesso do cidadão comum ao aparato jurisdicional, quase sempre em busca de compensações na esfera civil. Em uma sociedade pouco mobilizada como a brasileira, este tipo de reação não é exatamente a maior prioridade dos decisores, mas em uma sociedade civil organizada em associações, lobbies e que possui uma cultura secular de envolvimento e protagonismo de pessoas

físicas nos assuntos públicos como nos Estados Unidos, uma bateria dessas reações pode ser bastante desagradável — e dispendioso. É claro que muitas vezes há também reações positivas, mas pode-se supor que é muito mais fácil que a parte prejudicada acione um advogado do que ter a solidariedade de alguém que pague um para defendê-lo.

Bem como em outras partes do mundo, nos Estados Unidos não raro ocorrem campanhas de consumidores negando-se a comprar de uma marca ou empresa em específico por controvérsias políticas, sejam elas de motivações ambientais, de saúde pública ou pura e simplesmente política — um episódio famoso e recente foi a recusa de grupos organizados em comprar bens e serviços franceses, pela recusa daquele país em apoiar a campanha pré-invasão do Iraque em 2003, o que levou a alguns estabelecimentos de comida rápida a anunciarem as populares batatas fritas — "french fries" em inglês, literalmente "fritas francesas" como "freedom fries" — fritas da liberdade — em seus cardápios. Por cômico que pareça, a campanha atingiu algum sucesso, envolvendo muitos restaurantes em todo o país.

É muito difícil prever que tipo de reação ocorre quando há alguma nota controversa, mas a língua de Shakespeare já cunhou um termo para estas campanhas generalizadas de difamação: Flak — um termo que está nos dicionários de língua inglesa desde 1963, e que tem origem na palavra alemã Fliegerabwehrkanone, ou artilharia antiaérea em português. A metáfora remonta à barreira de projéteis feita pelos alemães à aviação aliada nas campanhas de bombardeio da Segunda Guerra Mundial, e o fato de envolver um motivo bélico é muito apropriado para definir o que são essas campanhas na realidade norte-americana.

Na prática, essas reações descentralizadas atuam como fiscais de cumprimento dos contratos sociais estabelecidos entre as empresas, governo, anunciantes e público, fazendo o alerta antecipado a cada deslize ou conduta dúbia por parte dos contendedores da mídia. As retaliações normalmente partem de setores organizados, como associações, lobbies, think tanks, fundações e entidades congêneres, sendo uma das mais famosas e atuantes neste campo a Freedom House — uma entidade sem fins lucrativos sediada em Washington dedicada ao monitoramento das liberdades democráticas no mundo inteiro, e que recebe boa parte de seu financiamento do governo americano e por várias

fundações ligadas a fundos de investimento, notadamente a do mega-investidor George Soros. Como exemplo, a Freedom House, a Fundação Scaife e outras fundações foram os veículos utilizados pelo General William Westmoreland, comandante-em-chefe das tropas americanas no Vietnã, para processar a rede de televisão CBS em 120 milhões de dólares, por tê-lo acusado de participar de uma conspiração para fraudar o povo dos Estados Unidos sobre o verdadeiro andamento da guerra — ação esta que foi arquivada depois de um acordo fora do tribunal com a retratação da CBS. O fato ilustra bem a severidade da legislação norte-americana contra a calúnia e difamação, que além de consequências penais, normalmente aplicam pesadas multas e compensações civis para os lesados.

#### Quinto Filtro — o Anticomunismo — ou melhor, a Cobertura Patriótica

Escrito no último ano da Guerra Fria, o livro de Herman e Chomsky dá especial atenção ao patrulhamento da ideologia comunista pela mídia americana, tanto pelo fato ser bastante óbvio e natural em se tratando dos principais antagonistas do país por mais de 40 anos, quanto pelo fato de os dois, militantes de esquerda, muitas vezes haverem sido acusados de serem comunistas.

Não cabe a este trabalho realizar um exame ideológico sobre as influências do pensamento marxista sobre o trabalho dos autores, mesmo porque como já definido anteriormente, a obra baseia-se em dados, e os instrumentos de análise que nos provê não dá elementos que corroborem a invalidação destes por viés ideológico. Mesmo assim, tomamos a liberdade de realizar uma pequena adaptação ao modelo proposto pelos autores para não cair em anacronismos.

Os autores apontam neste quesito a necessidade de se estabelecer consensos unificadores na história dos Estados Unidos, como o próprio anticomunismo durante a Guerra Fria. A formulação destes consensos é necessária e vital para todos os países, sobretudo aqueles que possuem a escala, poder e a diversidade dos Estados Unidos — é o concreto social, o rejunte entre os tijolos que compõe o pluralismo social. O sociólogo

alemão Ferdinand Tönnies, em sua *magnus opus* “Gemeinschaft und Gesellschaft”<sup>17</sup>, trata da formulação destes consensos em sua Teoria dos Vínculos Sociais, e é ainda hoje considerado como referência para esse assunto. Segundo Tönnies, este é o ponto em que as sociedades em um sentido mais amplo (Gesellschaft), que possuem maior diversidade e pluralismo mas que carecem de ligações mais íntimas, tendem a ter traços de comunidade (Gemeinschaft), guiadas por um construto moral comum, e que compartilham a crença sobre como devem ser o papel, comportamento e responsabilidades de seus membros e de determinadas instituições, como por exemplo o papel exercido pelos jornalistas na cobertura de um evento de vulto nacional. O construto moral é normalmente apelativo ao menor núcleo base desta sociedade — no caso americano, a família — e suas determinações, por chamarem diretamente a lealdade e ao senso de pertencimento dos seus membros, quase nunca carecem de controle externo.

O paralelo que fazemos é instrumental para percebermos o papel da instituição família norte-americana na formulação destes consensos, e como isto pode ser trazido aos dias de hoje em relação aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e seus efeitos na sociedade americana contemporânea. A dita "Guerra contra o Terror" é hoje o principal fator de união nacional desde que as famílias, como célula-mater da sociedade, se viram frontalmente ameaçadas por um tipo de conflito sem delimitação de campo de batalha e que as baixas, preferencialmente civis, podem estar em qualquer lugar, de um movimentado centro comercial a uma estação de metrô, um ônibus urbano, um prédio público.

A maioria das críticas ao conservadorismo — ou reacionarismo, dependendo do viés — da sociedade norte-americana falha em perceber ou em reconhecer que a situação causada pelo terrorismo e pelos conflitos assimétricos no âmago da sociedade americana tem efeitos bastante importantes sobre a formulação deste consenso, e que seria de se esperar que uma população, que já possui um alto nível de protagonismo de associações civis independentes e que está sendo ameaçada frontalmente em suas vidas, reaja a esta situação fortalecendo as instituições e instrumentos deste consenso. Há a necessidade de *gemeinschaft*, o que é corroborado no modelo de DeFleur & Rokeach. O

---

<sup>17</sup> TÖNNIES, Ferdinand. *Community and Society - Gemeinschaft und Gesellschaft*. New York, Dover Publications, 2002

quinto filtro constitui-se, portanto, no grande filtro de recepção da sociedade americana em relação às informações emanadas pela mídia, e a manifestação do coletivo sobre as opiniões individuais dos formuladores de conteúdo da mídia.

Complementarmente, os autores apontam uma outra tendência de uma audiência do porte e tamanho da norte-americana: a dicotomização sistemática e o maniqueísmo da cobertura, que estabelece o "nós" e "eles" na pauta dos interesses domésticos. Os autores discorrem longamente no livro sobre a formulação dessa pauta e o relativismo guiado por estes interesses, que diferencia vítimas "merecedoras" e "não-merecedoras", que não será objeto de nossa reflexão específica.

Os cinco filtros apresentados constituem-se em um modelo bastante sólido sobre as condicionantes enfrentadas por mídia, governos, empresas e público para a compreensão do problema. (...)

DeFleur & Rokeach — o conceito de "bala mágica"

No livro *Teorias da Comunicação de Massa*<sup>18</sup>, os autores Melvin DeFleur e Sandra Ball-Rokeach fazem um tour de force na história do pensamento sobre a comunicação de massa, desde as primeiras comunicações realizadas pelo homo sapiens até a televisão por satélite, já nos anos 90. Ao trabalhar a definição do conceito de sociedade de massa, os autores retomam as idéias de Tönnies já citadas e da sociologia clássica de Durkheim, com as categorias de solidariedade mecânica e orgânica, a divisão do trabalho e o isolamento psicológico, que vem em concordância com o paralelo que fizemos de Tönnies e o quinto filtro de análise de Chomsky & Herman, já que a especialização do trabalho e as individualidades, enquanto no campo das sociedades complexas — *Gesellschaft* — induzem á necessidade de um senso de comunidade — o *Gemeinschaft*.

A formulação da teoria da bala mágica deriva do conceito de sociedade de massas, e está diretamente relacionada à visão de mundo da ciência do início do século XX. Segundo DeFleur e Rokeach, isso surge em um contexto logo após o nascimento

---

<sup>18</sup> DEFLEUR, Melvin & BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993

da sociologia como campo de conhecimento e da visão generalizada de que o sistema social tradicional, estável, e onde as pessoas eram intimamente ligas umas às outras, evoluía para outro de maior complexidade, onde as pessoas estavam mais isoladas, no qual há a maior valorização dos conceitos da individualidade e da heterogeneidade. Mesmo no debate descoordenado e conflitante daqueles primórdios da sociologia, o problema do indivíduo perante o meio social era a tônica, e como seria de se esperar não faltaram juízos de valor sobre esta situação: uns, vendo que aquilo era simplesmente uma evolução natural da espécie humana — lembremos que estamos em um momento ligeiramente posterior à formulação do darwinismo — acreditavam que este progresso traria uma sociedade mais harmônica; outros apontavam o caminho nefasto pelo isolamento, e por uma existência árida e mesquinha, compartimentada em ofícios e profissões, e por isso excessivamente focada em objetivos específicos.

Falar em sociedade de massas não é simplesmente falar sobre tamanho da sociedade, mas sim sobre o relacionamento do indivíduo com a sociedade que o rodeia. Os autores apontam como exemplo a Índia, com cerca de um bilhão de habitantes, mas que possui formas de organização social relativamente tradicionais. Tal como examinado pela dupla de autores, as sociedades de massa distinguem-se pelos elementos:

- 1 - a situação de isolamento psicológico apesar da teia de dependência funcional, tal como apontada por Durkheim;
- 2 - a predominância da impessoalidade nas interações com outros indivíduos, e a formulação de uma "ética profissional";
- 3 - a isenção de obrigações sociais forçosas — ou seja, um ambiente de razoável liberdade de ser e estar.

Um quarto fator, oculto mas presente nesta análise, é o da ausência de um valor unificador, uma finalidade central à vida em sociedade. Os estruturalistas defendem que este valor na sociedade industrial urbana ocidental é o enriquecimento per se (it), mas outros afirmam que justamente a falta deste elemento é que deu abertura para os nacionalismos e para os totalitarismos que seguiram-se à formulação destas teorias, na

segunda e terceira década do século XX. A influência do darwinismo nesta formulação é muito clara. Apontam os autores que naquele período as análises sobre a conduta humana, tanto na abordagem neurobiológica quanto na comparativa, eram de que ela era um produto da genética. Tal determinismo desdobrava-se pela retomada do debate do início da idade contemporânea sobre a natureza humana, tanto para o lado positivo — o bom selvagem de Rousseau — quanto para o negativo, com as formulações de Hobbes. Devemos também ponderar, como parte deste pano de fundo, o início da sistematização sobre o inconsciente e a racionalidade, tanto no campo psicológico como no econômico.

A Primeira Grande Guerra teve papel central sobre a demonstração da validade destes postulados. Foi a primeira ocasião no mundo ocidental em que estes puderam ser demonstrados com uma riqueza maior de exemplos de profundidade sobre os limites das relações sociais. Nunca é demais ressaltar que, em que pese a triste constatação de que as guerras existem e são devastadoras em todos os aspectos da existência humana, elas são de grande valia para as ciências sociais justamente pelo seu caráter limítrofe, e que qualquer análise é facilitada quando há uma força desagregadora de elementos, ainda mais uma tão poderosa. A Guerra de 1914 proporcionou, pela primeira vez, que populações inteiras desempenhassem papéis ativos e coordenados nos esforços contra os inimigos — o que levou também a adaptações na teoria da guerra, com as formulações de Ludendorff sobre a "Guerra Total".

As guerras de outrora também envolviam a população civil, pois como vimos desde a China Antiga de Sun Tzu foi sempre ela quem pagou com pesados tributos e privações pelo esforço bélico de seus líderes. Porém, de forma geral, os militares sempre levaram suas campanhas de forma independente, e podemos dizer com grande segurança que, por mais que possamos identificar mecânicas sociais profundas para esta transição, como temos apontado nos últimos parágrafos, foi a facilitação do trânsito das informações — portanto a comunicação — a peça-chave para tamanha revolução. A derrota final de Napoleão para o Duque de Wellington na batalha de Waterloo, nos campos da Bélgica, demorou cinco dias para ser confirmada ao rei da Inglaterra, em Londres. Havia grandes interesses britânicos e de outras potências envolvidos, mas a vontade das cortes de saberem das notícias não teve mais efeito do que as limitações dos meios de comunicação da época, tanto em transmissões como em credibilidade.

Os autores afirmam que o não-engajamento das populações civis nas guerras até o século XIX eram uma constante em todos os países, e particularmente no mundo anglo-saxão. Na Inglaterra, por exemplo, a última ocupação inimiga data da invasão normanda; e nos Estados Unidos, embora a Guerra Civil tenha acarretado grande sofrimento e privação e que o país tenha de fato ganho território de seus vizinhos mediante guerras, o último embate com tropas ditas estrangeiras em seu "home front" (it), ou seja, em áreas povoadas do país, foi justamente na Guerra de Independência. Isso se relaciona diretamente com nosso objeto de estudo, uma vez que veremos que os Estados Unidos, país de forte tradição militarista, possui a mentalidade de travar guerras apenas para fora.

Estruturalistas ou não, os historiadores são uníssomos em afirmar que, sendo travadas entre pares — sociedades de alto grau de industrialização — as duas guerras ditas mundiais foram o confronto entre a capacidade fabril e tecnológica das potências, e que portanto dependiam do engajamento e entusiasmo de todos os setores da economia. Mesmo que não envolvida diretamente na produção de bens para a indústria bélica ou para a logística de guerra, as populações estavam mais do que nunca sujeitas às privações — as sociedades industriais são mais complexas em suas necessidades, em contraste com as sociedades agrárias, mais auto-suficientes, e também como nunca antes se tornavam o alvo das operações militares — o que foi levado ao extremo na segunda guerra, onde as campanhas de bombardeio contra cidades ignoravam a noção atual que temos sobre evitar danos colaterais.

A atividade bélica, portanto, passava a não demandar apenas capacidade fabril. Ela impunha um esforço generalizado: o corte de amenidades e bens de luxo, o afastamento do seio da família pelo alistamento obrigatório, o trabalho vigoroso em prol da economia do país. Mas, como vimos, as sociedades fabris careciam dos vínculos *Gemeinschaft*, dos sentimentos recíprocos, aglutinadores. As sociedades — ou melhor, aqueles sistemas sociais — viram então a necessidade urgente e crítica de criar estes vínculos e forjar estes elos sólidos. Fazia-se crucial mobilizar sentimentos e lealdades, incitar o ódio ao inimigo, manter o moral elevado diante dos sacrifícios e captar-lhes energia. Para tanto, as sociedades industriais valeram-se da propaganda de guerra. Logo

e em tempo, livros, filmes, fotos, notícias, discos, discursos, panfletos, sermões de igreja — todos apontando em uma mesma direção.

É importante notar que os autores apontam na direção de causas sociais para este fenômeno, o que as afasta de serem vistas como mais uma formulação malévola dos policy-makers para ver concretizados seus planos de dominação. A teoria da sociedade de massa privilegia, portanto, a visão de que a guerra é uma consequência da vida em sociedade: é "a Política" e não meramente "uma política". A propaganda de guerra então seria totalmente ineficaz se não fosse um produto tão poderoso da própria sociedade e de seu ímpeto por sobrevivência ou pelo poder — as pessoas simplesmente não dariam ouvidos, nem reproduziriam a mensagem. Ao contrário, o que observamos no período é o domínio completo deste assunto em todos os meios.

A teoria da sociedade de massas aponta então que o Estado não poderia ser culpado de um movimento tão grande no seio das sociedades. Porém, ela aponta que é ele o formulador principal das mensagens que são transmitidas, e é precisamente neste momento que a propaganda se torna uma política pública — que requeria habilidade e coordenação acuradas. Como os próprios meios de comunicação em massa também eram novidade — foi neste período que os jornais diários tornaram-se acessíveis às classes trabalhadoras, e o rádio às famílias de classe média — surgiu a crença generalizada no poder dos meios de comunicação de massa. Afinal, que incrível ferramenta era esta, que chegava a toda gente e a fazia conhecer coisas inimagináveis, e que enfim, as aproximavam? E quão grande então é o poder daqueles que formulam as mensagens e escolhem aquilo que será transmitido a milhões de receptores?

Dizem os autores:

A teoria básica da comunicação de massa (...) não é tão simples quando poderia parecer. Com certeza, é relativamente a teoria do estímulo-resposta, mas também é uma teoria que presume um determinado conjunto de suposições não-mencionadas, referentes não apenas à organização social das sociedades, como da estrutura psicológica dos seres humanos que estão reagindo à mensagem (grifos nossos).

Os fragmentos sublinhados nos mostram as duas dimensões em que podemos ampliar as fronteiras do que se entende por teoria da comunicação para além da mera noção de estímulo-resposta: uma é intrinsecamente coletiva, e está calcada na transição

entre comunidade e sociedade na era industrial; a outra é individual, e tem a ver não apenas com a psicologia em si, como também com a própria existência do indivíduo como categoria de análise – este também produto da era industrial.

Como não podemos afastar as idéias do momento histórico em que elas são formuladas, podemos afirmar que as noções sobre a natureza humana e sobre a mecânica das forças sociais faziam acreditar que as mensagens proferidas pelos meios de comunicação eram dotadas de uma força que de tão enorme poderia ser a força aglutinadora, de vinculação e pertencimento, de uma sociedade inteira, preenchendo uma lacuna intrínseca à sociedade industrial, do *Gesellschaft*.

A idéia fundamental é, portanto, a de que tais informações proferidas pelos meios de comunicação eram recebidas de forma integral pelos receptores, porque preenchiam uma lacuna no tecido social que fazia com que as pessoas de fato acreditassem integralmente em seu conteúdo. Esse poder fantástico ficou conhecido por alegorias um tanto literárias e pitorescas do pensamento comunicacional do período: o termo mais popular é o de "bala mágica", como um projétil que sempre acerta seu alvo, mas são também bastante usados o termo "agulha hipodérmica", como se a informação fosse um implante sob a pele dos indivíduos, ou "correia de transmissão", para indicar o movimento de engrenagem e de transmissão.

Além das características sociológicas já apontadas na contextualização, a tese da bala mágica centrava-se em uma abordagem psicológica, na qual o instinto e as características biológicas justificavam o caráter uniforme da natureza humana. Há de se apontar que o início do século XX propiciou o nascimento da psicanálise, e as noções de instinto aplicadas à vida em sociedade desenvolvidas por Freud e seus contemporâneos foram de grande influência ao pensamento científico do período. Mesmo o pai da psicologia de massas, Gustave Le Bon, afirmava que os grupos sociais nivelavam-se em razão da menor racionalidade disponível, estando portanto no domínio das sensações e dos instintos.

Uma das frases mais famosas do teórico da comunicação Harold Lasswell, autor de *Propaganda Technique in the World War*<sup>19</sup> e ligado à *Communication Research*, expunha com clareza a premissa: "Temos que pôr de lado dogmatismos democráticos sobre os homens serem os melhores juízes de seus próprios interesses, uma vez que esses pulam de uma alternativa a outra sem razão sólida". Seguindo a linha de raciocínio, podemos dizer que as mensagens dos meios de comunicação eram vistas então em um mecanismo de estímulo-reação, potencializado pela crença de que os meios de comunicação, na qualidade de grandes corporações, eram dotados de enorme poder, elegendo e depondo governos, por exemplo.

Apesar de ter sido anterior às formulações de Chomsky e Herman, tratar das teorias da bala mágica após discorrer sobre o modelo de propaganda adotado pelos foi proposital para percebermos a atualidade e validade das acepções. É claro que, quase um século depois de suas formulações, houve tempo mais do que bastante para que tais teorias fossem suplantadas por outras que levassem em conta o caráter de variabilidade e mutabilidade das sociedades — obedecendo à própria evolução da sociologia e demais ciências humanas no século XX. Em meio à profusão de tantas teorias da comunicação, as teses da bala mágica foram suplantadas pelas teorias de influência seletiva, que já não viam a natureza humana tão deterministicamente, e nem atribuíam tanto controle e poder aos formuladores de mensagem nos meios de comunicação. Hoje, sabemos que nem tudo é genético, e que há traços importantes que podem ser adquiridos ao longo de uma vida, mas não por isso deixamos de ser menos instintivos.

Com os elementos que pudemos colher no presente trabalho, podemos inferir que, se não há consenso sobre as causas, o pensamento comunicacional da atualidade tende a acreditar que os efeitos da comunicação em massa são muito próximos aos citados pelos modelos de propaganda e de bala mágica, pelo menos nos setores específicos tratados em nosso objeto de estudo. Tal afirmação poderia ser o foco de um estudo mais aprofundado e empírico no futuro, mas apontar esse viés, quer válido ou não, é importante para compreendermos como os fatos são abordados. A hipótese pode não se confirmar, mas de qualquer forma, as idéias e corolários que formam o pano de fundo para essas teorias permanecem na história do pensamento e são retomadas de

---

<sup>19</sup> LASSWELL, Harold. *Propaganda techniques in the world war*. New York: Alfred Knopf, 1927.

tempos em tempos. As pesquisas de opinião pública realizadas hoje em dia levam em conta muitos dos fatores de irracionalidade e pertencimento que apontamos, bem como as campanhas publicitárias. Hoje e sempre, redes de televisão como a TV Globo serão acusadas de usar seu poder de influência direta e subliminar sobre o público para eleger um presidente da República, como muitos afirmam, por exemplo, sobre a eleição de Fernando Collor em 1990. Os exemplos são muitos, o que faz deste um campo riquíssimo para estudos. Uma rápida pesquisa demonstraria que o público em sua maior parte ainda vê a mídia como tendo profundo efeito na opinião pública e em seu comportamento. Na parte do trabalho que trata sobre a evolução histórica da cobertura das guerras de 1975 até hoje tentaremos apontar o porquê de os exemplos observados nas duas grandes guerras e que deram subsídios para a formulação da teoria da bala mágica nos parecerem tão atuais.

Mídia: uma elite?

Não se engana quem percebe afinidades teóricas entre os formuladores da teoria da bala mágica e a teoria das elites. Contemporâneas, as duas escolas chegam a confundir-se em determinados momentos: um dos primeiros grandes nomes da Communication Research, Walter Lippman advogava que os jornalistas e os meios de comunicação de massa eram tradutores das elites às massas, e que tal fato era na verdade muito positivo, pois no seu entender “o governo deve ser exercido por uma classe esclarecida”. Também Harold Lasswell compartilhava desse pensamento, quando dizia que a propaganda era um fenômeno natural das democracias para manter os cidadãos de acordo com a elite pensante. Para os teóricos da Communication Research, além de mediar a troca de informações, os meios de comunicação realizam o papel de mediação social, na medida em que neles se inserem a troca de códigos sociais, a evolução do pensamento e a formulação da História.

Dada a proximidade de fundamentos entre as corrente da teoria da comunicação e da ciência política supracitadas, faz-se importante visitar os conceitos delas em paralelo, para que possamos entender tanto se elas fazem parte de um mesmo arcabouço epistemológico, como se podemos inserir os operadores dos meios de comunicação como membros de uma elite ou se são apenas mensageiros de uma elite. Para tanto, trabalharemos com os seus principais questionamentos e postulados: o que define uma

elite, como reconhecer seus elementos, e como se dá a interação com outros membros em uma sociedade mais ampla.

“Vede como sopra esta pena e do meu rosto a afasto, e depois como o vento a traz de volta. Agora ao meu impulso obedece, para obedecer depois a força estranha, sempre do lado do mais forte sopra. Desse modo, leviano, é sempre o povo.”

Shakespeare, Henrique VI, 3ª parte, Ato III, Cena 1.

Como sugere o rei da obra do bardo inglês, as massas são usualmente retratadas como entes irracionais, passionais e manipuláveis, sempre à mercê dos interesses e jogos dos príncipes e daqueles poucos mandarins que os cercam. Desde o início das sociedades humanas podemos observar que a liderança social e política, estendida para além da organização da família ou clã, era posta a um grupo menor, possuidor de uma dada característica especial que fazia de seus integrantes mais aptos a governar. Esses eram os “eleitos” – palavra esta que tem a mesma raiz etimológica da palavra “elite”, objeto de nosso estudo. Conceitualmente, uma elite é um grupo minoritário que tem um papel excepcionalmente grande e influente em assuntos políticos e sociais. Um grupo que, mesmo que não necessariamente dominante dentro de uma sociedade, consegue fazer-se ouvir perante grupos semelhantes em um contexto maior de sociedade pluralista.

O estudo sobre as elites é, naturalmente, um assunto de grande interesse para a ciência política, sociologia, e para as ciências humanas e sociais como um todo, e normalmente é posto como de estudo da sociologia política, por se tratar de uma forma de organização social que se reflete no meio político. É importante notar que esta precedência ontológica da identidade da elite sobre os seus fins e objetivos é uma constante na maioria dos escritos sobre o tema, independentemente do viés ideológico adotado por eles. Tal detalhe metodológico, portanto, nos aponta os dois elementos principais para o estudo teórico e empírico de uma elite — a identidade e os fins — e demonstra sociologicamente que as elites estão mais ligadas aos caracteres específicos que a diferenciam do resto do grupo social do que com sua afirmação perante eles. Dominantes ou não, as elites existem e existirão enquanto houver tal marca que as diferencie.

Complementarmente, a filosofia política percebe duas grandes abordagens históricas para a influência das elites em uma sociedade. A primeira nos diz que as elites são decision-makers por natureza, e desta forma são um corpo social que não está sujeito a qualquer tipo de influência ou controle de qualquer outro setor da sociedade. Já a segunda aponta que a elite é parte indissociável da sociedade como um todo, compartilhando com ela caracteres e idéias, e que são elas, as elites, o cimento que integra os vários setores da sociedade plural, já que a refletem de forma organizada, sendo uma fonte de valores sem a qual a própria sociedade não seria possível. A primeira tendência é favorita entre aqueles adeptos da tradição aristotélica e quantitativista, pois facilita a delimitação do grupo como uma variável no sistema. A segunda, por sua vez, tem origens na tradição platônica, tendo seu ápice no pensamento de Kant e Hegel, sobre a fundamentação do élan dos tempos e a dialética social entre os senhores e servos da escola idealista alemã.

Os escritos de Platão e Aristóteles nos descrevem, dentre a pluralidade das formas de governo da Grécia Antiga, vários tipos de organização de um governo de poucos sobre muitos. As oligarquias (do grego oligos “poucos” e archía, “poder”), pode bastar-se em si como classificação, ou como preferiu Aristóteles, ser desmembrado em aristocracia – o governo dos “melhores”, baseado no prestígio social — e plutocracia — governo dos ricos, baseado no critério da desigualdade econômica. A democracia das cidades-estado gregas, vista na classificação dos clássicos como uma forma de governo de muitos, pode muito bem ser vista, modernamente, também como um governo de elites, já que o direito à cidadania na polis grega era restrita aos homens livres, excluindo-se mulheres, escravos, estrangeiros, crianças e idosos – portanto, um critério longe de ser amplo e universal.

Mais uma vez, discípulo e mestre têm aqui posições bem marcadas. Para Platão, a existência de uma elite comprometida com os valores da polis era a garantia de sua virtude e estabilidade, sendo as elites, normalmente, reflexos do povo da polis que lhes serve de lar. Já para Aristóteles, a diferenciação de um grupo perante o todo normalmente significaria formas degeneradas de governo. A identidade fora da identidade da polis era algo negativo per se, e não poderia haver igualdade sem uma identidade maior do que todas as outras identidades dentro da polis.

O assunto é abordado por todos os principais nomes da filosofia política, em especial entre alguns daqueles que constituíram a base do pensamento humanista da Idade Moderna, como Hobbes, Locke, Rousseau, Maquiavel, Stuart Mill. O assunto também é largamente abordado por Marx, que baseia boa parte de seu pensamento na luta histórica entre uma elite “classe dominante” e uma massa do “proletariado”. Mas foi no caldeirão do pensamento político da segunda metade do século XIX que o tema ganhou contornos mais fortes. Em um contexto de reação conservadora ao marxismo, teóricos como Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels cunharam uma abordagem que ficaria conhecida como teoria das elites<sup>20</sup> ou elitismo. Partindo da abordagem platonista, estes três autores estabeleceram como premissa o fato de que as elites são indissociáveis e necessárias a toda e qualquer sociedade, simplesmente porque a são elas, mesmo naturalmente minoritárias em termos quantitativos, as responsáveis pelo progresso e pela mobilização da força produtiva. Pareto, adepto das explicações matemáticas, cunhou aquela que seria conhecida como Distribuição de Pareto: 20% das causas levam a 80% dos resultados. Apesar de não ter aplicado diretamente esta explicação matemática à teoria das elites – o que foi feito apenas com Joseph M. Juran, após a morte de seu mestre, ela indica como se dá a abordagem desta questão.

Mais do que uma categoria de estudo científico, a teoria das elites tornou-se tema de debate ideológico, e como alguns scholars apontam, uma ideologia em si – para o grande desespero de seus formuladores, como veremos adiante. Contemporaneamente, as obras destes três autores são consideradas clássicas, não só pelo conteúdo e pela abordagem metodológica, mas pela continuidade de uma tradição no pensamento político, e pela controvérsia que causaram no meio acadêmico, razão pela qual foram muito lidos.

---

<sup>20</sup> Algumas obras-chave consultadas para esta parte:

- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Coleção Pensamento Político no. 53, Editora UnB, Brasília
- MILLS, C Wright. *A Elite do Poder*. Biblioteca de Ciências Sociais, 4a ed. Zahar, 1981
- MOSCA, Gaetano. "A Classe Dirigente" in Amaury de SOUZA (org.) *Sociologia Política*. Zahar, Rio de Janeiro, 1966
- PARETO, Vilfredo. "As Elites e o Uso da Força na Sociedade" in Amaury de SOUZA (org.) *Sociologia Política*. Zahar, Rio de Janeiro, 1966
- PARETO, Vilfredo. *Mind and Society*. Harcourt Brace, New York, 1935

O debate está longe de chegar a uma conclusão. Para alguns, as elites são uma ameaça aos valores libertários e uma negação da democracia, e que em um plano ideal nem existiriam. Para outros, as elites são inevitáveis em um pluralismo, e são a garantia da sociedade contra uma ditadura da maioria e o totalitarismo. Nesta breve revisão sobre o pensamento político, marcaremos a evolução histórica das principais contribuições das diversas escolas de pensamento e dos autores que as representam. Há de se reconhecer que o elitismo, mesmo para aqueles que não crêem em suas premissas, forçou a filosofia política do início do século XX a revisitar e rever vários conceitos que constituem a base do pensamento democrático introduzido pelo Iluminismo, como a definição de igualdade. Neste ponto, é indiscutível sua importância e contribuição para o debate contemporâneo.

O que é uma elite?

Antes de marcarmos as diferenças, nos parece bastante lógico marcar os pontos consensuais entre as várias escolas. E o que identificamos é que o papel das elites, e não a sua existência, é a questão aberta ao debate, principalmente o ideológico. Todos parecem concordar que as elites de fato existem e são uma força significativa dentro das sociedades, independente do que pensem sobre se as elites são naturalmente boas ou ruins.

Observamos que as elites políticas sempre existiram nas sociedades humanas ao longo da história, e que além de ter em comum o fato de que possuem uma parcela significativa, senão a principal, do poder das sociedades em que vivem, são caracterizadas por uma marca, uma identidade. Por exemplo, uma constante entre vários povos é considerar os guerreiros e sacerdotes como parte de uma elite, pelos aspectos sobrenaturais envolvidos na guerra e no trato com as divindades.

São critérios normalmente utilizados para definir uma elite:

- maior riqueza ou posse de terras — normalmente visto não só como um critério per se, mas também uma consequência a todos os grupos tidos como de elite;
- maior força física, reconhecida em habilidades atléticas — preferidas das castas guerreiras;
- maior inteligência, demonstrada por qualificações acadêmicas, preferidas pelos sacerdotes e classe política;
- conexão privilegiada com alguma divindade, em culturas míticas;
- bom-gosto e cultura — marca de conexão com a identidade da elite, já que normalmente a definição de "bom" é dada pela própria elite;
- outros critérios: carisma, experiência, criatividade – normalmente empregados não como marca da elite, mas como fator de diferenciação dentro da mesma.

Um ethos comum a muitas culturas é a questão da posse da terra. As aristocracias rurais, como no caso dos homens-bons do Brasil e da nobreza inglesa (a Green Wellie Brigade), estabelecem todo um sistema de valores complexo com reflexos em toda a vida social destes. Weber apontou tais valores ao analisar os proprietários de terra prussianos, os Junkers. Os valores conservadores desses, depois, serviriam de inspiração aos ideais supremacistas do partido nazista. Outro fator comum é a religião. O Hinduísmo, por exemplo, tem como espinha dorsal um sistema de castas que estabelece uma hierarquia decrescente entre os sacerdotes e professores (Brâmanes), guerreiros e nobres (Xátrias), artesãos e mercadores (Vaixás) operários e camponeses (Sudras), e por fim, os intocáveis (Dalits), párias da sociedade, destinados aos serviços mais degradantes. No Judaísmo antigo, os Conahim e os Levitas eram grupos de sacerdotes com deveres e privilégios específicos, que os diferenciavam do resto da sociedade. Mesmo algumas vertentes do Cristianismo, como os calvinistas e os cátaros, percebem-se como elite na medida em que pensam ser “os escolhidos”.

Seja qual for a marca usada como identidade, o componente de auto-reconhecimento é muito forte e presente. Os membros da elite não apenas se sentem parte delas, adicionando e assimilando o seu ethos, mas também é capaz de reconhecer

outros indivíduos desta elite. Isso pode ser observado nos modos e gostos, e também no tipo de linguagem que usam. A elite da Rússia czarista falava francês, bem como a nobreza inglesa da dinastia Plantageneta. No Egito antigo, a elite da dinastia ptolemaica falava grego. E na Inglaterra e Estados Unidos do século XX, o termo U-English (a letra “u” significando upper class ou university) foi cunhado para diferenciar o inglês culto. Isso leva não só ao reconhecimento da elite como uma unidade, como também a um preconceito lingüístico com os membros de outros estratos sociais, como nos mostra Marcos Bagno<sup>21</sup>. O uso correto da norma culta da língua portuguesa, por exemplo, é sem dúvida um mecanismo de reconhecimento social no Brasil contemporâneo.

Porém, muito mais do que diferenciar-se ou reconhecer-se, uma elite deve ter a capacidade de articular-se com outros grupos. De modo contrário, o poder e a influência não são possíveis, e só ocasionará conflitos. Como exemplos, podemos apresentar a elite do sul dos Estados Unidos, denominada good ol' boy network, que conjuga a influência religiosa e política das igrejas protestantes com o poder jurídico de advogados e agentes policiais, e que constitui o grande poder deste grupo sobre os aparatos políticos destes estados. No espectro contrário, vemos que minorias étnicas como um todo, vendo a si mesmas ou não como “elite”, entram em conflito com o grupo majoritário se, no espaço de algumas gerações, não consegue articular-se com ele. É o caso de muitos conflitos étnicos hoje em dia.

#### Oligarquia, Aristocracia, Plutocracia

Apesar de reconhecer as virtudes do governo de poucos — chegando até a sugerir a aristocracia como a forma mais equilibrada e ideal para a polis — a herança aristotélica discorre bem mais sobre a degeneração das formas de governo baseadas em uma elite do que sobre o que faz dela algo “bom é útil”. A oligarquia tomada literalmente como um governo de poucos é para Aristóteles algo intrinsecamente ruim, pois os poucos, sem algum critério que os faça melhores (aristós), vulgarizam o poder tanto quanto o povo na democracia, com a desvantagem adicional de sempre considerarem-se primeiro na partição dos bens universais.

---

<sup>21</sup> BAGNO, Marcos. Preconceito lingüístico: o que é, como se faz. São Paulo, Loyola, 1999

Modernamente, podemos considerar o governo de apartheid da África do sul como um exemplo de oligarquia aristotélica, já que critério baseado na raça estabelecido pelo acordo entre ingleses e afrikaners depois das Guerras dos Bôeres (1880-81 e 1899-1902) não os fazia necessariamente “melhores” do que a maioria do grupo social sul-africano. O governo do apartheid, ironicamente, serve também como demonstração empírica quase exata do esquema 20-80 de Pareto: os brancos representavam 20% da população, mas tinham acesso a 80% da riqueza e das oportunidades de trabalho.

A escola aristotélica, contudo, voltou a maior parte de sua atenção para o estudo das plutocracias. Modernamente, a crítica aristotélica se faz presente na opinião de vários scholars, que apontam o capitalismo em si como uma grande plutocracia, já que ele, como sistema econômico, é impossível sem uma relação simbiótica com o aparato governamental (o que é chamado, em língua inglesa, de *crony capitalism*), apoiando-se muito mais em favores e privilégios, como concessões, licenças especiais, isenções fiscais e outros artifícios do que nas idéias de mercado, livre concorrência e liberalismo econômico. Tal tendência forma, na opinião destes scholars uma hierarquia social aristocrática que é percebida desde a relação entre grandes empresários e políticos de influência em grandes esquemas de corrupção, até num plano microfísico, nas tendências e pequenos favorecimentos dados por servidores públicos e burocratas baseados em ligações familiares e pessoais. Esta discussão está no cerne do debate sobre a investidura em cargos políticos representativos e seu processo de eleição, por exemplo, na questão do financiamento das campanhas e o tipo de favores devidos pelos políticos àqueles que “pagaram” por sua eleição.

É interessante notar que as plutocracias são uma degeneração bastante natural e fácil de ocorrer. É normalmente o primeiro sistema de governo a estabelecer-se na prática após um período de anomia, como os ocasionados por uma guerra (Dahrendorf aponta esta tendência em “A Lei e a Ordem”<sup>22</sup>, falando sobre a Berlim pós-invasão soviética). Podemos também classificar como plutocracias as “democracias” das cidades-estado gregas, o patriciado romano, as repúblicas mercantes renascentistas de Gênova, Veneza e Florença, e, contemporaneamente, as economias emergentes — os

---

<sup>22</sup> DAHRENDORF, Ralf. *A Lei e a Ordem*. Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1997

zaibatsu no Japão, os chaebol na Coreia, os “novos mandarins” do atual sistema capitalista chinês e a nomenklatura soviética e pós-soviética na Rússia, advinda principalmente do desmonte da estrutura pública via privatizações – todos perfeitamente dentro dos limites descritivos conceituais. Isso sem mencionar, obviamente, as “grandes democracias” ocidentais, que têm nas ligações carnavais com os grandes conglomerados de capital a garantia de sua própria sobrevivência política.

### Mídia como aristocracia

Em seu livro de 1922 *Public Opinion*<sup>23</sup>, o teórico Walter Lippmann cunha a expressão “manufaturar o consenso” (manufacturing consent) que é justamente o título original em inglês do livro “A Manipulação do Público” de Chomsky e Herman que analisamos no começo deste ensaio. A dupla, obviamente, usou o título de forma irônica, já que o viés dos autores é o de ver o fenômeno das elites na tradição aristotélica, ou seja, como uma consequência indesejada da vida social. Para o ultra-liberal Lippmann, ao contrário, essa “manufatura” é útil e necessária à sociedade moderna – portanto bem inserida na tradição platônica – pois, segundo ele, em muitos casos os desejos coletivos não estão óbvios, e apenas se tornam claros a partir de uma criteriosa coleta e análise de dados, que a maioria das pessoas não pode ou não está interessada em fazer. As maiorias, portanto, devem ser pautadas pela minoria melhor informada.

Lippman observa que cabe ao operador dos meios de comunicação essa criteriosa coleta e análise de dados, bem como aos acadêmicos – o que enquadra os dois grupos dentro dos limites da definição de elite. Tal como Chomsky e Herman, Lippman aponta a relação simbiótica entre capitalismo e a mídia de massa no esquema de crony capitalism descrito acima. Porém, para ele esses movimentos são naturais na sociedade industrial.

Seja qual for o viés valorativo adotado, aristotélico ou platônico, mais à esquerda ou mais à direita, observamos nos operadores dos meios de comunicação uma clara orientação a constituírem-se em uma casta de elite – frise-se que como operador

---

<sup>23</sup> LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. Obra de domínio público, Disponível no site: <http://xroads.virginia.edu/~Hyper/Lippman/cover.html>

delimitamos aqueles que participam da formulação dos conteúdos, o que não abarca necessariamente a todos em uma indústria enorme como a mídia. O jornalista é portanto, parte da elite, mas o operador da impressora offset não.

## A mídia de guerra nos Estados Unidos: Um Panorama Histórico

"Aqueles que podem prescindir de uma liberdade essencial por causa de uma segurança temporária, não merecem nem a liberdade, nem a própria segurança."  
Benjamin Franklin

A única superpotência global parece ter em si uma grande dualidade, que se revela hoje na fronteira de uma contradição conceitual. Desde os “pais-fundadores” até nossos dias, o amor pela causa da liberdade e sua defesa, por vezes virulenta, pelas legiões da mais eficiente máquina militar de toda a História, forneceu inúmeros episódios paradoxais, em que a tal liberdade foi comprometida justamente para que a própria fosse defendida.

De forma mais objetiva, vemos que em uma situação sociologicamente limítrofe como numa guerra, a defesa intransigente da transparência absoluta e da liberdade de imprensa e de acesso à informação cede lugar à salvaguarda e à proteção dos interesses do Estado em detrimento das liberdades individuais — o que afasta o povo da proteção que o regime democrático idealmente daria contra a tirania dos governantes. Um dos objetivos deste trabalho é oferecer uma visão crítica e pragmática sobre a gestão de informações no âmbito governamental, analisando o contraste entre sigilo e transparência na relação entre governos e a mídia em geral.

A famosa frase de John Adams — patriota da revolução de 1776, primeiro vice-presidente e segundo presidente dos Estados Unidos — parece ecoar na voz do ex-presidente Lyndon Johnson, e em cada pronunciamento feito hoje sobre a atual Guerra no Iraque: “uma revolução não é ganha no campo de batalha, mas nos corações e mentes do povo.” *Hearts and Minds* é também o nome de um documentário de 1974, ganhador de um Oscar, de autoria de Peter Davis, e que discute justamente o debate e as razões de uma guerra, e a natureza do verdadeiro campo de batalha. Este trabalho almeja não só contemplar corações e mentes, mas também as vozes que ecoam, nos

corredores de Washington ou nas redações dos principais veículos de mídia daquele país, enquanto bombas explodem em outra parte do globo.

Parece-nos clara a tendência ao aprofundamento com o passar do tempo: menos de 150<sup>24</sup> repórteres – menos de 30 acompanhando de fato, em campo – cobriram o Dia D, como ficou conhecida a operação de invasão à costa da Normandia na Segunda Guerra Mundial, e ainda hoje a maior operação de guerra de todos os tempos. Em contraste, mais de 800 cobriram a operação Justa Causa no Panamá, e mais de 1500 a Guerra do Golfo. Mais de 500 chegaram, em poucas horas, para cobrir as operações feitas em Granada e no Panamá na década de 80.

A história dos meios de comunicação nos Estados Unidos é um tópico interessantíssimo não só pela natural interação entre episódios marcantes na história mundial, mas também pelas inúmeras demonstrações de gênio criativo nas inovações técnicas alcançadas. Como já apontado anteriormente, o telefone, o telégrafo elétrico, o satélite de comunicações, o celular e a internet, ou foram invenções norte-americanas ou foram prontamente adotadas naquele país, e a invenção de novos meios não passava sem alterações significativas também nas sociedades que os acolhiam, nos mercados. As inovações davam vantagens àquelas empresas que os adotavam e os exploravam, o que fazia com que o mercado de mídia se tornasse cada vez mais específico e concentrado.

Nas páginas seguintes, tentaremos utilizar os recortes teóricos apresentados até agora para ilustrar o papel dos meios de comunicação na guerra. O objetivo é que, ao final, possamos ter elementos suficientes para formular um argumento. Há dez casos-períodos de guerras com a participação dos Estados Unidos em que os questionamentos propostos foram importantes, e é a eles que dedicamos esse capítulo.

### Antecedentes e Independência

Defende Edwin Emery, em sua obra "História da Imprensa nos Estados Unidos"<sup>25</sup>, que dois dos mais notáveis chefes dos primeiros peregrinos que vieram para

---

<sup>24</sup> VENABLE, Barry. O Exército e a Mídia. *Military Review*, Kansas, p. 68-73, 3o. trim. 2002.

<sup>25</sup> EMERY, Edwin. *História da Imprensa nos Estados Unidos* (tradução de E. Alckimin Cunha). Rio de Janeiro, Lidador, 1965.

a América em 1620 a bordo do lendário Mayflower, William Brewster e Edward Winslow, eram experientes tipógrafos, e que eram famosos por haverem publicado vários panfletos religiosos na Europa. Era uma época de perseguição religiosa no velho continente, de transição da autoridade descentralizada e racional do Renascimento para o centralismo barroco e religioso do Absolutismo. Eram tempos de Guerra dos Trinta Anos, do Cardeal Richelieu, da “Era dos Reis”.

Como sabemos, a máxima divulgação da palavra bíblica e de seus comentários sempre foi de máxima importância para o protestantismo: foi deste movimento a iniciativa de traduzir a Bíblia do latim para as línguas pátrias, bem como realizar cultos nelas. Mas, se a imprensa é filha do Renascimento, a Censura é cria do Absolutismo. Segundo Natali<sup>26</sup>, os primeiros casos relatados de censura fazem alusão justamente aos panfletos alemães do período da Guerra dos Trinta Anos. Os peregrinos que estabeleceram as colônias na América estavam habituados a essa perseguição, e nas novas colônias lançaram as primeiras sementes de uma ética nacional fundada na liberdade de culto e de expressão religiosa. Porém, nem mesmo na América os calvinistas estavam a salvo do jugo dos reis. O primeiro caso de censura nos Estados Unidos ocorre em 1690, quando o periódico editado por Benjamin Harris “Publick Occurrences, both Foreign and Domestick” – segundo a grafia inglesa do período – foi obrigada a cessar suas atividades pelo governador britânico da colônia de Massachussets.

No Novo Mundo, as colônias protestantes ficaram caracterizadas não apenas pelo seu intuito de construção — em contraste com as ditas “colônias de exploração”, como os plantations sulistas e sul-americanos — mas também pela sua dinâmica social: mais do que mero costume, havia o imperativo religioso de freqüentar o culto com freqüência muito maior do que o católico. Por tal razão, as comunidades protestantes da América eram caracterizadas por pequenas propriedades em proximidade maior entre as casas e famílias do que as grandes plantations das planícies do sul, que pressupunham maior isolamento. Essa proximidade gerava maior espaço para a troca de idéias e para serviços típicos de centros urbanos do período, como a imprensa. Foi precisamente na Nova Inglaterra, um foco de colonização protestante, que surge o primeiro jornal diário

---

<sup>26</sup> NATALI, João Batista. Jornalismo internacional. São Paulo, Contexto, 2004.

americano, o Boston News-Letter, em 1704, apenas 84 anos após a primeira colonização daquelas paragens. Em oposição, o Diário de Pernambuco, primeiro jornal do Brasil, surge apenas em 1825, mais de três séculos após a primeira chegada portuguesa.

Argumenta Emery que, do ponto de vista estritamente racional, não havia motivo para a independência das colônias britânicas da América, já que a Coroa provia às colônias a defesa contra indígenas e invasores, boas estradas e, principalmente, transporte marítimo farto, barato e seguro pela Marinha Real, que levava as mercadorias produzidas pelos colonos a todos os mercados acessíveis da época. Mas com o surgimento da Lei do Selo em 1765, foram sobretaxadas duas classes de negócios especialmente relevantes para a formulação de um barril de pólvora ideológico: a dos advogados e a dos jornais. Especificamente esses últimos eram negócios de difícil manutenção, e já antes da lei era uma constante assistir ao fechamento prematuro de jornais por falta de viabilidade econômica, e com o imposto extra, tornou-se impossível manter um jornal, o que causou a revolta dos primeiros jornalistas norte-americanos. Emery afirma portanto que a insatisfação da classe produtora do meio de comunicação da época, o jornal, foi o grande instigador responsável pelo movimento de independência dos Estados Unidos, um fato que é confirmado pela observação de que entre os principais líderes revoltosos estavam famosos publicistas e articulistas, como Benjamin Franklin e Samuel Adams<sup>27</sup>. Nesta linha, apenas sete décadas depois do surgimento do primeiro jornal, lá estavam eles a pautar uma sociedade inteira.

O argumento de Emery enquadra-se diretamente no que chamamos de mobilização de elite, principalmente quando observamos a superposição de papéis nas mesmas pessoas: com poucas exceções, os primeiros líderes da República Americana — muitos deles signatários da Declaração de Independência, eram homens de negócios bem-sucedidos, ligados à imprensa e à maçonaria, o que os constituía em um núcleo bastante coeso em termos sociais - embora não necessariamente no conteúdo dos debates. O autor chamou este núcleo-duro de grupos e papéis superpostos de "o Quarto Estado", e este teve seu surgimento marcado pela onda de prosperidade econômica e de idéias que coincidiram com o movimento de independência.

---

<sup>27</sup> EMERY, Edwin. História da Imprensa nos Estados Unidos (tradução de E. Alckimin Cunha). Rio de Janeiro, Lidador, 1965.

Emery também destaca que o general George Washington, comandante supremo da revolução e primeiro presidente da infante república, não apenas tinha apreço pelo papel da imprensa, mas a considerava um recurso estratégico. O líder estimulou, de primeira hora, a fabricação dos insumos para a imprensa, como tinta, papel e tipos. Em relação ao papel, que na época era feito de linho e tecido e era um bem escasso, sobretudo na Guerra, Washington pediu às mulheres patriotas para que “economizassem todo material disponível que pudesse ser transformado em papel”<sup>28</sup>. A isso, somam-se os relatos dos estrangeiros que visitavam o país no período, que ficavam impressionados com a popularidade da imprensa americana e seu impacto no dia-a-dia das pessoas, mesmo que boa parte das notícias não fosse verdadeira. Emery atribui isso à relação de confiança entre os editores e leitores, que era maior na América do que na Europa.

O fato da Primeira Emenda à Constituição, promulgada apenas alguns anos depois desta, versar justamente sobre as liberdades civis, entre elas as de expressão e de imprensa, tem grande valor simbólico, justamente por ser a primeira. Diz ela:

Congress shall make no law respecting an establishment of religion, or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech, or of the press; or of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances.<sup>29</sup>

Tradução: “O Congresso não deverá fazer nenhuma lei sobre o estabelecimento de uma religião ou proibindo seu livre exercício, bem como restringir a liberdade de expressão, de imprensa, de reunião pacífica, e de petição ao Governo por compensação a danos.

#### A adolescência da nação – da Independência à Guerra Civil

É possível afirmar que o século XIX foi, em grande medida, o século do jornal. Porém, essa afirmação pode parecer simplória frente aos grandes avanços na comunicação de massa nesse período. Portanto, é importante sublinharmos algumas transições técnicas importantes, que tiveram impacto tanto nos meios em geral quanto

---

<sup>28</sup> EMERY, Edwin. História da Imprensa nos Estados Unidos (tradução de E. Alckimin Cunha). Rio de Janeiro, Lidador, 1965.

<sup>29</sup> CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos da América. Disponível em inglês no site: <http://www.usconstitution.net/const.html>

na comunicação de guerra de forma específica. A primeira transição foi do folhetim — o one penny — ao jornal diário, que nos Estados Unidos ocorreu por volta de 1820, em virtude do barateamento da impressão. Com ela, vem uma alteração significativa em termos de conteúdo: enquanto os folhetins eram em sua maior parte de caráter opinativo, na verdade um grande editorial, os jornais diários tinham seu conteúdo maior composto de notícias informativas. Isso acaba por gerar uma especialização, e já em 1833 os principais jornais dos grandes centros já contavam com repórteres especializados para seções específicas, como a coluna policial, de Wall Street, sobre igrejas e até sobre esportes. A "corrida pelas notícias" por parte dos principais veículos já era uma realidade, antes de 1850, apesar de a estrutura necessária para colher tais notícias, como ter uma rede de jornalistas, informantes e mensageiros, ser muitíssimo mais cara do que a dos folhetins opinativos. É dessa época também o surgimento dos primeiros correspondentes políticos em Washington, responsáveis pela cobertura do Congresso e da Casa Branca. Em 1808 a maioria dos grandes veículos da época realizava essa cobertura de forma esporádica, apenas quando o Congresso estava em sessão, mas a partir de 1822 a prática já era a de ter correspondentes permanentes para cobrir o governo.

O período entre 1830 e 1850 é de um aparente sumiço político, uma vez que não há grandes fatos de clivagem, mas foi um período extremamente fértil em termos de inovações técnicas: a popularização das ferrovias, o surgimento dos barcos a vapor, do tear mecânico e do telégrafo magnético tiveram impacto significativo nos jornais, pois barateavam a produção do jornal tanto na impressão quanto na produção do conteúdo, transmissão das notícias e transporte dos exemplares. De todas as inovações, a que causou maior impacto aos jornais e à comunicação de guerra foi o advento do telégrafo. Na Alemanha, o diplomata russo Barão Schilling inventa, em 1832, o primeiro telégrafo eletromagnético, e o matemático Carl Gauss passa a utilizá-lo para o envio de mensagens regulares poucos anos depois. Porém, esse primeiro sistema era extremamente complexo em termos mecânicos e de uso, e não era prático para qualquer aplicação comum. Poucos anos depois, nos Estados Unidos, Samuel Morse inventa o conceito de telegrafia por um único fio, mais simples, que teve seu desenvolvimento apoiado pelo financiamento público desde o início. De 1838 a 1842, Morse tentou por várias vezes financiamento do Congresso para seu invento e, para tanto, fazia demonstrações de envio de mensagens de uma sala a outra no Capitólio.

Em 1843 (por coincidência, mesmo ano de invenção da impressão rotativa) são liberados fundos para a construção de uma linha experimental de Washington a Baltimore, 60 km distante, e as primeiras mensagens de longa distância por telégrafo de um fio, técnica que ficou consagrada universalmente na telegrafia, foram transmitidas por Morse, na manhã do dia 25 de maio de 1844. De relevância para a comunicação é saber que, na tarde do mesmo dia, Morse enviaria a primeira mensagem telegráfica publicada em um jornal, o *Baltimore Patriot*: "Uma hora — acaba de ser apresentada moção na Câmara para ser discutida em plenário a questão do Oregon. Rejeitada: votos a favor, 79; votos contra, 86." Foi uma das mais importantes notícias do século, não por causa de seu valor intrínseco, mas porque anunciava um sistema totalmente novo de transmissão de informações. Para o nosso trabalho, essa pequena historietta é importante para nos mostrar que o desenvolvimento do telégrafo teve relação direta com dois fenômenos: o primeiro dá conta da importância do Estado para o desenvolvimento das inovações técnicas nos EUA, como fator indutor do desenvolvimento, e que tinha também no Estado seu maior cliente. O segundo é o processo em que ele se insere, de corrida pela informação.

Já em 1846, há o primeiro uso para a guerra: o presidente Polk pede a divulgação por telégrafo de sua mensagem ao Congresso, que pedia a declaração de guerra ao México. Esse fato é interessante do ponto de vista do uso dos meios de comunicação para a mobilização interna de forças, como preconizada pela teoria hipodérmica, e a reconfiguração do aparato mediático. A guerra com o México foi um fator decisivo para a adoção do novo sistema telegráfico, e provou-se que a iniciativa privada estava muito à frente do governo nesse processo, como descreve Emery, um tanto anedoticamente. Para conseguir notícias da guerra, os jornais do norte do país estabeleceram sociedades com os jornais do sul, que passavam a estar ligados por uma rede ainda muito incompleta de cabos telegráficos, barcos a vapor e mensageiros a cavalo, enquanto o Ministério da Guerra, por sua vez, contava apenas com esses dois últimos — barcos e cavalos — para noticiar os fatos, sem a ajuda dos telégrafos, o que levava cerca de doze dias entre o teatro de operações e a capital. Quando chegaram as notícias de que a cidade mexicana de Veracruz havia capitulado às forças norte-americanas, o editor de um dos jornais de Baltimore, estando certo de que seus mensageiros estavam pelo menos um dia à frente do correio militar, fez chegar ao Presidente Polk um telegrama

com a notícia da vitória, o que tem relevância não apenas para demonstrar a maior rapidez na adoção da nova tecnologia pelos jornais, como também um certo viés cooperativo entre os operadores de notícia e suas lideranças políticas.

O modelo de "agência de notícias" — uma adaptação das newsletters já conhecidas desde as de Jacob Függer nas primeiras décadas do século XVI, mas com uso intensivo do telégrafo — também teve adoção imediata nos Estados Unidos. Criado poucos anos após a Agência France Presse e antes dos serviços de Paul Reuters em Londres, o surgimento da agência "Associated Press" foi um fenômeno natural dessa fase, na qual a informação era mais importante para os jornais e que as comunicações de telégrafo se tornavam cada vez mais cruciais. Como em qualquer tecnologia nova, o custo de instalação de linhas telegráficas de longa distância era proibitivo, e o envio de mensagens tornava-se muito caro. Desta situação surgiu a idéia de seis jornais de NY associarem-se para conseguir notícias do exterior, reduzindo custos.

A Guerra Civil Americana, iniciada em 1861, foi o primeiro fenômeno que afetou todos os aspectos do jornalismo tal como era feito, sendo um divisor de águas. As reportagens, edição, circulação, impressão, publicidade e ilustração, tudo foi modificado durante o conflito, como também sofreram modificações as relações entre a imprensa e o governo. Um dos sérios problemas do período era o de manter o público informado sem auxiliar ou favorecer o inimigo, já que a imprensa já havia conquistado um nível de popularização suficiente que significava dizer que o inimigo também receberia notícias "de trás das linhas". Além disso, a Guerra de Secessão, como também ficou conhecido o confronto, também marcou a transição entre os modelos de guerra de estilo moderno ou pré-napoleônico para a guerra contemporânea ou industrial, também conhecida pela alcunha de "Guerra Total". Em alguma medida, as lições de comunicação de 1861-1865 foram a grande coming of age, ou período de maturação do estado norte-americano, e estas foram de valor inestimável para a produção de diretrizes posteriores.

Um exemplo importante disso é que não há nenhum registro nos arquivos públicos do Congresso, do Ministério da Guerra ou mesmo de acadêmicos, que mencionem a existência de censura do governo americano antes da Guerra Civil. Como apontamos anteriormente, a censura era comum na colônia, mas era aplicada pelas autoridades britânicas, não pelo governo norte-americano constituído em 1776. Deste

ano até 1862, foram quase nove décadas sem que a república fundada sob os preceitos dos pais peregrinos de liberdade universal sucumbisse a esse artifício. O sistema de censura teve, portanto, de ser desenvolvido de uma forma autônoma, por tentativa e erro, em um contexto em que a imprensa era próspera, agressiva e ciosa de sua independência, e em última análise, só foi estabelecido porque autoridades federais conseguiram interceptar comunicações telegráficas entre traidores do norte e separatistas no sul. Em meados de 1861, O General Winfield Scott baixou uma ordem impedindo as companhias telegráficas de enviar toda e qualquer mensagem com conteúdo de interesse militar — uma ordem que ia além da autoridade do general, mas que foi confirmada em lei pelo Congresso em janeiro de 1862. A partir disso, os casos de censura tornaram-se comuns, mas com um detalhe importante: os censores, em um primeiro momento, eram diplomatas do Departamento de Estado, que pouco ou nada sabiam sobre operações militares, com resultados desastrosos.

Particularmente, a censura na Guerra Civil tornou-se mais eficiente quando o General Sherman, considerado um herói nacional dos Estados Unidos até os dias de hoje, passa a influir diretamente sobre a política de censura. Convencido de que a razão de alguns fracassos havia sido a divulgação prematura de notícias por parte da imprensa — o que estava certo, como se pôde comprovar posteriormente, com a constatação de que correspondentes estrangeiros, principalmente britânicos, vazavam notícias para o lado dos confederados — Sherman ordenou a prisão de um jornalista que havia violado flagrantemente os regulamentos e ameaçou fuzilá-lo, como previsto em lei. A vida do jornalista foi poupada, mas o recado estava dado aos editores: todos os correspondentes devem ser acreditados junto aos comandantes e ter autorização específica para operar. A imprensa do norte tornou-se, na última fase da guerra, totalmente cooperativa com os exércitos da União, e a censura foi bem menos exercida, visto que a própria imprensa exercia o autocontrole, o que suscita opiniões conflitantes na literatura: pode-se dizer que, com menos censura, a imprensa é mais livre, mas ao mesmo tempo, os controles estão muito presentes. Em um fato raro em uma obra essencialmente descritiva, Emery chega a disparar: "a censura não se aplica quando o povo não a consente".

Cerca de 150 correspondentes de guerra trabalharam na Guerra Civil, e é no mínimo curioso notar que esse número tenha se mantido por quase um século nos conflitos subseqüentes em que os Estados Unidos participariam.

## A República Imperial – Além das ondas.

De 1865 a 1898 o país viveu um período de relativa paz, que ficou conhecida como a Reconstrução. Apesar do nome, o período da reconstrução material propriamente dita, frente aos quatro anos de conflito interno, foi mais curto do que esses trinta anos podem sugerir: na verdade, o processo mais importante foi o de cicatrizar as muitas inimizades e mágoas entre sul e norte deixadas pelo conflito fratricida, e de perceber que a grande prosperidade americana já credenciava o país a ter um papel de maior relevo no mundo. Eram tempos da segunda revolução industrial, e do que Hobsbawm chamou de “Era dos Impérios”. Foi o período em que a nação tornou-se potência, nos dizeres de Raymond Aron, uma “República Imperial”.

Para se ter uma idéia de proporção, no período de 1870 a 1900, os Estados Unidos vêem sua população geral dobrar devido à imigração, e triplicar nas cidades. A supremacia dos jornais como meio de comunicação é mais evidente do que nunca, e o número de diários salta de 489 para quase dois mil no período. E apesar da crise de 1893, a soma das riquezas do país, que ao fim da Guerra de Secessão era da ordem de vinte milhões de dólares, vira o século na casa de US\$ 88 milhões. A postura expansionista interna tinha seu reflexo na política internacional: por volta de 1900, o país está em fase de consolidação de uma maior expansão no Pacífico, no Panamá e em Cuba. Esta última, ainda uma colônia espanhola, precipitará um conflito de relevância para nossa análise: a Guerra Hispano-Americana, de 1898.

Sob a excusa de libertar Cuba da opressão colonial, o país passa a articular e executar a Doutrina Monroe, de estabelecer uma área livre de influência de potências européias nas Américas sob sua liderança. Analisando os motivos que levaram à guerra, contudo, percebemos que a decisão pelo conflito com a Espanha foi muito menos uma ação racional decidida em Washington, e mais um fenômeno mediático, que teve como protagonista William Randolph Hearst, dono dos Hearst Newspapers, uma grande cadeia de jornais. A publicação das “atrocidades” espanholas contra Cuba, de forma repetida, criou um estado de frenesi entre os leitores e demais veículos de comunicação, em um processo que segue sendo objeto de estudo em faculdades de comunicação em

várias partes do mundo. Era o início do Infotainment, e da cobertura de guerra vista como entretenimento.

O jornalismo sensacionalista incutia a discussão nas ruas, em que o grande assunto era o orgulho nacional. Havia uma nova Marinha de Guerra, pronta para seu primeiro teste de fogo, e agradava à maior parte dos leitores o fato de que o país, agora unido contra um inimigo comum, poderia realmente vencer uma potência colonial européia, mesmo sendo essa potência a decadente Espanha. Aqui verificamos a importância da formulação do discurso: era muito fácil mostrar os músculos e incitar o discurso nacionalista para promover uma guerra que já estava ganha antes de começar.

Já em relação à Primeira Guerra Mundial, a dúvida foi bem mais forte. A entrada dos Estados Unidos nas hostilidades foram em muito condicionados pelo sentimento coletivo de que a nação estava protegida pelos oceanos, mas que ao mesmo tempo, aquela guerra não era mais uma entre tantas.

#### As Guerras Mundiais

A crise causada pelo assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando em Sarajevo em 1914 evoluiu, devido ao sistema de alianças secretas, para uma crise internacional até então sem precedentes. A primeira guerra total da história começou a era da destruição em escala industrial, com inovações como o uso de gases venenosos, blindados e aviões. Em relação aos meios de comunicação na guerra, começaria aqui um paradigma que duraria até as vésperas da Guerra do Vietnã.

Como dito anteriormente, Lasswell analisa a evolução da posição norte-americana de apego excessivo ao neutralismo no estágio inicial das hostilidades a uma posição pró-aliados e de guerra contra a Alemanha. A posição de neutralidade não era apenas fruto da mente política do pacifista presidente Woodrow Wilson: ela estava profundamente enraizada no sentimento coletivo de que aquela era a guerra bem mais séria do que qualquer outra em que o país havia se envolvido. Uma guerra não contra uma potência decadente como a Espanha, mas contra várias potências atuais. Para boa parte dos jornais e do público, não era a hora de tentar uma aventura maior do que a Guerra Hispano-americana. O país estava seguro atrás de dois oceanos.

Mas a atitude ambígua por parte dos Estados Unidos não foi tomada como neutralidade pela Alemanha. Pelo contrario, os fluxos de comercio com a Inglaterra e a França não deixavam a América mentir: era óbvio que a proximidade da língua e da cultura traduziriam-se em maior fluxo de mercadorias, mesmo com um persistente sentimento anti-britânico em parcelas da elite norte-americana em virtude da falta de liberdade nos mares, rigidamente dominados pela Marinha Real até então.

O torpedeamento do navio americano Lusitania, em 7 de maio de 1915, com a perda de centenas de vidas, foi um sinal nefasto de que a neutralidade era impossível. Os jornais, então, passaram a antecipar o que era inevitável: depois do fracasso das negociações diplomáticas e da retomada da guerra submarina da Alemanha contra os EUA, com o afundamento de três navios em março, e a interceptação do “telegrama Zimmermann” – no qual a Alemanha oferecia ao México o retorno do Texas, Arizona e Novo México caso aceitassem aliar-se contra os Estados Unidos – precipitaram a declaração de guerra em 6 de abril de 1917. É digno de comentário que o telégrafo era então tão importante que uma declaração de guerra foi baseada em uma mensagem inimiga interceptada por esse meio.

A principal inovação deste período foi a estruturação, desde o início do conflito, de uma política de comunicação, com legislação e órgãos do governo preparados para tal – o que não era de se estranhar, já que o país teve quase três anos para se preparar para o conflito. O presidente Wilson estabeleceu uma Comissão de Informação Pública, com atuação descentralizada entre líderes comunitários, e em 15 de junho de 1917 foi sancionada a Lei de espionagem, que estabelecia a censura obrigatória sobre qualquer matéria de cunho militar, com sanções que iam de multa, fechamento do jornal e prisão dos editores. Apenas como ilustração, Emery afirma que mais de 80 jornais deixaram de circular no país somente no primeiro ano de vigência da Lei.

Os Estados Unidos, mais uma vez, estavam do lado dos vencedores no primeiro conflito mundial, mas o próprio governo não foi capaz de romper sua própria tendência isolacionista: os Estados Unidos optaram por permanecer fora da Sociedade das Nações, organização criada após a guerra para evitar a escalada de violência.

O período entre-guerras assiste ao surgimento da teoria da comunicação, com os estudos elaborados pelos embriões da Communication Research sobre o primeiro conflito mundial. É nos anos 30 que surgem as primeiras sondagens de opinião – o Instituto Gallup consegue prever, pela primeira vez, a reeleição do presidente Roosevelt em 1936. Em 1937 é fundada a Public Opinion Quarterly, revista científica de relevância para a escola de Chicago, e em 30 de outubro de 1938, Orson Welles aterroriza a todos com sua transmissão de “A Guerra dos Mundos”, pânico esse que foi de grande interesse para a nascente ciência da comunicação.

Em 1939 as hostilidades recomeçam na Europa, e mais uma vez o país se vê em uma posição ambígua. Mas, desta feita, a desilusão com a neutralidade da Primeira Guerra já havia vacinado o público americano, e a entrada dos EUA na guerra foi antecipada desde o início – mesmo que ela não tenha ocorrido antes do ataque surpresa a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941. Foi estabelecida a mesma estrutura de censura da Primeira Guerra: correios, cabos submarinos, telégrafos, telefones, rádios, radiotelégrafos e radiofonia estavam proibidos de divulgar qualquer informação de interesse militar até que expressamente autorizados. Mas a supressão das notícias também não era interessante, pois poderia dar a falsa sensação de segurança e de que a guerra estava em uma realidade muito distante. Por isso, em 15 de janeiro de 1942, foi estabelecido um manual de práticas para a imprensa, o Code of Wartime Practices for the American Press.

O órgão central de censura, em determinado momento, contava com 14.500 funcionários, e apesar disso, não tinha muitos problemas para fazer cumprir a legislação. Emery assim descreve as atividades do diretor do Serviço de Censura, o experiente jornalista da Associated Press, Byron Price:

Durante toda a Guerra raramente teve Price de fazer uso mais do que bons modos, chamar a atenção dos violadores da imprensa e das rádios, fazendo-lhes ver que estavam esquecidos de seus próprios e melhores interesses<sup>30</sup>

Mas não cabia a esse órgão o esforço de propaganda. Esse era levado a cabo pelo Office of War Information – OWI – estabelecido em junho de 1942 para produzir

---

<sup>30</sup> EMERY, Edwin. História da Imprensa nos Estados Unidos (tradução de E. Alckimin Cunha). Rio de Janeiro, Lidador, 1965.

programas de rádio, filmes e anúncios para serem veiculados em todos os meios retransmissores do país. O paradigma que persiste até a Coreia é o perfeito exemplo de correia de transmissão: a mídia colaborando com o governo, e as mensagens tendo o efeito desejado nos públicos-alvos.

## A Guerra do Vietnã

O livro de Emery é um pouco anterior à Guerra do Vietnã, e por isso esse episódio, e os posteriores, não são abordados. Tivesse ele o escrito após, talvez tivesse uma visão diferente sobre esta dita constante histórica que permeava todos os grandes processos e episódios da vida nacional dos Estados Unidos. A impressão que temos é que algo se quebrou na relação entre mídia e Estado quando os sacos pretos com cadáveres de soldados começaram a chegar ao solo pátrio às pilhas vindos do Sudeste Asiático. Não que este conflito tivesse sido especificamente cruel em termos de número de baixas, afinal, nos campos europeus e no teatro de operações do Pacífico, das praias da Normandia a Iwo Jima, as baixas americanas produziram heróis, órfãos e viúvas em demasia naquela sociedade. Porém, a atitude da corrente principal dos meios de comunicação parecia ter mudado diametralmente. Afinal, onde estava a mídia propagandista de outrora? Nem vinte anos haviam se passado desde a Segunda Guerra Mundial, mas muito havia mudado.

Eram tempos estranhos. A década de 60 foi rica em transformações estruturais e de comportamento, de liberação sexual, triunfo da cultura pop, de rock 'n' roll, movimentos políticos, do uso de substâncias químicas com fins recreativos — as drogas. Foram também tempos de mobilização pela igualdade racial, de corrida espacial e da reinvenção da família, com a popularização do divórcio. Muitos atribuem tamanhas mudanças a fatores demográficos: eram uma geração de jovens adultos nascidos no pós-guerra, os baby-boomers. Seja qual for a causa, não há como negar que os anos sessenta foram uma década bastante intensa em termos políticos. Da primavera dos povos, em Praga, à crise dos mísseis, à chegada do homem à Lua e ao assassinato de um presidente americano no exercício de seu mandato.

A essa estrutura social contestadora, soma-se um outro fator. As forças armadas norte-americanas, de alguma forma, haviam se acostumado com o fato de que os meios

de comunicação estariam ao serviço da nação, e não tinham um plano para qual postura seria adotada em caso contrário. Em seu livro “The Uncensored War”, Hallin<sup>31</sup> descreve a Guerra do Vietnã como a guerra menos censurada de toda a história recente, sendo comparável apenas à Guerra da Criméia em termos de ausência de controles. O autor atribui essa característica ao fato de que não havia uma “estratégia de comunicação” institucionalizada por parte do governo, e que os militares, de maneira geral e isolada, tinham o interesse velado de mostrar à nação o tamanho de seu sacrifício. É importante mencionar também que esse período, anterior à popularização da televisão, caracterizava-se pela hegemonia do jornal impresso dentre os meios de comunicação de massa, e que inspirou o termo “era dos jornais”, além da formulação, por parte de algumas vertentes da teoria da comunicação, conceitos como newsmaking, gatekeeping e espiral de silêncio.

Dada a impossibilidade de confrontação direta entre as potências, que significaria a provável aniquilação total da humanidade e do próprio planeta Terra, os quarenta anos de tensões da chamada Guerra Fria encontraram como válvula de escape a proliferação de conflitos que reproduziam a fórmula bipolar. Estas "guerras por correspondência" entre Estados Unidos e União Soviética e seus respectivos blocos eram de alta temperatura, bem ao contrário do que no termo Guerra Fria possa sugerir, e talvez elas tenham chegado ao ápice de sua virulência no que, a princípio, era apenas uma missão de assistência militar a um pequeno país do Sudeste Asiático, sem recursos econômicos de grande vulto nem importância geopolítica, mas que levou a um conflito de grandes proporções por dez anos e à maior mobilização militar desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Os motivos para essa escalada de meios tão aguda, como aponta a análise do cientista político Daniel Ellsberg<sup>32</sup> em seus Pentagon Papers, foi a formação do que ele, inspirado por Schlesinger<sup>33</sup> chamou de "o mito do pântano": estabeleceu-se uma política do "apenas mais um passo", onde cada novo passo sempre prometia o sucesso que o passo anterior havia prometido, mas que havia falhado em concretizar. Neste modelo, defendia-se o entendimento de que o envolvimento americano no Vietnã não havia se

---

<sup>31</sup> HALLIN, Daniel. The uncensored war. University of California Press, 1989.

<sup>32</sup> ELLSBERG, Daniel. Papers on the War. New York, Simon and Schuster, 1972.

<sup>33</sup> SCHLESINGER, Arthur. The Bitter Heritage: Vietnam and American Democracy, 1941-1966. New York, 1968

dado por uma decisão considerada, mas por uma série de pequenas decisões. Desde a primeira oferta de ajuda do presidente Eisenhower em 1954 ao início da intervenção militar em 1965, a burocracia de Washington seguiu firme em respostas meramente quantitativas, como o simples aumento do número de tropas a serem enviadas ao conflito, ou com uma nova e infalível estratégia militar, sem contudo a revisão profunda de motivos e dos fins, como Clausewitz apontava em seu conceito de "guerra de objetivos limitados". O fato é que nenhum grupo político queria ser apontado como responsável por uma retirada, muito menos por uma derrota. O objetivo americano era, portanto, a aniquilação do inimigo, o que simplesmente não era factível.

Como consequência disso, Ellsberg aprofunda a tese ao desenvolver seu outro conceito, o de "Stalemate Machine", ou máquina de empates, em uma tradução um tanto imprecisa. Dois elementos apontavam para a formação deste cenário: o primeiro é o sigilo sobre as operações e planos, um fato necessário às operações militares, mas que criou uma máquina de mediocridade nas instâncias decisoras, já que a confidencialidade acabava estendida a pontos onde ela não seria nem necessária, nem desejável. Em segundo lugar, Ellsberg descreve com exemplos de sua própria experiência profissional, na condição de consultor da RAND Corporation e dos departamentos de Estado e de Defesa, como a burocracia federal passou a ignorar a dimensão moral de suas decisões e levou a cabo uma guerra à qual, sabiam eles, não poderia ser ganha.

Ellsberg trabalhou no Pentágono<sup>34</sup> em 1964 sob o Secretario de Defesa Robert McNamara, e depois por dois anos no Vietnã com o General Edward Lansdale como civil no Departamento de Estado. Nesse período, ele ficou convencido de que a vitória no Vietnã era realisticamente improvável ou mesmo impossível em termos convencionais, e que muitos dentro dos departamentos de Estado e de Defesa, apesar de também acreditarem nisso, estavam amordaçados por motivos políticos.

Ellsberg decidiu então vaziar à imprensa o estudo ultra-secreto feito pela RAND ao Pentágono sobre seu processo decisório, bem como vários memorandos do Pentágono e do Departamento de Estado. Na edição de domingo, 13 de junho de 1971, o New York Times e o Washington Post começaram a publicação da primeira leva do

---

<sup>34</sup> Ellsberg é PhD em Economia por Harvard. Havia sido também oficial temporário do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos antes de servir no Pentágono.

documento de sete mil páginas, mas de imediato tiveram sobre si uma ordem judicial impetrada pelo governo Nixon argumentando sua autoridade executiva em suspender a publicação de informações de caráter confidencial. Após quinze dias de suspensão, o caso foi para a Suprema Corte, que tinha diante de si a decisão sobre se a confidencialidade era obstáculo à garantia constitucional de liberdade de expressão e de imprensa estabelecida pela Primeira Emenda. O caso *New York Times Co. versus Estados Unidos* (403 U.S. 713), discutido no dia 26 e julgado em 30 de junho, deu ganho de causa ao jornal, que publicou o conjunto completo de documentos em fascículos.

O conteúdo dos Papers mostrava autoridades referindo-se ao público de forma cínica, e ignorando a seriedade da perda de vidas e incidência de feridos na guerra, dentre outras barbaridades. Como consultor, Ellsberg era um entre poucos que possuía acesso a quase todos os níveis de security clearance, tanto no acesso físico das instalações quanto aos documentos. Os documentos demonstravam que o primeiro escalão sabia da impossibilidade da vitória, mas que McNamara e outros continuavam a declarar à imprensa que a vitória estava a poucos passos, e foi neste movimento que tanto a mídia quanto a sociedade perderam a confiança em seus interlocutores. A publicação dos Papers, portanto, afetaram sobremaneira a visão do público com relação à Guerra do Vietnã, que teve seu fim definitivo quatro anos depois, em 30 de abril de 1975, com a queda da capital sul-vietnamita, Saigon, às forças comunistas.

Em quinze anos de guerra, três milhões de americanos serviram no Vietnã, em vários postos e turnos. O conflito deixou um saldo de mais de dois milhões de mortos de ambos os lados, e custou aos cofres do tesouro americano algo em torno de 120 bilhões de dólares apenas entre 1965 e 1973. O incidente dos Pentagon Papers, entre outros, contribuíram para a visão entre os militares e acadêmicos de que a mídia foi a principal culpada pelo fracasso da campanha. De fato, não há como culpar os meios de comunicação por derrotas militares, mas é inegável que ela foi muito mais do que um sério obstáculo, pois mobilizou a opinião pública contra os esforços do governo. Um pacto entre elites havia sido quebrado, e as Forças Armadas tiveram que pagar o preço.

As relações entre mídia e governo viviam um momento tenso – cabe lembrar que eram os anos Nixon, de Watergate e outros escândalos – e com os militares não

poderia ser diferente. Havia ainda o modelo de comunicação social da Segunda Guerra Mundial, baseado em propaganda e censura — bem ao gosto dos teóricos da ‘bala mágica’ — e cabia a uma pequena fração da estrutura militar, denominada Office of Civil Affairs — OCA, a gestão das informações.

O grande interesse de cobrir a guerra, decorrente da própria mentalidade e cultura militares dos Estados Unidos, aliadas ao alto efetivo de cidadãos convocados e ao número significativo de baixas em combate, encontrou bastante facilidade de deslocamento no campo. Não havia qualquer restrição no acesso ao teatro de operações, e em muitos casos repórteres perderam a vida por ignorarem avisos e aproximarem-se em demasia do campo de batalha. Ademais, a atitude contestadora dos anos sessenta fez com que censurar reportagens fosse missão impossível de ser cumprida para os OCA, pelo altíssimo número de matérias, pessoal reduzido e pelo próprio teor das publicações. Portanto, podemos dizer que os OCA foram, em grande medida, ineficazes em satisfazer as demandas impostas pelo campo de batalha vietnamita, e foram um entre os motivos citados para o retumbante fracasso da área de comunicação social das Forças Armadas norte-americanas e pela verdadeira muralha que se ergueu entre militares e mídia nos anos imediatamente posteriores ao conflito.

Operação Eagle Claw – Resgate aos reféns da embaixada em Teerã, 1980.

Eagle Claw (Garra de Águia) foi o nome dado à ousada – e fracassada – operação militar empreendida pelos Estados Unidos para resgatar os 53 reféns de sua embaixada em Teerã, em 24 de abril de 1980. Para muitos estudiosos das relações internacionais, o fracasso desta operação significou o momento mais baixo do prestígio e poder norte-americanos durante a Guerra Fria: apenas cinco anos haviam se passado desde a queda de Saigon, e a União Soviética havia invadido o Afeganistão alguns meses antes, sem o menor esboço de reação significativa por parte do bloco ocidental, e a economia americana também ia mal após o choque do petróleo.

Como vimos, ao fim da Guerra do Vietnã as relações entre Estado e mídia estavam em uma situação crítica. E a tentativa de resgate dos reféns da embaixada americana em Teerã demonstrou conflitos entre os Departamentos de Estado e de

Defesa na gestão das informações para a mídia. Para todos os efeitos, persistiu aqui o mesmo paradigma de falta de gestão eficaz das informações observados no Vietnã.

A menção a esse período histórico nos serve, simplesmente, para frisar a completa desestruturação da estratégia de comunicação norte-americana após a guerra do Vietnã, particularmente no período, como dito, de menor poder e prestígio do país em todo o período da Guerra Fria. A cobertura do malfadado episódio do resgate é simplesmente uma ilustração da persistência desse paradigma.

Operação Urgent Fury — Invasão de Granada, 1983.

Pequena ilha do mar das Antilhas, a cerca de 150 km a nordeste da Venezuela, e independente da metrópole britânica desde 1974, Granada viu seus primeiros anos de vida independente serem tomados pela instabilidade política e pela reprodução do bipolarismo do cenário internacional. Em 1979, uma revolução de caráter simpático ao comunismo liderada por Maurice Bishop depôs o primeiro-ministro Eric Gairy, que estava em missão oficial no exterior. Muito ocupado com os desdobramentos da Revolução Islâmica e com os reféns da sua embaixada em Teerã, o governo Jimmy Carter, na ocasião, pouco fez além de moções de repúdio, mesmo com seus principais analistas apontando para o risco de Cuba patrocinar outras revoluções congêneres em outras ilhas, fazendo de Granada apenas a primeira peça de um efeito dominó. Bishop começa uma corrida armamentista na pequena ilha, e com o auxílio de Cuba constrói uma base aérea com instalações para abastecer e municiar aviões e bombardeiros de grande porte.

Em 1983, um golpe militar depôs e executou Bishop, sob fortes protestos da comunidade internacional, que pede o retorno de Gairy a seu antigo posto de primeiro-ministro. Países da Organização dos Países do Caribe Oriental apelam aos países desenvolvidos que intervenham. Entretanto, a 25 de outubro daquele ano, em uma operação surpresa, denominada Urgent Fury (Fúria Urgente), 1.500 pára-quedistas e fuzileiros navais americanos, com o reforço de 300 soldados da Jamaica, Santa Lúcia e Antígua, ocuparam os principais alvos de relevância militar em Granada. A estes pára-quedistas e marines do assalto inicial seguiram-se quase seis mil homens, de várias divisões e navios ao largo da costa de Granada. Essa operação ocorreu sem o menor tipo

de sinal ou aviso político de qualquer espécie que sugerisse o uso de força militar, e veio como grande surpresa para analistas de todo o mundo. O próprio presidente Reagan examinou e aprovou o plano apenas 36 horas antes do início das operações.

A administração Reagan justificou o ato sob quatro argumentos: a proteção de mais de mil cidadãos americanos residentes na ilha; o restabelecimento da legalidade e da governabilidade; proteger a ilha da influência de Cuba; e o pedido de ajuda feito pelos próprios países caribenhos em favor de uma intervenção. Os meios de comunicação e a opinião pública foram tomadas de surpresa e não tiveram tempo de reação em meio de uma onda de reprovação internacional, vindos não apenas do bloco comunista, mas de países latino-americanos e europeus, e a própria primeira-ministra da Grã-Bretanha Margaret Thatcher, entusiasta da aliança transatlântica, pronunciou-se contra e apelou para que seus aliados americanos deixassem a ilha apenas dois dias após a invasão. Relativamente, não houve baixas significativas na operação – estima-se que um número pouco superior a uma centena.

Granada foi a primeira experiência em que as forças armadas americanas estabeleceram uma estratégia de comunicação baseada simplesmente na delimitação de uma zona de contingência da imprensa em todo o teatro de operações, e com o estabelecimento de um pool de repórteres escolhidos só 48 horas depois do desembarque. Logicamente, as pequenas dimensões territoriais e de população na ilha foram os fatores que possibilitaram o bloqueio, já que em territórios maiores isso é praticamente impossível. O pool era composto por apenas 15 repórteres dentre os mais de 600 alojados na ilha vizinha de Barbados, e teve todas as suas atividades acompanhadas pelos militares, que como era de se esperar, chegaram a censurar páginas inteiras baseados na premissa de não comprometer as operações. Contudo, o mais relevante sobre este acompanhamento e controle era de que eram feitos de maneira não-sistemática e não-profissional, o que refletiu-se no fato de a operação não possuir um Adido de Relações Públicas.

As relações de Estado e mídia, que já andavam estremecidas, entraram em crise aberta. A Primeira Emenda foi invocada em ações judiciais impetradas por todos os principais veículos que ficaram fora do pool, e por aqueles que não estavam satisfeitos com a postura meramente restritiva dos militares. Em resposta, os militares apontavam a

mídia como maior motivo causador da perda de confiança nas forças armadas pela população após o Vietnã. Ademais, no próprio dia 29 de outubro, o New York Times publica artigo, de autoria de Mythu Sivapalan, que desmascara que o “pedido de ajuda” dos países caribenhos havia sido escrito em Washington, com o fim explícito de justificar as operações militares.

The wording of the formal request, however, was drafted in Washington and conveyed to the Caribbean leaders by special American emissaries. Both Cuba and Grenada, when they saw that American ships were heading for Grenada, sent urgent messages promising that American students were safe and urging that an invasion not occur. [...] There is no indication that the administration made a determined effort to evacuate the Americans peacefully. [...] Officials have acknowledged that there was no inclination to try to negotiate with the Grenadian authorities.

Tradução: o fraseamento do pedido formal, entretanto, foi rascunhado em Washington e enviado para líderes caribenhos por emissários americanos. Tanto Cuba quanto Granada, quando viram que os navios americanos se dirigiam a Granada, mandaram mensagens urgentes prometendo que os estudantes norte-americanos estavam a salvo e urgindo que a invasão não ocorresse. [...] Não há indicação que a administração tenha feito um esforço determinado para evacuar os norte-americanos pacificamente. [...] Funcionários do governo reconheceram que não havia inclinação para tentativas de negociação com as autoridades granadinas.

As pesadas críticas tiveram ao menos uma consequência positiva para as Forças Armadas norte-americanas: depois da invasão a Granada, foi estabelecida uma Comissão, chefiada pelo Major-General Winant Sidle<sup>35</sup>, criada para estabelecer disposições para o acesso da mídia em uma área de conflito. A Comissão Sidle foi a primeira grande iniciativa organizada pelas Forças Armadas desde o fim das operações no Vietnã para realizar uma revisão na maneira com que elas lidavam com a mídia, e era orientada por uma pergunta fundamental: “Como devemos conduzir operações militares de maneira a salvar as vidas de nossas tropas, proteger a segurança da operação, e ao mesmo tempo, manter o povo norte-americano informado pela mídia?”. A Comissão era formada pelo próprio Sidle, seis outros oficiais militares e sete repórteres e executivos da mídia, e após muitas semanas de deliberações e entrevistas com 19 representantes da mídia e três representantes da área de comunicação social, foi

---

<sup>35</sup> Além de militar de carreira, o General Sidle era mestre em jornalismo pela Universidade de Wisconsin (1949), e tinha uma longa experiência nos assuntos relacionados — havia sido chefe de informações no Vietnã.

elaborado um relatório com oito grandes recomendações e uma Declaração de Princípios.

Entre outras medidas, o relatório apontava a necessidade de treinamento específico para o trato com a mídia em todos os escalões até o nível pelotão, ou seja, mesmos os oficiais mais jovens, como tenentes (e praças mais graduadas, como sargentos), deveriam estar preparados para essas missões. Além disso, determinou-se que não haveria necessariamente um órgão central para este fim — que poderia ser facilmente acusado de censor — o que fez com que o trato correto com os meios de comunicação fosse considerado responsabilidade de todas as unidades, com alertas específicos entre elas para a presença deles na área de operações.

Mas a maior medida talvez tenha sido o estabelecimento de um grupo permanente de correspondentes – um media pool – que teria acesso liberado ao campo de batalha sem submeter-se à censura e que, em troca, se comprometia a cumprir um conjunto de regras. A pena para o descumprimento era o descredenciamento e a perda destes privilégios, além dos processos judiciais de praxe. O principal argumento para o estabelecimento era o de que os militares não tinham meios para garantir a segurança de todos os correspondentes<sup>36</sup> em um ambiente de livre trânsito como o do Vietnã, mas não podemos negar que a criação de um media pool foi instrumental para o estabelecimento de um filtro eficaz, uma válvula que não afronta diretamente o princípio da liberdade de imprensa, ao mesmo tempo que possibilita o controle pela dependência de uma fonte de informação e pela perda de reputação que um repórter poderia ter se fizesse algo fora das regras pré-estabelecidas.

Podemos dizer que o Relatório Sidle foi o turning point nas relações entre os militares e a mídia, e foi de grande influência para outros exércitos, tendo suas recomendações aplicadas inclusive pelo Exército Brasileiro nos briefings de segurança da Conferência Rio 92 sobre o meio ambiente. Mais do que meramente um conjunto de recomendações, o relatório foi o passo inicial para que outros estudos sobre o relacionamento com os meios de comunicação fossem feitos no decorrer da década de 90.

---

<sup>36</sup> A frase encontrada foi: “os recursos de apoio à news media não pode acomodar um número muito grande de jornalistas”.

## Operações Desert Shield e Desert Storm — Guerra do Golfo, 1991.

Quando o Estado-Maior norte-americano soube que a vanguarda do exército iraquiano havia chegado à capital do Kuwait, em 2 de agosto de 1990, sabiam também que era provável a organização de uma operação de grandes proporções para o restabelecimento da ordem. E que, para tanto, teriam que fazer uma grande campanha de opinião pública para garantir seu êxito, e seguir as orientações do Relatório Sidle.

Um ano antes, a invasão do Panamá na Operação Just Cause mostrara aos principais decisores que não seria fácil a adoção das recomendações — foi a primeira oportunidade em que os Estados Unidos se envolviam em uma operação de grandes proporções, o que fazia disso um grande teste para as capacidades institucionais das Forças Armadas norte-americanas. Segundo boa parte dos analistas, elas falharam. Após o fim das operações no Panamá, o subsecretário de Defesa Pete Williams encomendou a Fred Hoffman, ex-repórter da Associated Press e naquele momento funcionário do Departamento de Defesa, um estudo detalhado sobre o que havia dado errado. O Relatório Hoffman apontou uma série de problemas, entre os quais dois com maior gravidade: o tempo insuficiente para o preparo das tropas para missões de comunicação social, e a desconfiança na mídia por parte da cúpula do Departamento de Defesa.

Nos meses que antecederam o início das operações no Kuwait havia um clima favorável com a mídia em relação à pauta governamental como um todo, e como dão conta alguns registros, até Dan Rather<sup>37</sup>, um crítico mordaz dos militares, passou a fazer observações positivas. Contudo, as recomendações de Hoffman apontaram para uma abordagem mais conservadora das Forças com relação à mídia, pela própria incapacidade de cumprimento de algumas missões no Panamá.

A abordagem para com a mídia foi pró-ativa, e houve um esforço deliberado de não apenas fazer uma campanha para garantir a mobilização do país para um conflito prolongado com o Iraque, mas também o de utilizar a mídia como arma, em uma estratégia que ficou conhecida como “shock and awe” – a doutrina militar proposta em

---

<sup>37</sup> Jornalista da rede CBS, aposentado em 2006.

1996 por Harlan K. Ullman e James P. Wade, da National Defense University dos Estados Unidos, e baseada no uso de força decisiva e avassaladora de uma só vez, com visão ampla sobre o campo de batalha e demonstrações de poder como forma de paralisar a percepção do adversário sobre o campo de batalha e destruir sua vontade de lutar. Para a concretização desta estratégia, o uso maciço de TV e de correspondentes ao vivo do campo de batalha era uma constante, e parte da campanha de guerra de informação.

Foi a primeira guerra na história da humanidade a ser transmitida a milhares de lares em tempo-real. A estratégia do shock and awe em muito lembra a blitzkrieg alemã da Segunda Guerra Mundial: táticas de manobras rápidas, com apoio aproximado da aviação, mas com a diferença de que, desta feita, o uso da mídia para divulgar cenas de demonstração de poder era parte do jogo. Por isso, a recomendação de estabelecer um escritório nas bases de campo antes mesmo da chegada do contingente à área de operações foi cumprida, até porque, como vimos, eles seriam parte do ataque.

Apesar disso, os Generais Norman Schwarzkopf e Colin Powell preferiram um sistema conservador para a gestão de informações. Como o Relatório Hoffman havia apontado a falta de tempo para o preparo de todos os escalões para as missões de comunicação social, preferiu-se um esquema centralizado, no qual a cúpula conduzia diretamente o fluxo de informações por meio de pronunciamentos e coletivas de imprensa. Pode-se dizer, então, que a Guerra do Golfo não significou a adoção completa das recomendações do Relatório Sidle, mas levou ao seu aprofundamento dos estudos sobre comunicação social, uma vez que foram detectados avanços importantes.

Uma das recomendações adotadas foi a elaboração de uma cartilha para os comandantes de unidades que tivessem a participação de representantes da mídia. Essa cartilha ficou conhecida como “Anexo Foxtrot” — memorando de 10 páginas de autoria do Capitão Ron Wildermuth, Chefe de Relações Públicas do Comando Central americano, com linhas-mestra para o tratamento da mídia. Entre as ordens, constava a afirmação que deu notoriedade ao documento: "News media representatives will be escorted at all times. Repeat, at all times". Tradução: os representantes da mídia de notícias devem ser escoltados em todos os momentos. Repetindo, em todos os momentos.

O anexo versava sobre o controle sobre quem falava com as tropas e sob que condições, assim como sobre o que poderia ser reportado, restrição prévia do material potencialmente perigoso à segurança nacional, além da recomendação do Alto-Comando de manter centralizada a divulgação das informações em pronunciamentos diários.

Além disso, foi estabelecido o media pool – o que seria uma constante desde então – com jornalistas selecionados pelo Centro de Informações Conjuntas do Comando Central mediante análise de posições sobre os temas, e um grupo ainda menor, que tinha autorização para entrevistas com soldados. Em geral, os jornalistas que queriam acesso ao teatro de operações eram postos em grupos de cinco<sup>38</sup> e escoltados. Poderiam haver até 25 equipes dessas por dia, ficando restante (cerca de mil jornalistas) confinados aos hotéis de luxo das costas do Golfo Pérsico<sup>39</sup>. As entrevistas eram sujeitas a aprovação prévia e censura posterior, mas das 1351 reportagens escritas, apenas cinco foram enviadas para revisão no Departamento de Defesa, e em apenas uma houve violação das regras de segurança.

A Primeira Guerra do Golfo foi, portanto, um momento de transição operacional para as recomendações do Relatório Sidle, e os sucessos alcançados subsidiaram o estudo pelo seu aprofundamento durante o restante da década de 90.

Operação Gothic Serpent, Somália, 1993.

A Operação Serpente Gótica foi uma das operações mais ousadas e impactantes da história militar recente. Ocorrida em 3 e 4 de outubro de 1993, foi uma iniciativa do comando do contingente norte-americano na Força de Paz da ONU na Somália, que optou pela captura de um dos líderes rebeldes mediante a inserção de uma força de assalto composta por integrantes dos Rangers (o equivalente aos “comandos” do Exército Brasileiro) e da Força Delta (Forças Especiais) — no coração de uma zona de

---

<sup>38</sup> Este era o ponto que causou maior discórdia, já que a atividade jornalística valoriza a visão exclusiva. Os jornalistas então começaram a campanha para que houvesse missões individualizadas, o que foi atendido com o atual movimento dos embedded reporters.

<sup>39</sup> VENABLE, Barry “O Exército e a Mídia”

grande hostilidade de Mogadíscio, capital da Somália. Ao total, a força era composta de 19 aeronaves, um comboio de 12 veículos que faziam a extração, e 160 homens.

O fracasso desta operação, com a captura e morte de vários de seus componentes, levou a uma mudança de postura por parte da administração Clinton, que se tornou cada vez mais relutante em usar de força militar em conflitos no Terceiro Mundo – como o massacre étnico de um milhão de Tutsis pelos Hutus em Ruanda em 1994.

Esta mudança foi em grande parte causada pela falta de uma cobertura permanente da mídia, que só chegou a Mogadíscio depois do ocorrido e com a crise já deflagrada. O contingente de jornalistas internacionais presentes em Mogadíscio era diminuto, principalmente pelo fato de que, por mais que o mundo inteiro esteja hoje acessível a jornalistas por terra, mar e ar, ainda há lugares hostis onde a presença de jornalistas de forma permanente é menos tolerada. O fato de Mogadíscio ser um lugar insalubre e sem recursos naturais não atraía a presença de jornalistas, e pela falta deles, não havia a coordenação permanente de imprensa por parte das forças americanas.

O que resultou – a imagem dos soldados americanos mortos sendo arrastados pelas ruas da cidade – levou não apenas à mudança na política externa de Clinton, mas à mudança de tática: no subsequente envolvimento americano na Iugoslávia, foi preferida a tática de bombardeio puro e simples — envolvimento “sanitário” — sem engajamentos terrestres de vulto. Do incidente, também foi observada a tendência do impacto das imagens diretamente nos decisores, o que dá a noção de que os meios de comunicação muitas vezes parecem possuir um atalho para aqueles que formulam as políticas.

Operação Enduring Freedom — Guerra contra o Terrorismo, 2001-atualidade:

Os ataques às Torres Gêmeas em Nova York, em 11 de setembro de 2001, tiveram um impacto profundo nas relações internacionais contemporâneas, e dão início ao atual ciclo de conflitos armados protagonizados pelos Estados Unidos. A campanha, denominada "Guerra contra o Terror" — oficialmente, Global War on Terror ou GWOT — configura-se no esforço de uma nação em vencer um inimigo invisível, o terrorista,

que infiltra-se no meio da sociedade para atacar alvos civis, notadamente os de grande visibilidade e significação simbólica e política. É importante notar a peculiaridade deste conflito no sentido em que, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, o alvo da hostilidade estrangeira situava-se na porção continental do país, e que os efeitos diretos da guerra, como as mortes em um ataque, poderiam ser sentidas no "homefront", ou seja, próximo aos principais núcleos populacionais.

A afirmativa anterior não significa dizer que a população norte-americana nunca havia sentido os efeitos de uma guerra. Porém, nesse caso, é importante diferenciar os efeitos diretos dos indiretos. Nos últimos, a população sente os efeitos da guerra principalmente por meio de privações, como a falta de gêneros alimentícios, convocações para serviço, entre outros. Já nos primeiros, a população, assim como as cidades sob cerco, são o alvo principal das operações militares. Na Segunda Guerra Mundial, os território norte-americano havia sido alvo das operações japonesas, com o ataque a Pearl Harbor. Entretanto, a grande distância do local do ataque, situado nas ilhas do Havaí, para a porção continental dos Estados Unidos, reduziu a importância deste não apenas em termos de importância material do alvo, como também em não inculcar o sentimento de insegurança na população americana da época.

Já os ataques às Torres Gêmeas incutiram tal temor. E as medidas que se seguiram tiveram impacto significativo no dia-a-dia da população, e podem ser comparadas àquelas tomadas durante o cerco a cidades medievais — restrição à movimentação e defesa dos pontos de intersecção, como as muralhas. Mas, nas cidades contemporâneas, onde estão as muralhas? Em uma primeira análise, podemos apontar os aeroportos como os grandes "portões" de entrada das cidadelas modernas, e as inúmeras restrições ao transporte de bagagens impostas a partir dos ataques refletem essa noção. Mas, em um segundo olhar, dentro da proposta desse trabalho, podemos delinear outro tipo de impacto e restrição: as que reconfiguram os meios de comunicação e a transmissão de informação dentro da sociedade.

As consequências imediatas dos ataques de 11 de setembro são conhecidas de muitos de nós, mas nos cabe aqui uma pequena lembrança, no intuito de definir o que será importante para nossa discussão. No plano da política internacional, o governo de George W. Bush tratou de identificar os agressores — a rede terrorista Al-Qaeda — e

de localizar suas principais bases de operação no mundo — no caso, o Afeganistão, que já se encontrava virtualmente isolado do contato externo pelo regime fundamentalista islâmico dos talibãs. Vale notar que a campanha militar contra os talibãs começou ainda em 2001 e menos de um mês após os ataques, no dia 7 de outubro, quando iniciou-se a Operação Enduring Freedom, que dura até os dias de hoje. Às ações militares seguiu-se uma campanha diplomática no sentido de identificar e agravar relações com os países patrocinadores do terrorismo, o chamado "Eixo do Mal" — termo cunhado em 2002 para designar a Síria, Coreia do Norte, Irã e Iraque.

Com relação a esse último, havia um especial interesse: além do país já haver sido alvo de uma campanha militar em decorrência da invasão do Kuwait — a Guerra do Golfo de 1990 — o regime do ditador Saddam Hussein tinha um histórico de pesquisa e uso de armas de destruição em massa, em especial químicas e bacteriológicas, desde os anos 80, quando milhares de pessoas da minoria curda que habita o norte do Iraque foram alvo desse tipo de armamento. Após os ataques de 11 de setembro, o maior temor das autoridades americanas tornou-se a possibilidade de um ataque a um grande centro populacional norte-americano com uma arma de destruição em massa (química, biológica ou nuclear), que por seu próprio conceito, destinam-se a causar o maior número possível de mortes, usualmente calculados na casa dos milhões. Portanto, era de fundamental importância para o governo americano estabelecer os mais rígidos controles possíveis em relação à produção, trânsito e armazenamento de quaisquer produtos ou insumos relacionados às armas de destruição em massa.

Mesmo sem evidências críveis de que o Iraque havia participado dos ataques a Nova York, a invasão ao Iraque teve início em 20 de março de 2003, após acusações por parte dos Estados Unidos e Grã-Bretanha de que o Iraque não apenas estocava armas químicas, como havia comprado urânio enriquecido do Níger com o intuito de fabricar um artefato nuclear. A campanha terrestre foi rápida e bem-sucedida, e já em 9 de abril o regime de Saddam Hussein havia sido totalmente desarticulado, com seus principais membros mortos ou aprisionados. Em primeiro de maio daquele ano, em meio a uma grande estrutura montada a bordo de um porta-aviões, o Presidente Bush anunciou a vitória da Coalizão. Saddam Hussein foi capturado em 13 de dezembro daquele ano, e executado por enforcamento em 30 de dezembro de 2006, após ser condenado por um tribunal iraquiano pelas mortes de 148 opositores xiitas.

Desde o início das operações no Iraque passaram-se seis anos. O Iraque segue ocupado por tropas norte-americanas, que esforçam-se para estabilizar o país frente a hostilidades entre as facções que disputam o poder e contra elas próprias, consideradas por muitos como potência invasora. No Afeganistão, os insurgentes, formados pela milícia talibã, pela Al-Qaeda e muitos outros grupos islâmicos radicais, seguem controlando boa parte do país e infringindo baixas significativas às tropas da coalizão internacional e a civis. Porém, o propósito deste trabalho não é a de descrever o conflito, e sim o de analisar o papel dos meios de comunicação nesses quase oito anos de hostilidades. A premissa inicial é a de analisar os conflitos no Iraque e no Afeganistão em conjunto, não apenas porque advém de fatores políticos semelhantes, mas também por terem características operacionais idênticas no que se refere aos meios de comunicação.

Um dos questionamentos mais visíveis é o que envolve o viés da cobertura dos principais veículos jornalísticos norte-americanos. A maioria dos autores consultados — notadamente Taylor<sup>40</sup> e Fontenelle<sup>41</sup> — advogam que a maioria deles foi parcial e nacionalista, deliberadamente ou não, sendo recorrentes as acusações de censura (seja governamental ou auto-infringida), guerra de informações, propaganda e infotainment. A maior parte da grande literatura disponível sobre a cobertura jornalística aponta no sentido dessa reconfiguração dos meios de comunicação: autores como Taylor afirmam que, em tempos de paz, o aparato jornalístico é um importante vetor de controle da sociedade civil norte-americana contra os abusos do estado, configurando-se em um verdadeiro "cão-de-guarda" da população, mas que, em tempos de guerra, como na Guerra contra o Terror, a mídia americana cedeu seu apoio de maneira voluntária, sem a necessidade de uso de ferramentas coercitivas.

#### A estratégia de comunicação e os "embedded reporters"

O fato é que, da análise dos fatos relatados, podemos afirmar que, mesmo apoiando voluntariamente as operações, os meios de comunicação estiveram

---

<sup>40</sup> TAYLOR, Philip M. *Battles of the Mind*. The Institute of Communications Studies, University of Leeds, UK, 2003. Disponível em [www.ics.leeds.ac.uk](http://www.ics.leeds.ac.uk). Acesso em 17/02/2009.

<sup>41</sup> FONTENELLE, Paula. *Iraque: A Guerra pelas Mentas*. São Paulo, Sapienza, 2004

permanentemente sob uma estrutura de controle bastante estrita, que ora utilizava meios mais tênues, ora fazia valer da coerção. Operaram aí não apenas os filtros de Chomsky & Herman, que estudamos com maior profundidade anteriormente, como também uma inovação importante: os chamados "embedded reporters", que apesar de várias traduções, podem ser melhor definidos em português como repórteres enlistados, e que se caracterizam por não atuar de forma independente no campo de batalha, como na maior parte dos conflitos anteriores, mas sob os "cuidados de segurança" de uma tropa aliada, que lhe serve de cápsula e "facilita" seu trânsito para lugares onde um grupo independente teria dificuldades de acesso e de segurança. Dos mais de três mil jornalistas que acompanharam a guerra do Iraque, cerca de um sexto atuou sob tais condições.

Sobre esse tópico, as opiniões são normalmente bastante extremadas. Por um lado, a novidade significou o reconhecimento oficial do trabalho dos correspondentes de guerra e a preocupação dos comandantes de campo em relação à segurança dos repórteres não deixa de ter um componente bastante prático, afinal, os conflitos anteriores demonstraram que os jornalistas capturados em áreas de conflitos não tendem a ter tratamento diferenciado em relação à tropa beligerante ou aos civis no campo de batalha — pelo contrário, eles tendem a ser mantidos prisioneiros até o fim das hostilidades. Contudo, os críticos apontam que o encapsulamento dos repórteres tende a retirar destes a postura de independência, bem como deixa-os menos propensos a utilizar seu faro profissional subjetivo para obter "furos" e outras informações que apenas uma movimentação mais livre poderia proporcionar. As condições foram postas às direções dos meios de comunicação envolvidos como um acordo justo: em troca de acesso privilegiado ao campo de batalha e da oportunidade de registrar cenas da guerra in loco, os meios se comprometeriam a não publicar informações relevantes para o inimigo, como táticas, procedimentos, quantidade de tropas, número de soldados, entre outras. Até aí, não haveria nada que pudesse suscitar uma discussão maior, afinal, as proibições seriam meramente a aplicação do bom-senso.

De qualquer forma, não houve opção para os meios em questão. Os embedded reporters eram parte integrante da estratégia de comunicação do Departamento de Defesa, e a alternativa a esse procedimento era a de não obter credenciamento para quase nada dentro da área de operações, o que significava dizer que o veículo em

questão só poderia permanecer fora da área de hostilidades. Os duzentos jornalistas que decidiram não se afiliar ao programa de embedded reporters no Iraque viram-se extremamente limitados em sua movimentação, sendo que a maior parte deles, hospedados no Hotel Palestina em Bagdá, não contavam com permissão do governo iraquiano para sequer sair do estabelecimento, que também foi bombardeado por aeronaves da coalizão.

Há mais: por razões de proteção e verificação de segurança, todas as notícias deveriam ser transmitidas para as sedes das redações por meio de dois centros militares de comunicação: a Unidade Móvel de Transmissão (UMT), apelidada de "Hub", e o Centro de Mídia do Comando Central, com sede em Doha, capital do Catar. O UMT centralizava a transmissão utilizando canais criptografados, para que nenhuma dessas reportagens "cruas" caísse em mãos inimigas, enquanto que o Centro de Mídia se certificaria de que o material estava de acordo com as regras de publicação combinadas. Para os críticos, o Centro de Mídia era, na prática, o órgão que decidia que material poderia ser publicável, e quais sofreriam censura prévia.

Há também outra preocupação dos críticos, de caráter subjetivo, e que é inclusive admitida por alguns repórteres: durante as operações, o convívio diário dos jornalistas enlistados criava uma relação para além do profissional, de confiança, amizade, e por vezes medo. Criava-se uma simbiose, no sentido de que a missão dada à tropa era a de proporcionar segurança e meios de trabalho para os jornalistas, enquanto que os jornalistas dependiam da tropa, não só para cumprir seu trabalho, mas também para sua própria sobrevivência e bem-estar. Mesmo que nenhuma censura fosse imposta ao material, há o questionamento natural sobre a imparcialidade dos jornalistas operando em tais condições.

Os dois parágrafos acima nos dão conta da existência de um outro filtro não previsto na linha de Chomsky & Herman, a estratégia de comunicação. Mesmo que se verifique que as acusações dos críticos em relação à postura de controle e censura do Comando Central revelem-se falsas, não podemos afirmar que as críticas não eram embasadas. Ao contrário, muitos dos procedimentos adotados pelos jornalistas e meios de comunicação são de conhecimento público, sendo facilmente verificáveis tanto na vasta bibliografia quanto pelos próprios militares. Ou seja: é possível dizer que, na

medida em que as forças em campo conseguem impor aos jornalistas restrições à sua movimentação e à transmissão de dados, isso se configura em um "filtro, em uma adaptação atual da tese de Chomsky & Herman.

Porém, é importante salientar que a eficácia desse filtro é limitada no tempo, e uma vez cessadas as ameaças, os jornalistas voltarão a uma postura de contraposição ao Estado. Foi o que aconteceu entre maio e agosto de 2004. Redes de TV e jornais de renome, como o New York Times em 26 de maio de 2004, admitiam por meio de editoriais suas falhas na cobertura e sua parcialidade. Nesse mesmo ano, passaram a aparecer as primeiras críticas sobre a duração das operações, a inexistência de armas de destruição em massa no Iraque, e os abusos nas prisões de Abu Ghraib e de Guantánamo, com acusações que envolviam a prática de tortura.

#### O Patriot Act e a Internet

Uma questão aparentemente acessória à nossa discussão pode ter uma relevância maior do que inicialmente considerada. Trata-se da legislação aprovada em 26 de outubro de 2001, logo após dos ataques ao World Trade Center, que se configura no grande marco jurídico para as ações do governo norte-americano contra o terrorismo. A "Lei Patriota" ou USA Patriot Act<sup>42</sup>, possibilitou o aumento significativo da capacidade legal que a polícia, forças armadas e serviços de inteligência têm para interceptar e-mails, telefones, registros médicos e financeiros, bem como quaisquer transmissão de dados que possam ser suspeitos de envolvimento com o terrorismo. Além disso, a lei dá maior autonomia à Secretaria do Tesouro, órgão do governo norte-americano responsável pelas finanças e equivalente a nosso Ministério da Fazenda, para alterar regulamentos sobre o trânsito de recursos monetários, e autoriza a detenção sumária e deportação de suspeitos de envolvimento com o terrorismo, bem como de imigrantes.

Apesar de não ter nenhuma provisão que afete diretamente aos meios de comunicação de massa institucionalmente estabelecidos, a lei é extremamente relevante por dar autorização prévia aos órgãos de governo para interceptar quaisquer tipos de

---

<sup>42</sup> O termo USA Patriot é na verdade uma sigla, que significa “Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism” – Unindo e Fortalecendo a América Provendo Ferramentas Apropriadas para Interceptar e Obstruir o Terrorismo.

transmissão de dados, o que nos dias de hoje, além de extremamente importante para as agências e cadeias de notícia, tem impacto direto na principal inovação dentre os meios de comunicação do período – a internet. Em especial, podemos apontar que, pela primeira vez, graças aos novos recursos participativos e colaborativos da rede, como os blogs, foi possível levar ao conhecimento de milhares de pessoas perspectivas até então impensadas, como os comentários diários de um soldado em missão, relatos sobre os bombardeios escritos por pessoas comuns poucos minutos após os acontecimentos ou mesmo em tempo-real.

Quadro-resumo

Fase-Período	Conflitos	Meios e Especificidades
1ª. Fase Pré-telegrafia (1776-1854)	Guerra de Independência Guerra de 1812	Folhetim – “One Penny”
2ª. Fase Era do telégrafo (1854-1917)	Guerra de Secessão Guerra Hispano-americana	- Jornal (full-text) - Infotainment na Guerra Hispano-americana
3ª. Fase Guerra Total (1917-1953)	Guerras Mundiais Guerra da Coréia	- Jornal, Rádio, Cinema (jornalismo cinematográfico) - Política de Comunicação estruturada, nascimento da teoria hipodérmica.
4ª. Fase Guerras por Correspondência (1954-1980)	Guerra do Vietnã Tentativa de Resgate aos reféns da Embaixada em Teerã	- Jornal, com adesão crescente à TV. - Fotojornalismo - Ausência de controles eficazes
5ª. Fase Hegemonia Crescente (1980-2001)	Granada, Panamá, Guerra do Golfo, Somália, Balcãs	- TV Ao Vivo - Crescente sofisticação de políticas decorrente do Relatório Sidle - “Envolvimento Sanitário”
6ª. Fase (2001-atual)	Guerra contra o Terrorismo	- Internet: blogs, web 2.0 - Controles eficazes: embedded reporters

## Conclusão

Há muitas especificidades sobre como se dá um trabalho de revisão teórica bibliográfica. Como a resposta às perguntas propostas não estarão no primeiro verbete consultado, é necessário realizar um trabalho de aproximações sucessivas, que por vezes pode ser bastante enfadonho. Não há muito jeito para isso: em um primeiro momento o trabalho de revisão deve ser mais extenso, para só depois afunilar-se em uma argumentação mais específica. Mesmo por isso, definir e delimitar as perguntas de pesquisa para nortear o texto são tarefas quase hercúleas. Na maior parte do tempo em que esse trabalho foi desenvolvido, as perguntas não estavam claras. Porém, por aproximações sucessivas, creio que conseguimos atingir aos objetivos propostos.

Inicialmente, nos preocupamos em justificar os motivos pelos quais estes assuntos são de relevância para o estudo da comunicação, e discorremos brevemente sobre a delimitação do objeto de estudo desta ciência e os conceitos relevantes para o estudo, bem como sobre a evolução histórica do conceito de sociedade industrial e sobre o assujeitamento do indivíduo frente ao Estado. Também fizemos uma abordagem sobre dois clássicos do estudo da guerra, Sun Tzu e Clausewitz, para demonstrar que a dimensão invisível de um campo de batalha - as informações, mentalidades e processos sociais - é tão ou mais importante do que a dimensão concreta, e que isso tem sido desde muito tempo objeto da reflexão humana.

Ao estudar um modelo teórico influenciado pela economia política e pelo estruturalismo marxista como o de Chomsky e Herman, pudemos extrair sua visão sobre a operacionalização de estruturas sociais baseados em interesses. As visões de imbricamento e da relação, por vezes simbiótica, entre mídia e corporações; de que há filtros sociais prévias à atividade da mídia; e de que a percepção da interação da mídia com o público é crucial para entendermos os grandes processos por trás da formulação da notícia. Em tempo, cremos que conseguimos contrabalançar esta abordagem com um estudo sobre o modelo hipodérmico da comunicação no início do século XX, e uma abordagem inspirada tanto em clássicos da Ciência Política como Mosca, Pareto e Michels e representante da Teoria da Comunicação, como Lippmann e Laswell, para

defender que tanto os militares como os operadores dos meios de comunicação constituem-se como 'pequenas elites', que têm funções dentro da sociedade, e sem fazer um juízo de valor sobre se a existência de elites é boa ou ruim, observamos que este é um fato histórico observável em muitas culturas e em vários períodos.

Por fim, fizemos um estudo histórico em perspectiva sobre o caso norte-americano, e quisemos demonstrar que estamos diante de um objeto de estudo de grande valor: a História dos Estados Unidos mostra a relação pendular que militares e mídia desenvolveram ao longo de dois séculos, desde os primeiros tipógrafos a bordo do Mayflower ao estágio atual de embedded reporters e a cobertura patriótica dos grandes meios de comunicação sobre a Guerra do Iraque. Mostrou também que esta mudança foi um processo evolutivo lento mas robusto, que em grande parte decorre de mudanças doutrinárias e institucionais de iniciativa dos militares — ou seja, pudemos observar que este contraste no teor do relacionamento ao longo dos últimos anos ocorreu por dois motivos, a saber: 1) pelo amadurecimento do jornalismo como profissão, na medida em que estabeleceu códigos de atuação e de ética, e 2) pela habilidade das instituições componentes do Departamento de Defesa de aprender com suas experiências no campo de batalha, sistematizá-las em diretrizes claras, e transformá-las em ações concretas. Como uma elite, os militares norte-americanos souberam ver na mídia um outro grupo social de relevância, uma outra elite, e soube trazê-la para junto de si por meio de adaptações em suas instituições.

Seguindo o paradigma democrático, o povo deve saber quando suas Forças Armadas fazem algo de errado. As Forças Armadas devem ter a noção de que esta crítica é positiva, e que isso é um mecanismo de avanço institucional. Por isso mesmo, não devem usar o sigilo, intrínseco às operações militares, para proteger o envolvimento de oficiais e praças em atos que configurem crimes de guerra ou outros ilícitos, nem para que sejam ocultados os verdadeiros motivos que levam a um país a decidir pela saída das armas e o engajamento em um conflito, como foi o caso dos Pentagon Papers de Daniel Ellsberg. Antes de tudo, os níveis de decisão devem convencer-se inequivocamente de que a mídia cobrirá suas ações quer queiram ou não, e aceitar sua atuação de maneira ampla. Aceitar derrotas no campo tático pode assegurar vantagens no campo estratégico.

As Forças Armadas norte-americanas configuraram-se em um exemplo de que a mídia deve ser abordada de uma maneira pró-ativa, e que as instituições podem, ao longo dos anos, aprender com suas próprias experiências e sistematizar conceitos e abordagens sobre problemas estratégicos. No caso, observamos que as Forças Armadas norte-americanas perceberam que, no caso da mídia, a postura tradicional do "nada a declarar" e o exercício do direito de não dizer nada simplesmente não funciona, ou pior, pode implicar em danos para a segurança e a vida de seus homens no campo, e ao comprometimento de objetivos estratégicos quando analisamos um conflito como um todo. Isso requer dedicação permanente por parte do governo e das Forças Armadas em ter um bom relacionamento com a mídia, e em termos mais abrangentes, ter sempre claro em mente os motivos da adequabilidade e legitimidade de um envolvimento militar, e uma preocupação valorativa sobre se a condução das operações está sendo bem-sucedida e sendo feita da melhor forma. Não é tarefa fácil, mas deve ser feita.

Da mesma forma, os operadores de mídia envolvidos com a cobertura de conflitos devem disciplinar-se a conhecer mais sobre aqueles que as fazem, os militares, e não devem permitir que a rapidez do fluxo de informações e a necessidade de resumir todo um cenário em poucas linhas ou trinta segundos de tempo de pauta determinem que estas saiam sem a devida contextualização. Há também de se ter boa-fé, afinal, sendo apenas argumento dos comandantes militares ou não, há vidas de soldados e civis em jogo.

As diferenças de perfil humano entre estes dois grupos aos quais qualificamos como 'pequenas elites', a mídia e os militares, são de fato muito contrastantes: ambos os grupos assumem funções orgânicas dentro das sociedades contemporâneas, mas os aparatos institucionais e as missões específicas fazem com que sejam valorizados conjuntos de qualidades bastante distintos. No caso dos meios de comunicação, valoriza-se o profissional astuto e esperto, com sensibilidade aguçada nos sentidos de modo a perceber a realidade com um olhar crítico, por vezes contestador, e com habilidades de transpor esta percepção ao meio de comunicação que opere. Ademais, pede-se que saiba acionar fontes primárias e que tenha trânsito em várias camadas sociais, o que faz com que estes profissionais sejam camaleônicos por natureza. Já os militares possuem um ethos social bem diferente: o olhar crítico muitas vezes é suplantado pela disciplina e hierarquia, tão necessários ao dia-a-dia da caserna e

principalmente quando a vida de soldados está em risco no campo de batalha. As agruras e privações da guerra exigem não apenas a existência de um forte espírito de corpo e uma estrutura formal de postos e graduações, mas acabam valorizando qualidades individuais como disciplina estrita, coragem física e moral, abnegação e integridade moral. Avaliamos que esses valores são importantes em um ambiente extremo da guerra, mas em tempos de paz essa disciplina e formalidade são frequentemente criticadas pelos civis, sobretudo pela mídia. Da forma oposta, o ethos militar — visto como um tipo ideal — tende a ver os operadores dos meios de comunicação como dissimulados, arrogantes, ignorantes em assuntos específicos, e excessivamente flexíveis do ponto de vista moral para conseguir notícias, furos, informações privilegiadas ou contratos publicitários. Estes pré-conceitos, válidos ou não, devem ser postos de lado para que as qualidades de ambos os grupos sejam melhor percebidas, e assim haja a melhoria do relacionamento. Quem tem a ganhar com isso é a própria sociedade democrática e seus valores de igualdade e transparência.

O paradigma hipodérmico, que preconiza que os meios de comunicação reconfiguram-se em uma “correia de transmissão” dos interesses do Estado, e seus desdobramentos na teoria das elites e no trabalho de Chomsky & Herman, ainda são bastante apropriados para analisar todos os casos históricos revistos, inclusive a atual Guerra contra o Terror. Contudo, percebemos que uma conjunção de fatores sociais, políticos e operacionais influíram para que suas premissas não sejam aplicáveis ao observarmos a Guerra do Vietnã, que se apresenta como um caso único e excepcional.

Ao longo da história dos Estados Unidos, os aparatos de controle estatal adaptaram-se às inovações técnicas dos meios de comunicação, justamente porque acolhiam prontamente sua adoção. Muitas vezes, o próprio Estado fomentou tais inovações, como no caso do telégrafo e da internet, e no estabelecimento da própria Communication Research. Em relação aos meios de comunicação na guerra, Estado e media configuram-se numa simbiose, que remonta ao próprio uso das informações no campo de batalha na antiguidade, bem antes do advento dos meios de comunicação em massa.

Desde a Guerra do Vietnã observamos que tanto os meios de comunicação esforçam-se em amadurecer seus códigos de ética jornalística e suas relações com os

órgãos governamentais, quanto as Forças Armadas têm empreendido mudanças institucionais para aperfeiçoar seu trato com os media, codificando condutas e padronizando procedimentos. O Relatório Sidle, elaborado na década de 1980, segue sendo o documento de referência para as relações militares-mídia, que têm sido caracterizadas por adaptações institucionais como os embedded reporters e o Patriot Act, entre outras.

Concluimos este trabalho com a certeza de que o debate sobre a liberdade de imprensa e sobre a relação entre meios de comunicação de Forças Armadas continuará a se aprofundar, e particularmente em um país como os Estados Unidos da América — não apenas pelo seu constante envolvimento em conflitos internacionais, mas pelos meios de comunicação ocuparem um lugar tão relevante em sua cultura. Devemos nos afastar de preconceitos dogmáticos e tentar observar os Estados Unidos não só por seu papel de potência global, mas como um riquíssimo objeto de estudo para melhor entendermos os paradoxos da sociedade contemporânea e a eterna busca dos seres humanos pela liberdade de viverem e serem felizes de acordo com seus próprios desejos.

## Bibliografia

- ARENDT, Hannah. "O que é a autoridade?" in ARENDT, H. Entre o Passado e o Futuro. Ed. Perspectiva, São Paulo.
- ARON, Raymond. República Imperial — Os Estados Unidos no Mundo do Pós-Guerra. Biblioteca da Cultura Histórica, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1975
- ARON, Raymond. Social Structure and the Ruling Class. British Journal of Sociology, I, 1950
- ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX. São Paulo, Unesp, 2006
- BAGDIKIAN, Ben. The Media Monopoly, 2a ed, Boston, Beacon Press, 1987
- BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. São Paulo, Loyola, 1999
- BARROS FILHO, Clóvis. Ética na Comunicação: da informação ao receptor. Editora Moderna. São Paulo, 1995.
- BAUDRILLARD, Jean (trad. Paul Patton). The Gulf War Did Not Take Place. Indiana University Press, 1995.
- BENNETT, W.L. e PALETZ, David L. (Editores). Taken by Storm: The Media, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy in the Gulf War. American Politics and Political Economy Series, University of Chicago Press, 1994.
- BLUMER, Herbert. "Collective Behavior" in: Lee, Alfred. New Outline of the Principles of Sociology, 1951.
- BLUMER, Herbert. A massa, o público e a opinião pública. In: Lee, Alfred, New Outline of the Principles of Sociology, Barnes & Noble, New York, 1946
- BOUDON, Raymond. Métodos Quantitativos em Sociologia. Vozes, Rio de Janeiro, 1971
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- CARDOSO, Alberto Mendes. Os treze momentos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.
- CHIAVENTONE, Frederick J. La ética y la responsabilidad en la difusión de noticias. Military Review, Kansas, p. 13-25, Mayo-Jun. 1995.
- CIA World Factbook 2009, disponível no sítio <http://www.cia.gov>
- CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward. A Manipulação do Público — Política e Poder Econômico no Uso da Mídia. Futura, São Paulo, 2003
- CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos da América. Disponível em inglês no site: <http://www.usconstitution.net/const.html>

- CLAUSEWITZ, Carl. Da Guerra. Martins Fontes, São Paulo
- CLAVELL, James. A arte da Guerra/Sun Tzu. Tradução José Sanz. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- CLEARY, Thomas. A arte da Guerra/Sun Tzu: os documentos perdidos. Tradução Luiz Carlos Nascimento da Silva. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- COELHO, Adelino Matos. Comunicação Social e opinião pública. Military Review, Kansas, p. 36-61, jan.-fev. 1989.
- DAHL, Robert. Who Governs? Yale University Press, New Haven, 1961
- DAHL, Robert. Análise Política Moderna. Editora UnB, Brasília, 1988
- DAHL, Robert. "Uma Crítica ao Modelo da Elite Dirigente" in Maria Stella AMORIM (org.) Sociologia Política II. Zahar, Rio de Janeiro, 1970
- DAHRENDORF, Ralf. A Lei e a Ordem. Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1997
- DAHRENDORF, Ralf. "On the Origin of Social Inequality" in LASLETT, P. and RUNCIMAN, W, Philosophy, Politics and Society, Blackwell, Oxford, 1962
- DAHRENDORF, Ralf. The Modern Social Conflict: An Essay on the Politics of Liberty. Routledge, London, 1990.
- DAHRENDORF, Ralf. "Toward a Theory of Social Conflict". Journal of Conflict Resolution 2, pg 170-83, London, 1958.
- DeFLEUR, Melvin & BALL-ROKEACH, Sandra. Teorias da Comunicação de Massa. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993
- EISENSTADT, Shmuel Noah. Max Weber on Charisma and Institution Building. University of Chicago Press, Chicago, 1968
- ELLSBERG, Daniel. Papers on the War. New York, Simon and Schuster, 1972.
- EMERY, E. História da Imprensa nos Estados Unidos (tradução de E. Alckimin Cunha). Editora Lidor. Rio de Janeiro, 1965.
- ENTMAN, Robert. Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy. Studies in Communication, Media, and Public Opinion, University of Chicago Press, 2003.
- FENBY, Jonathan. The International News Services. New York, Schocken, 1986
- FONTENELLE, Paula. Iraque: A Guerra pelas Mentes. São Paulo, Sapienza, 2004
- GIDDENS, Anthony. Consequências da Modernidade. Editora Unesp, São Paulo, 1991.
- GOTO, Stephen K. Operações Cívico-Militares: uma cartilha para os assuntos cívicos no mundo real. Military Review, Kansas, p. 4-9, 3. trim 1999.

- HALLIN, Daniel. The uncensored war. University of California Press, 1989.
- HERSH, Seymour. Chain of Command: The Road from 9/11 to Abu Ghraib. HarperCollins, New York, 2004.
- HESS, Stephen. e KALB, Marvin. (Editores). The Media and the War on Terrorism. Joan Shorenstein Center on the Press, Brookings Institution Press, Washington, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos – O Breve Século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOHLFELDT, A. MARTINO, L., FRANÇA, V. Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Editora Vozes, Petrópolis, 2001.
- HUNTINGTON, Samuel. O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1996.
- JOHNSON, Nicholas. A ética e os meios de comunicação: como definir o território do quarto poder. Disponível em: <http://www.usinfo.state.gov/journals/itgic/0401/ijgp/ig0402.htm>.
- KEEGAN, John. Intelligence in War: Knowledge of the Enemy from Napoleon to Al-Qaeda. Knopf, Washington, 2003.
- KEELEY, Lawrence. War Before Civilization. Oxford: Oxford University Press 1996.
- LAGE, Nilson. Teoria e Técnica do Texto Jornalístico. São Paulo, Campus, 2005.
- LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. Sociologia Geral. 7°. Edição. São Paulo, Atlas, 1999.
- LASSWELL, Harold. Propaganda techniques in the world war. New York: Alfred Knopf, 1927
- LAZARSELD, Paul, F. The prognosis for international communication: Special Issue on International Communications Research. The Public Opinion Quarterly, v. 16, n.4, p. v-x, winter 1952-1953. Disponível em: < [www.jstor.org](http://www.jstor.org) > Acesso em: 23/1/2009.
- LEONARD, Rogers Ashley. Clausewitz: trechos de sua obra. Tradução Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.
- LIMA, Racine Bezerra, Filho. A intenção do comandante e a comunicação social. Military Review, Kansas, p. 69-70, 4. trim. 1999.
- LIPPMANN, Walter. Public Opinion. Obra de domínio público, Disponível no site: <http://xroads.virginia.edu/~Hyper/Lippman/cover.html>
- LOVEJOY, James Kevin. Aperfeiçoando as Relações com a Mídia. Military Review, Kansas, p. 63-71, 1o. trim. 2003.
- LOWENTHAL, Leo. Introduction: Special Issue on International Communications Research. The Public Opinion Quarterly, v. 16, n.4, p. v-x, winter 1952-1953. Disponível em: < [www.jstor.org](http://www.jstor.org) > Acesso em: 23/1/2009.

- 
- MANUAL de Campanha do Exército dos Estados Unidos FM 46-1, Public Affairs Operations. Washington, US Government Printing Office, 1997.
- McCLAIN HIJO, Charles; LEVIN, Garry D. Relaciones Públicas y el Ejército Estadonidense del Siglo XX. Military Review, Kansas, p. 2-12, Mayo-Jun. 1995.
- McCOMBS M. E. & SHAW, D. L. The agenda-setting function of mass media. Public Opinion Quarterly, no. 36, pg 176-87, Chicago, 1972.
- McCOMBS M. E. & SHAW, D. L. The Emergence of American Political Issues. St. Paul, Minnessota 1977.
- MELVERN, Linda. Conspiracy to Murder: The Rwanda Genocide and the International Community. Verso Books, San Francisco 2004.
- MENEZES, Delano Teixeira. O militar e o diplomata. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1997
- MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Coleção Pensamento Político no. 53, Editora UnB, Brasília
- MILLS, C Wright. A Elite do Poder. Biblioteca de Ciências Sociais, 4a ed. Zahar, 1981
- MOSCA, Gaetano. "A Classe Dirigente" in Amaury de SOUZA (org.) Sociologia Política. Zahar, Rio de Janeiro, 1966
- NATALI, João Batista. Jornalismo internacional. São Paulo, Contexto, 2004
- NORRIS, Pippa, KERN, Montague e JUST, Marion (Editores). Framing Terrorism: The News Media, the Government and the Public. Routledge, New York, 2003.
- NYE, Robert. The anti-democratic sources of elite theory: Pareto, Mosca, Michels. Sage Publications, London, 1977
- PALETZ, David e ENTMAN, Robert. Media Power, Politics. New York, Free Press, 1981.
- PARETO, Vilfredo. "As Elites e o Uso da Força na Sociedade" in Amaury de SOUZA (org.) Sociologia Política. Zahar, Rio de Janeiro, 1966
- PARETO, Vilfredo. Mind and Society. Harcourt Brace, New York, 1935
- PARRY, Geraint. Political Elites. Praeger Publishers, New York, 1970
- POWER, Samantha. Genocídio: A Retórica Americana em Questão. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- RAPOPORT, Anatol. The Origins of Violence: Approaches to the Study of Conflict. Paragon House, New York, 1989.
- RAWLS, John. "The Idea of an Overlapping Consensus." Oxford Journal for Legal Studies 7(1/1987) pg 1-25. Oxford, 1987.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos das Desigualdades entre os Homens. "Coleção Os Pensadores".
- SAINT-PIERRE, Hector Luis. A Política Armada – fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.
- SANTOS FILHO, Antônio Leite dos. Relatório de Cursos de Assuntos Cíveis e Operações Psicológicas. Brasília, DF, 2001.
- SARTORI, Giovanni. A Teoria da Democracia Revisitada. Editora Ática, São Paulo, 1993
- SCHLESINGER, Arthur. The Bitter Heritage: Vietnam and American Democracy, 1941-1966. New York, 1968
- SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Theresa L. Tempestade do deserto: operações da Guerra do Golfo. Tradução Luis César Fonseca. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- SIDLE, Winant. Relatório ao Chefe do Estado-Maior Conjunto – painel de Relacionamento com a Mídia. Washington, Chefe do Estado-Maior Conjunto, 1984
- SPEIER, Hans. O desenvolvimento Histórico da Opinião pública. American Journal of Sociology, volume LV (janeiro de 1950) University of Chicago Press
- SPISZER, John M. FM 100-5: o combate da era da informação. Military Review, Kansas, p. 21-26, 1. trim. 1998.
- STUART MILL, John. Considerações sobre o Governo Representativo. Editora UnB, Brasília, 1981
- TAYLOR, Philip M. Battles of the Mind. The Institute of Communications Studies, University of Leeds, 2003. Disponível em [www.ics.leeds.ac.uk](http://www.ics.leeds.ac.uk). Acesso em 17/02/2009
- TAYLOR, Philip M. Battles of the Mind. The institute of Communications Studies, University of Leeds, UK, 19 jan. 2003. Disponível em [www.ics.leeds.ac.uk](http://www.ics.leeds.ac.uk). Acesso em 17/02/2009.
- TAYLOR, Philip M. "Towards a new magic bullet?", Defence Management Journal, Issue 30, September 2005, pp. 64-65
- TILLY, Charles. Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons. Russell Sage Foundation, New York, 1990.
- TOFFLER, Alvin & Heidi. Guerra e Anti-Guerra - Sobrevivência na Aurora do Terceiro Milênio. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1995.
- TOLSTOY, Leon. War and Peace. Penguin Classics, London, 1982.
- TÖNNIES, Ferdinand. Community and Society - Gemeinschaft und Gesellschaft. New York, Dover Publications, 2002
- UNESCO. Many Voices, One World - The MacBride Report. Paris, 1980.

- VENABLE, Barry. O Exército e a Mídia. *Military Review*, Kansas, p. 68-73, 3o. trim. 2002.
- WOLF, Mauro. *Teorias das Comunicações de Massa*. Martins Fontes, São Paulo, 2003.
- WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge University Press, 1999.

Websites de interesse:

Casa Branca: [www.whitehouse.gov](http://www.whitehouse.gov)

Departamento de Estado: [www.state.gov](http://www.state.gov)

Departamento de Defesa [www.defenselink.mil](http://www.defenselink.mil)

Centro de Pesquisa sobre Mídia e Democracia: [www.disinfopedia.com](http://www.disinfopedia.com)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)